

Proposta de Redação

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema **“Ações governamentais para a redução da gravidez na adolescência”**, apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

TEXTO I

Prevenção à gravidez na adolescência: queda nos números não implica em menos cuidados

Embora venha registrando menores casos de natalidade adolescente, no Brasil, o número ainda é preocupante e requer atenção. Segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), de cada cinco bebês que nascem, um tem a mãe com idade entre 15 e 19 anos de idade, o que só reforça a importância de conscientizar, informar e trazer à tona a necessidade de se combater a gravidez precoce.

A médica pediatra e do Comitê de Adolescência da Sociedade de Pediatria do Rio Grande do Sul (SPRS), Lilian Day Hagel, explica que mesmo que os registros de casos estejam diminuindo, as complicações seguem prejudicando adolescentes, e por isso as campanhas de conscientização seguem sendo fundamentais.

“A gravidez na adolescência é prejudicial sob ponto de vista da perspectiva de vida do adolescente. É frequente que a mãe abandone a escola e interrompa definitivamente os estudos, o que é um fator complicador para o futuro. Além disso, uma gestação indesejada, às vezes, é fruto de relações de poder ou casos de violência, o que gera traumas permanentes”, salienta a pediatra.

Diálogo entre pais e filhos é fundamental

O assunto precisa ser discutido, seja na escola, nas famílias e principalmente em ações de políticas públicas. Afinal, a medida mais eficaz para prevenir a gravidez na adolescência ainda é a educação.

Para a presidente da SGP, Marise Tofoli, os adolescentes precisam de orientação e conscientização. “Os pais precisam romper as barreiras quando o assunto envolve sexualidade. É preciso falar e permitir que seus filhos aprendam, também na escola, sobre o convívio de respeito entre meninos e meninas, bem como a proteção necessária nas atividades sexuais, como os métodos contraceptivos. Tais informações não servem para estimular os jovens, e sim evitar uma gestação precoce e a transmissão de doenças”, afirma a médica.

Disponível em: <https://www.sbp.com.br/filiada/goias/noticias/noticia/nid/prevencao-a-gravidez-na-adolescencia-queda-nos-numeros-nao-implica-em-menos-cuidados/>

TEXTO II

Adolescentes que engravidam sofrem maior risco de problemas físicos, psicológicos e sociais

Taxa de filhos de mães adolescentes no Brasil é maior que a média mundial. Adolescentes que engravidam têm alto risco de uma série de danos, e as mulheres mais pobres são as mais atingidas.

Os índices de gravidez na adolescência no Brasil servem para nos lembrar de que ainda temos muitas dificuldades a enfrentar nessa área. Dados do Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (Sinasc) mostram que dos quase 3 milhões de nascidos em 2016, 480 mil eram filhos de mães entre 15 e 19 anos, compondo uma taxa de 16% de todos os nascimentos. Apesar de ter havido uma queda de aproximadamente 20% nesse número em dez anos, ainda temos 68 bebês de mães adolescentes para cada mil meninas entre 15 e 19 anos, enquanto a taxa mundial é estimada em 46 para cada mil meninas dessa faixa etária.

Explicar o motivo que levam a esse cenário não é tão simples, mas os especialistas consultados para esta reportagem foram unânimes em duas hipóteses: independentemente da classe social, os adolescentes estão transando cada vez mais cedo. Ao mesmo tempo, falta educação sexual.

[...]

Ser mãe adolescente, sem nenhum tipo de planejamento nem apoio familiar, ocasiona diversos problemas na vida da gestante e perpetua um ciclo de pobreza e exclusão social difícil de ser quebrado. Adolescentes pobres têm cinco vezes mais risco de engravidar que as mais ricas. Com filhos, dificilmente elas conseguirão conciliar os estudos, entrar no mercado de trabalho e ter independência financeira.

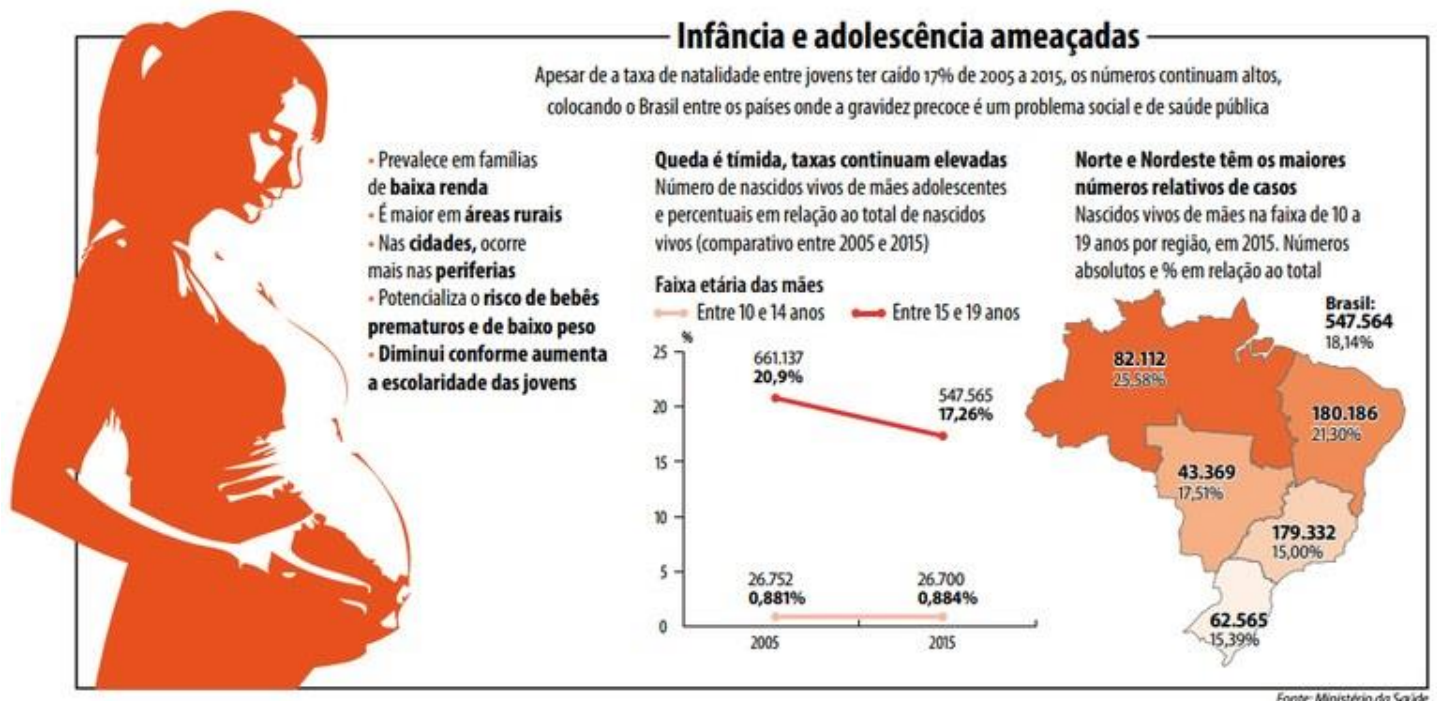
Muitas atrasam o pré-natal (momento extremamente importante para garantir a integridade física do bebê) porque não se sentem preparadas para contar para a família que estão grávidas. Dessa maneira, a janela para identificar e resolver algum problema de saúde potencialmente grave, como sífilis, fica limitada, o que aumenta ainda mais o risco de instabilidade dali em diante. Ao mesmo tempo, elas ainda são muito jovens, então elas demonstram preocupações quase infantis. “Elas chegam assustadas e com algumas dúvidas que não condizem com a situação. Perguntam ‘mas como esse bebê vai sair daqui?’”, afirma Beatriz Barbosa.

O índice de mortalidade entre filhos de mães adolescentes é muito alto. Cerca de 20% da mortalidade infantil no Brasil decorrem do óbito precoce de bebês nascidos de mães entre os 15 e 19 anos.

Tanto o Hospital Cachoeirinha, em São Paulo, como o Hospital da Mulher, em Campinas, promovem atendimento especializado multidisciplinar para dar suporte a essas gestantes. As áreas de nutrição (a maioria chega abaixo do peso e desnutrida), de assistência social e de psicologia são as mais acionadas. Apesar de cada uma abordar uma vertente, todas procuram identificar se a garota não foi vítima de violência sexual. “Estabelecemos um acolhimento para entender, primeiramente, a dinâmica familiar em que a jovem está inserida. Depois disso, tentamos inseri-la em políticas públicas como bolsa família, cesta básica emergencial, cursos para gestante etc.”, explica Dalva Rossi, assistente social do Hospital da Mulher de Campinas.

Disponível em: <https://drauziovarella.uol.com.br/reportagens/adolescentes-que-engravidam-sofrem-maior-risco-de-problemas-fisicos-psicologicos-e-sociais/>

TEXTO III



Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/especial-cidadania/gravidez-precoce-ainda-e-alta-mostram-dados>

Proposta de Redação

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema **“Entre a saúde e o preconceito o problema da obesidade e do sobrepeso no Brasil”**, apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

TEXTO I

Obesidade atinge quase 20% da população brasileira, mostra pesquisa

Entre os jovens, o índice aumentou 110% em dez anos

A obesidade já é uma realidade para 18.9% dos brasileiros. Já o sobrepeso atinge mais da metade da população (54%). Os dados são da Pesquisa de Vigilância de Fatores de Risco e Proteção de Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico (Vigitel) e foram divulgados [...] pelo Ministério da Saúde. [...] VALENTE, Jonas. Obesidade atinge quase 20% da população brasileira, mostra pesquisa. Agência Brasil.

Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br>>. Acesso em: 17 dez. 2018.

TEXTO II

Jogos eletrônicos podem ajudar a controlar obesidade infantil

Para os que acreditam que videogame é apenas brincadeira de criança, educadores físicos da USP mostram uso terapêutico do entretenimento eletrônico. Estudo realizado na Escola de Educação Física e Esporte de Ribeirão Preto (EEFERP) da USP confirma o poder da tecnologia como aliada no combate à obesidade e, ainda, no desenvolvimento de sentimentos positivos quanto à autoestima e imagem corporal.

Os resultados positivos foram observados pela pesquisadora Rafaella Belém Aragão, que acompanhou crianças obesas num programa de exercício físico realizado com exergames. A educadora física conta que esses jogos surgiram em meados da década de 1990 com o intuito de entreter e, já naquela época, também tinham o objetivo de controlar a obesidade infantil. Mas foi apenas em 2006, com os avanços tecnológicos, que os jogos interativos conseguiram atingir um público mais amplo, principalmente por apresentar atividades mais elaboradas e por contar com captação mais avançada de imagens simultâneas. [...]

HONORATO, Tainan. Jornal da USP. São Paulo, 22 nov. 2018. Disponível em: <<https://jornal.usp.br>>. Acesso em: 17 dez. 2018. (adaptado)

TEXTO III



Dados de pesquisa feita em 2017 pelo Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística.

TEXTO IV

Nunca houve tanta gente acima do peso - nem tanto preconceito contra gordos. De um lado, o que há por trás é uma positiva discussão sobre saúde. Por outro, algo de podre: o nascimento de uma nova eugenia. [...] Boa parte das pessoas com sobrepeso não apresenta nenhum problema de saúde relacionado à obesidade. Mesmo assim, ela muitas vezes é vista como fraqueza moral. [...] Num estudo da Faculdade Notre Dame, na Califórnia, pesquisadores distribuíram currículos falsos entre alunos “para que eles escolhessem um novo professor”. Os currículos não tinham foto, mas traziam o peso de cada “candidato”. Resultado: os de 200 quilos eram preteridos em favor de concorrentes com qualificação idêntica, mas 120 quilos a menos. Um efeito do preconceito é o fato de que, para algumas companhias aéreas, obesos só entram no avião se comprarem dois bilhetes (reservar assentos maiores para eles está fora de cogitação, claro). A intolerância com os obesos, no fim das contas, é um grande estímulo para o abuso de medicamentos para emagrecer – o oposto do que podemos chamar de saúde. [...]

Disponível em: Acesso em: 17 dez. 2018. (adaptado)

Proposta de Redação

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema **“Desafios para a conciliação da Biotecnologia e a Ética”**, apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

TEXTO I

O avanço da biotecnologia levou ao Judiciário questões como reprodução artificial, uso de células-tronco, produção de alimentos geneticamente modificados e clonagem. Existe um crescente debate em relação aos alimentos transgênicos, um dos usos mais conhecidos no campo da biotecnologia. Com a descoberta da lei da hereditariedade e a natureza química do material genético surgiu a biotecnologia moderna, que por meio de métodos de desenvolvimento da biologia molecular permitiram a manipulação do material genético, buscando os caracteres almejados e retirando os indesejados, o chamado melhoramento genético.

Em sua definição, os alimentos transgênicos são criados para formarem plantas mais resistentes, com crescimento mais rápido e maior produtividade, diminuindo custos e aumentando o rendimento da produção, o que traria benefícios tanto para produtores quanto para consumidores. Contudo, se por um lado existem esses ganhos através de uma colheita abundante e mais resistente aos agentes externos, por outro podem trazer consequências devastadoras ao meio ambiente e à saúde das pessoas. Um dos casos mais polêmicos é o da soja transgênica, que foi criada para aumentar sua resistência ao herbicida Glifosato, uma substância com sérios prejuízos à saúde humana, aumentando o risco de câncer e desregulando sistemas endócrinos. Outro grande dilema ético é o seu uso direto na espécie humana. Segundo a advogada Renata da Rocha, doutoranda em Filosofia do Direito pela PUC-SP, O uso de fertilização in vitro por casais que não teriam qualquer problema em ter filhos, apenas para escolher a cor dos olhos do filho e tentar garantir a ele uma vida saudável, é um tipo de tecnologia que ultrapassa os limites da ética. É preciso, antes de tudo, reafirmar os valores sociais para que a ciência se desenvolva, sempre dentro de seus limites. Apesar dos dilemas éticos, não se pode negar que a biotecnologia é a grande responsável pelo crescimento de diversos setores, especialmente o do campo da saúde.

Os maiores e mais impactantes avanços na medicina, como a produção de vacinas, antibióticos e os mais variados medicamentos, só foram possíveis através dela. Promessas futuras, como a cura e tratamento de doenças extremamente complexas e sem prognóstico nos dias de hoje também contam com a biotecnologia para sua resolução. É o caso da Fibrose Cística, uma doença em que o gene responsável pela produção de certa proteína está ausente, trazendo grandes comorbidades a seus portadores, com expectativa de vida de 30 a 40 anos e sem possibilidade de tratamento. Doenças como essa têm na biotecnologia sua grande esperança, já que através da reinserção do gene defeituoso/faltante o indivíduo poderia restabelecer sua função e ter uma vida normal. A grande questão está em saber estabelecer os limites do uso dessa biotecnologia, quando está sendo utilizada para questões realmente válidas, e se os benefícios são maiores que os riscos. Utilizar-se da manipulação genética por simples preferências ou para obtenção de lucro às custas de prejuízo alheio vai contra qualquer princípio ético e moral, estabelecido ou não por conselhos de cada área. Uma sociedade livre, justa e solidária se faz, antes de tudo, com base na ética.

Disponível em: <http://saude.acate.com.br/biotecnologia-e-o-futuro/> Acesso em 21 de agosto de 2019

TEXTO II



Disponível em: <https://ilovegenetica.wordpress.com/category/tirinhas/> Acesso em 21 de agosto de 2019

TEXTO III

Tecnologia muda nossas vidas. A descoberta da possibilidade de plantar sementes ao invés de simplesmente colher frutos fez com que nossos ancestrais distantes tivessem sua sociedade profundamente transformada, o que propiciou mudanças como desenvolvimento de uma tecnologia armamentista, trabalhando ferro e bronze ao invés de pedras.

Outra revolução armamentista deu origem à Primeira Guerra mundial, que nos deixou em seu legado a eletricidade. Na Segunda Guerra, o extenso uso da penicilina como antibiótico revolucionou a saúde, assim como as vacinas, que tinham sido desenvolvidas pouco tempo antes. E todas essas tecnologias podem avançar ainda mais com a biotecnologia.

Desde a produção de energia e de água até novas formas de fazer guerra, a biotecnologia já se faz amplamente presente nas nossas vidas. A forma como vemos e lidamos com nossa saúde está novamente mudando com as pesquisas de cunho biotecnológico. Até mesmo a microbiota em nossos corpos tem sido objeto de estudos relacionados não somente à saúde física, mas também mental. Novos horizontes estão sendo criados a todo momento.

Falando em novos horizontes, por décadas muitas pessoas ficaram extasiadas com a ideia da colonização espacial. Depois das grandes navegações e, séculos depois, o fenômeno que chamamos de globalização, nosso desejo de explorar novas terras foi limitado pelo tamanho do nosso planeta. O espaço, então, seria a nova abordagem.

Quando falamos de exploração espacial, é mais comum nos depararmos com os problemas voltados à mecânica envolvida, para que a viagem seja viável economicamente. Mas as limitações da nossa fisiologia também são problemas reais a serem enfrentados, tanto pela prolongada exposição ao espaço quanto pela nossa presença em outro planeta. Há uma grande possibilidade de, ao lidar com isso, enfrentarmos diretamente o transumanismo.

O transumanismo, atualmente, já é bastante abordado em séries de ficção científica como Orphan Black, Black Mirror e Altered Carbon.

A filosofia transumanista visa a analisar e melhorar a condição humana a partir do uso de ciência e tecnologia. A discussão ética em cima disso é bastante complexa. Experimentação intensa com humanos tem sido vista com maus olhos desde a Segunda Guerra Mundial, devido aos feitos dos países do Eixo. Por mais que, nesse caso, as pessoas possam ter suas escolhas respeitadas, a possibilidade de criar uma casta biológica pela separação de seres humanos mais ou menos “evoluídos” é preocupante. Os limites do que é ser humano serão colocados em evidência, assim como nossa própria percepção das nossas fronteiras.

Apesar de lidarmos com continentes e planeta, nosso maior nível de organização social ainda é um país. Considerando que podemos colonizar Marte, como ficaria essa organização? Outros planetas terão que responder à Terra? Essas questões serão um problema do futuro, mas isso não quer dizer que não possam ser relevantes agora.

Bastante relevante para os dias atuais, entretanto, é a forma como guerras podem ser travadas. O uso de mecanismos biológicos na guerra não é desconhecido à nossa espécie: desde os atentados com Antraz nos EUA, ao envenenamento de águas por Vlad Tepes (sim, o próprio Drácula) na guerra contra os Otomanos, desenvolvemos algumas táticas de usar nossos inimigos naturais a nosso favor, mas isso pode ser trazido a um novo nível com a edição de patógenos para ampliar sua letalidade e especificidade.

Guerras podem ser travadas pela biotecnologia, mas também podem ser evitadas. Com a crise crescente nos recursos hídricos e energéticos, a possibilidade de enfrentarmos conflitos está se tornando cada vez mais real. É necessária a produção de energia limpa e tratamento de efluentes da água, gerando recursos com maior renovabilidade.

O avanço nas telecomunicações, que começou por causa de conflitos originados na Europa, foram essenciais para que vivêssemos no mundo globalizado de hoje, onde as relações funcionam de forma bem mais dinâmica, mas a pressão que existe em relação à produtividade e trabalho aumentou. As decisões tomadas a respeito do uso da tecnologia são o que definem o futuro e é necessário conhecê-las para entender seus prós e contras. Em qual futuro você quer estar?

Disponível em: <http://profissaobiotec.com.br/biotecnologia-e-sociedade-questoes-existenciais-provocadas-pela-ciencia/> Acesso em 21 de agosto de 2019

Proposta de Redação

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema **“Desafios da modalidade de ensino EJA: Educação de Jovens e Adultos”**, apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

TEXTO I

O que é o EJA?

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade criada em pelo Governo Federal destinada a quem não teve acesso à educação na escola convencional. Especialmente voltada a adultos, permite que o aluno retome os estudos e os conclua em menos tempo, possibilitando sua qualificação para conseguir melhores posições no mercado de trabalho. Anteriormente, o EJA era conhecido como supletivo. Sua criação teve como objetivo principal a democratização do ensino no Brasil. Hoje, o EJA tem duas modalidades, a presencial e à distância. Mas, dentro de cada uma, é dividido em etapas, a partir do momento em que abrange desde o ensino fundamental até o médio. EJA Ensino Fundamental: jovens a partir de 15 anos que não conseguiram completar o Ensino Fundamental, isto é, a etapa entre 1º e 9º anos. Nesta

etapa, são inseridos no processo de ensino-aprendizado e, nisso, imergem em novas formas de aprender e pensar. Tempo médio de conclusão: dois anos. EJA Ensino Médio: direcionado a alunos maiores de 18 anos que desejam retomar os estudos a partir do Ensino Médio. Completando a Educação Básica, prepara os estudantes para o ingresso em universidades, incluindo vestibular e Enem. Tempo médio de conclusão: 18 meses. Voltando às modalidades, o EJA permite que o aluno estude de forma presencial ou à distância. Na primeira, precisa ir até à escola onde o curso é ministrado para frequentar as aulas, normalmente, no período noturno. A segunda é mais flexível e, por ela, o curso é feito pela internet ou com livros e apostilas fornecidos pela instituição.

Disponível em: <https://escolaeducacao.com.br/o-que-e-eja-com-funciona/> (Adaptado)

TEXTO II

Na última década, o Brasil viu o número de escolas de educação básica aumentar 12%, de 255.445 para 286.014. No mesmo período, porém, o número dessas escolas que oferecem o ensino de jovens e adultos (EJA) do ensino fundamental recuou 34%, segundo um levantamento feito pelo G1 na série "Adultos sem diploma".

Em 2009, 37.334 escolas tinham turmas do EJA fundamental. Já no ano passado, essa oferta só existia em 24.658 escolas, segundo os dados do Censo que o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) divulgou no mês passado. Especialistas ouvidos pelo G1 explicam que a queda na oferta não está apenas relacionada ao aumento da escolarização dos adultos, que provocaria menor demanda. Apesar dos avanços, eles estimam que o número de brasileiros sem diploma varia entre 30 e 40 milhões. O país tem hoje 3,5 milhões de alunos matriculados no EJA, sendo que 59% deles estão no nível fundamental.

Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/04/06/em-uma-decada-brasil-perde-um-terco-das-escolas-com-aula-do-ensino-fundamental-para-adultos.ghtml> (Adaptado)

TEXTO III



Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/educacao/a-eja-preparo-para-trabalho.htm>

Proposta de Redação

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema **“A necessidade de combater os altos índices de jovens que nem estudam nem trabalham no Brasil”**, apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

TEXTO I

Uma pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) revela que 23% dos jovens brasileiros não trabalham e nem estudam (jovens nem-nem), na maioria mulheres e de baixa renda, um dos maiores percentuais de jovens nessa situação entre nove países da América Latina e Caribe. Enquanto isso, 49% se dedicam exclusivamente ao estudo ou capacitação, 13% só trabalham e 15% trabalham e estudam ao mesmo tempo.

As razões para esse cenário, de acordo com o estudo, são problemas com habilidades cognitivas e socioemocionais, falta de políticas públicas, obrigações familiares com parentes e filhos, entre outros. No mesmo grupo estão o México, com 25% de jovens que não estudam nem trabalham, e El Salvador, com 24%. No outro extremo está o Chile, onde apenas 14% dos jovens pesquisados estão nessa situação. A média para a região é de 21% dos jovens, o equivalente a 20 milhões de pessoas, que não estudam nem trabalham.

Disponível em: <Fonte: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2018-12/ipea-23-dosjovens-brasileiros-nao-trabalham-e-nem-estudam>>. Acesso em: 27 ago. 2019.

TEXTO II

JOVENS QUE NÃO ESTUDAM NEM TRABALHAM: ESCOLHA OU FALTA DE OPÇÕES?

O resultado é o estudo *Se já é difícil, imagina para mim...*, lançado nesta semana, no Rio de Janeiro. Segundo a autora, Miriam Müller, é preciso desconstruir o termo “nem-nem”, que não reflete as muitas diferenças entre esses jovens e joga sobre eles um enorme estigma.

“A culpa não é dos jovens. O estudo mostra que algumas condições relacionadas à pobreza e ao gênero produzem um conjunto de barreiras difíceis de superar. Essas limitações prejudicam sobretudo as mulheres, que se veem afetadas na capacidade de imaginar seus futuros, perseverar e ter resiliência”, avalia a cientista social alemã.

Trabalhos anteriores feitos na região sugerem, por exemplo, que o problema pode ameaçar a produtividade e o crescimento econômico a longo prazo. Além disso, como 66% dos nem-nens latino-americanos e caribenhos são mulheres, o tema também pode contribuir para uma transmissão intergeracional da desigualdade de gênero.

Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/03/16/economia/1521229056_606414.html>. Acesso em: 27 ago. 2019.

TEXTO III

geracao-nem-nem/>. Acesso em: 27 ago. 2019.



Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/revista-veja/a->

TEXTO IV



Disponível em:
<<https://gilmar.blogosfera.uol.com.br/2017/01/11/geracao-nem-nem-nem/>>. Acesso em: 27 ago. 2019.

Proposta de Redação

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija um texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema “Desafios para a diminuição dos índices de evasão universitária no Brasil”, apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

TEXTO I

Evasão universitária no Brasil: causas e possíveis soluções

De acordo com o último Censo da Educação Superior, realizado pelo Inep em 2017, o número de matrículas na Rede Federal – a maior rede pública em cursos de graduação do Brasil – mais do que dobrou em 10 anos: cresceu mais de 103%. Enquanto isso, a rede privada, que já tem três de cada quatro alunos de graduação no país, voltou a crescer 3% após uma pequena queda em 2016.

Por outro lado, a taxa de evasão universitária preocupa. Na rede pública, ela permanece relativamente estável nos últimos anos, mas alta: em torno de 24% para cursos presenciais e mais de 30% para ensino a distância, de acordo com dados da pesquisa “Evasão no Ensino Superior Brasileiro”, feita pelo Instituto Lobo em 2016.

Já nas instituições particulares, os números de desistência vêm crescendo. Segundo o "Panorama do Ensino Superior Privado do Brasil", realizado pela startup edtech, a evasão no setor privado aumentou 4% entre 2011 e 2016, indo de 19% do total de estudantes para 23%.

As causas para os altos índices, seja na rede pública, seja na privada, são várias: vontade de trocar de curso, falta de recursos e assistência, incapacidade de conciliar o estudo com o trabalho, entre outros. Saiba mais sobre a evasão universitária no Brasil, suas causas e possíveis soluções.

Falta de recursos e assistência

A crise econômica no Brasil e a inadimplência são prováveis responsáveis pelo crescimento da evasão universitária na rede privada, que detém 75% das matrículas em cursos de graduação. Muitos alunos sem bolsa ou com bolsas parciais precisam trabalhar para se manter em faculdades privadas, o que muitas vezes leva a desistências.

Mesmo na rede pública, a falta de assistência estudantil também torna difícil para estudantes de baixa renda familiar continuar a estudar. Já a falta de preparo para receber alunos especiais dificulta a inclusão social no ensino superior e pode levar à desistência desses estudantes.

No caso do ensino a distância, que tem uma média de idade mais elevada do que a modalidade presencial, a dificuldade de conciliar o estudo com o trabalho e a família também são prováveis causadores da crescente evasão universitária. O EaD não para de crescer no país, apresentando um aumento de cerca de 18% na sua participação no total de ingressantes em cursos de graduação entre 2007 e 2012. Ao mesmo tempo, é nessa modalidade que mais crescem as taxas de evasão, que, em algumas instituições, chegam a mais de 50%, segundo o Censo EAD.BR 2017.

Universia Brasil. Disponível em: <<https://noticias.universia.com.br/educacao/noticia/2019/07/23/1165821/evasao-universitaria-brasil-causas-possiveis-soluces.html>>. Acesso em: 13 ago. 2019. (Adaptado). © Universia 2019.

TEXTO II

Quando nem bolsa integral basta para sonho da faculdade: ‘Será que vou sobreviver?’

Dados mais recentes do Ministério de Educação mostram que desde o início do ProUni até o primeiro semestre de 2017, mais de 115 mil bolsistas deixaram a universidade por evasão. Entre os estudantes negros, essa taxa retrata a realidade de 63 mil alunos (pretos e pardos), ou 54%. Já entre os estudantes brancos, essa taxa representa 48 mil alunos, ou 41%. A

proporção de evasão é semelhante à divisão das vagas nas duas categorias – em 2018, dos 117 mil bolsistas, 71 mil eram pretos e pardos (61%) e 43 mil, brancos (37%). "A dificuldade no acompanhamento de estudos e a financeira são alguns [motivos] que podem resultar na evasão, como também a ideia do complexo de impostor, que é o entendimento dessas dificuldades como algo individual e não fruto de uma realidade social", explica Dyane Brito Reis, professora e pesquisadora de Acesso e Permanência de Jovens das Comunidades Negras no

Ensino Superior da Universidade Federal do Recôncavo Baiano (UFRB).

BBC. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-49273096>>. Acesso em: 13 ago. 2019. (Adaptado). Copyright © 2019 BBC. A BBC não se responsabiliza pelo conteúdo de outros sites.

TEXTO III



Residenciais. Disponível em: <<https://www.residenciais.org/2017/11/evasio-nas-universidades-a-frustracao-de-trilhoes-de-dolares/>>. Acesso em: 13 ago. 2019. © Todos os direitos reservados. Residenciais 2002 - 2019.

Proposta de Redação

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema **“O mau comportamento e a agressividade crescente de alunos no ambiente escolar”**, apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

TEXTO I

A violência tem se agravado e assumido diversas formas de expressão nas escolas. Nos dias de hoje, deparamo-nos com facetas mais evidentes e outras mais sutis. Mas como lidar e combater esse problema? Confira o artigo e saiba mais. Sabemos que o aprendizado dos alunos não é a única preocupação das famílias e professores. Infelizmente, um outro fator está em cena: a violência na escola. E essa violência não consiste apenas nos episódios com armas, agressões físicas e casos de abuso que vemos nos noticiários. E também não se confunde com as ocasionais brigas entre alunos e o empurra-empurra na cantina. Existem também casos de violência simbólica que ocorrem o tempo todo: podemos citar o bullying como um exemplo disso.

É claro que essa prática já existe há um bom tempo, mas só agora está recebendo um olhar mais atento por parte de profissionais e pesquisadores. Em pesquisa recente do IBGE, em 2015, foi mensurado que 7,4% dos alunos sofrem algum tipo de zombaria/bullying e se sentem humilhados com isso, enquanto 19,8% já expuseram algum colega a uma situação vexatória. Isso sem contar os episódios de racismo, as piadinhas por questões de gênero ou religião, além de pequenas agressões físicas que, vez por outra, acabam passando despercebidas, assim como o isolamento social, a intimidação e até pequenos furtos. Por esse motivo, detectar e combater a violência vem se tornando um grande desafio para profissionais da área da educação. Afinal, o que fazer quando ela acontece?

Fonte: <https://escoladainteligencia.com.br/como-lidar-com-a-violencia-na-escola/>. Acessado em 08/10/2019 (Adaptado)

TEXTO II

Doria decide aderir ao programa de escolas cívico-militares de Bolsonaro Projeto, uma das prioridades do presidente da República, prevê a cessão de militares reformados para monitorar alunos e apoiar as ações administrativas

O Estado de São Paulo decidiu aderir ao Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares do Ministério da Educação (MEC). De acordo com o governador João Doria (PSDB), a decisão ocorreu após esclarecimentos prestados na quinta-feira 3 pelo ministério ao governo paulista. “Nós pedimos uma análise mais profunda do secretário de Educação, Rossieli Soares, que foi ministro da Educação (no governo Michel Temer), e de forma muito conscienciosa. Hoje de manhã, o secretário me disse que é possível a aprovação. Portanto, São Paulo vai aderir”, disse Doria durante passagem por Brasília.

O MEC vai liberar 54 milhões de reais para o programa em 2020, sendo 1 milhão de reais por escola. O dinheiro será investido no pagamento de pessoal em algumas instituições e na melhoria de infraestrutura, compra de material escolar e reformas, entre outras intervenções. O Ministério da Defesa irá contratar militares da reserva das Forças Armadas para trabalhar nos estabelecimentos. Os profissionais vão receber 30% da remuneração que recebiam antes de se aposentar. A duração mínima do serviço é de dois anos, prorrogáveis por até dez, podendo ser cancelado a qualquer tempo.

Os estados poderão ainda destinar policiais e bombeiros militares para apoiar a administração das escolas. Nesse caso, o MEC repassará a verba ao governo, que, em contrapartida, investirá na infraestrutura das unidades, com materiais escolares e pequenas reformas. Os militares irão atuar como monitores, acompanhando os alunos e fazendo contato com as famílias. De acordo com o governo federal, os militares não devem substituir professores em salas de aula.

Prioridade

O governo Jair Bolsonaro pretende implantar o modelo cívico-militar em 216 escolas até 2023, sendo 54 por ano. A implementação do projeto era uma das bandeiras de Bolsonaro na campanha eleitoral. Os colégios devem ter de 500 até mil alunos do 6º ao 9º ano do ensino fundamental ou estudantes de ensino médio.

Até o dia 1º de outubro, quinze estados e o Distrito Federal tinham aderido ao programa. O prazo para manifestar interesse terminou na sexta-feira 27, mas o governo de São Paulo pediu sua prorrogação. O projeto abre agora uma nova etapa, desta vez para a inscrição de municípios interessados em participar. Prefeituras terão entre os dias 4 e 11 para manifestar o interesse. Todas as cidades podem participar, incluindo as que estão inseridas em estados que não manifestarem.

Fonte: <https://veja.abril.com.br/politica/doria-decide-aderir-ao-programa-de-escolas-civico-militares-de-bolsonaro/>. Acessado em 08/10/2019.

TEXTO III

CRIANÇAS ARMADAS NAS ESCOLAS



Fonte: https://mouse.fandom.com/pt-br/wiki/Viol%C3%Aancia_nas_escolas Acessado em 08/10/2019.

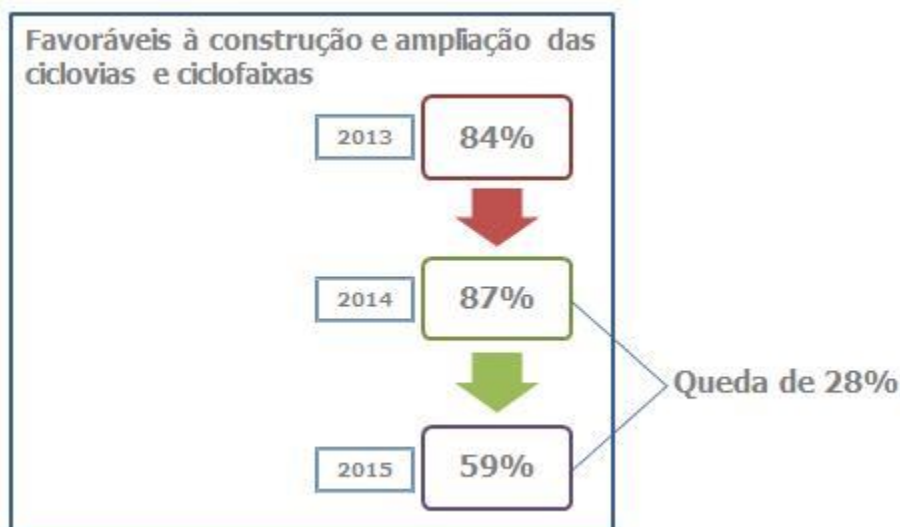
Proposta de Redação

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema **“A crescente crise da mobilidade urbana brasileira”**, apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

TEXTO I

A relação entre os moradores da cidade de São Paulo e o automóvel ainda é extremamente forte e o deslocamento por este tipo de veículo é, e deve continuar sendo, a principal forma que seus cidadãos encontraram de exercer o direito de ir e vir. Essa é a conclusão a que chegamos após analisar as pesquisas divulgadas sobre a política de mobilidade adotada pelo poder municipal e nos ajuda a entender os rumos da ocupação da cidade.

Passados mais de três meses da inauguração da ciclovia da Avenida Paulista e dos estudos e discussões sobre a abertura de vias da cidade aos pedestres, pesquisa sobre Mobilidade Urbana feita pelo IBOPE a pedido da Rede Nossa São Paulo e da FecomercioSP (Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo) mostra que o percentual de pessoas favoráveis às ciclovias caiu de 87% em 2014, para 59% em 2015. Apesar da queda considerável, é importante ressaltar que mais da metade dos entrevistados continua sendo favorável às ciclovias e ciclofaixas.



A Associação dos Ciclistas Urbanos de São Paulo (Ciclocidade), por sua vez, mostra que o número de ciclistas que utiliza a ciclovia da Avenida Paulista mais que dobrou, passando de 977 em 2014, para 2.112 em 2015. Este aumento pode ser atribuído ao fato de as pessoas se sentirem mais seguras para utilizar as vias cicláveis da cidade quando a infraestrutura possibilita o uso da bicicleta.

Segundo a pesquisa realizada pelo IBOPE, a lotação nos ônibus da cidade de São Paulo aumentou de 36% em 2014, para 59% este ano, o que pode ser um reflexo do aumento na quantidade e na frequência de pessoas que passaram a utilizar o transporte público, considerando que houve uma redução no uso do automóvel. Dentre os pesquisados que utilizam o carro como meio de transporte, todos ou quase todos os dias em seus deslocamentos, houve uma redução de 11% no uso do veículo. Caiu de 56% em 2014, para 45% em 2015.

A baixa qualidade dos serviços prestados pelas empresas de ônibus e a falta de infraestrutura dos transportes sobre rodas na cidade e das vias cicláveis pode ser uma das justificativas para que os cidadãos ainda não tenham optado por outras formas de deslocamento, seja por ônibus ou mesmo por bicicletas. Isto porque cerca de 90% dos entrevistados pelo IBOPE se mostraram favoráveis à construção e ampliação de corredores e faixas exclusivas de ônibus. Chama atenção ainda outro dado da pesquisa: 83% dos entrevistados deixariam de utilizar o automóvel com certeza e/ou provavelmente caso houvesse uma alternativa de transporte público que estivesse de acordo com as suas expectativas. [...]

Fonte: <http://exame.abril.com.br/rede-de-blogs/pegada-sustentavel/2015/10/19/os-desafios-da-mobilidade-urbana-na-cidade-de-sao-paulo/>. Acessado em 08/02/2019.

TEXTO II

Não é novidade para ninguém que conseguir trafegar pelas ruas e avenidas de Campinas se tornou um calvário hoje em dia, mas projeções mostram um cenário futuro ainda mais preocupante para a cidade, que poderá entrar em colapso em até oito anos, caso não sejam adotadas medidas eficientes para destravar o enorme fluxo de veículos que transitam diariamente na metrópole.

Considerando a quantidade de ruas, avenidas e vielas na área urbana e o constante aumento da frota, estariam faltando aproximadamente 284 mil veículos para “travar” todos os acessos da cidade. As autoridades apostam em um plano emergencial em pontos críticos para tentar desafogar as vias e reduzir o caos. Para especialistas, a cultura sobre a mobilidade urbana deve ser revista.

[...]

O bombeiro Edson Barbosa, de 40 anos, sabe bem o que é ficar travado no trânsito todos os dias. Há dez anos, ele faz o mesmo percurso de Hortolândia, onde mora, até o Centro de Campinas, e inevitavelmente utiliza a Avenida Lix da Cunha. De acordo com a Emdec, a via é a que apresenta maior volume diário médio de Campinas, com um fluxo de 84 mil veículos, e trava, literalmente, no início da manhã e fim de tarde. “Gasto mais de 30 minutos do trevo da Bosch até a Estação Cultural. Um trecho que, no final de semana, não leva cinco minutos”, apontou o bombeiro, que percebe um aumento maior de veículos nos últimos três anos.

Já as obras dos corredores do BRT (Bus Rapid Transit), sistema de ônibus rápidos e com alta capacidade de passageiros —, que estavam previstas para começarem em 2014, ficaram para este ano. Os corredores deverão atender uma população de cerca de 300 mil pessoas que vive nos eixos Centro-Campo Grande e Centro-Ouro Verde. Essa é uma obra que o governo municipal aposta para dar maior fluidez no trânsito.

[...]

“Para isso, é preciso mais e melhores transportes públicos nas ruas. Também é necessário iniciativas políticas que reduzam a procura pela compra desenfreada de carros. Teremos que pensar em alternativas rapidamente, como, por exemplo, mais estacionamentos gratuitos na região central e mais transporte público em mais localidades”, avalia.

A pesquisadora, também especialista em planejamento urbano saudável, afirma que o aumento da frota tem impactado diretamente na saúde da população. “Deveria haver normas mais rígidas para que os carros saíssem das fábricas com aspectos mais ecologicamente corretos. E, no mesmo compasso, deveríamos usar transportes saudáveis e sustentáveis, como a bicicleta. Não é uma matemática impossível de calcular, basta todos os setores da sociedade pensarem juntos e tomarem a iniciativa de mudar a questão de mobilidade nos grandes centros.”

Fonte: http://correio.rac.com.br/conteudo/2015/01/capa/campinas_e_rmc/232851-transito-esta-a-beira-do-colapso-e-correio-risco-de-travar-em-8-anos.html. Acessado em 08/02/2019.

TEXTO III



Fonte: <http://chargesdoedra.blogspot.com/2010/09/especial-charges-semana-do-transito.html>. Acessado em 08/02/2019.

Proposta de Redação

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema “**Ampliação de políticas públicas na busca por pessoas desaparecidas no Brasil**”, apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

TEXTO I

No Brasil, 82 mil pessoas são registradas como desaparecidas todos os anos

Números estão no anuário lançado nessa terça-feira, em Brasília, pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública

O Fórum Brasileiro de Segurança Pública lançou o anuário com estatísticas sobre o tema. Um dos levantamentos aponta que, ao longo do ano passado, as autoridades de segurança registram mais de 82 mil desaparecimentos de pessoas.

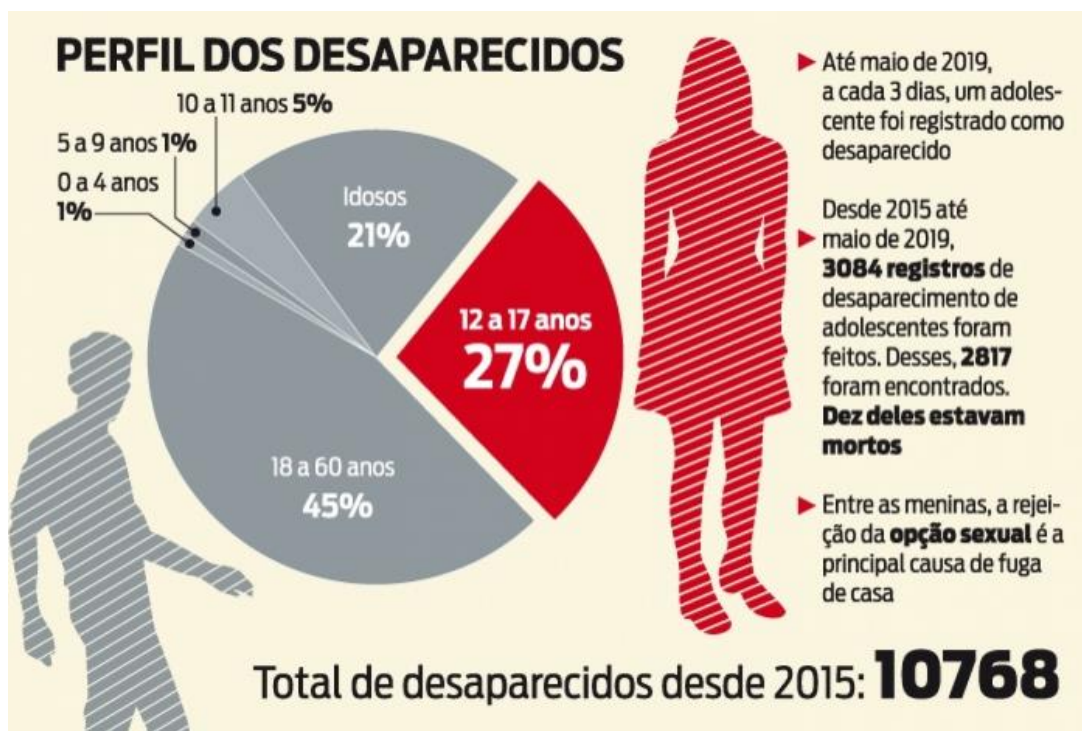
O Comitê Internacional da Cruz Vermelha orienta e apoia familiares de desaparecidos em todo o mundo. A coordenadora regional das Atividades de Proteção do Comitê, Marianne Pecassou, avalia que esse número pode não refletir a realidade.

O cientista político Tulio Kahn, que é pesquisador associado ao Fórum de Segurança Pública, concorda que o dado poderia ser melhor. De acordo com ele, nem sempre as famílias ou os próprios órgãos de segurança deixam de notificar quando uma pessoa é encontrada.

Uma lei sancionada este ano determina que a busca por desaparecidos deve ser feita pelas autoridades até o encerramento do caso, ou seja, até a localização dessas pessoas. A lei também reconhece a complexidade da situação dos familiares dessas pessoas e determina que o Poder Público ofereça apoio adequado.

Fonte: <http://radios.ebc.com.br/reporter-nacional/2019/09/no-brasil-82-mil-pessoas-sao-registradas-como-desaparecidas-todos-os-anos>. Acessado em 08/08/2019.

TEXTO II



Fonte: <https://www.cidadelivre.org.br/index.php/en/allcategories-en-gb/14-direitos-humanos/2279-jovens-lesbicas-fogem-daintolerancia-familiar-e-aumentam-estatistica-de-desaparecidos>. Acessado em 08/08/2019

TEXTO III

A cada 45 minutos, 22 pessoas desaparecem no Brasil. É como se, no segundo tempo de uma partida de futebol, nem o seu time e nem o adversário voltassem do vestiário. (...) A cada ano, 250 mil pessoas somem misteriosamente sem deixar vestígios. Destas, o Ministério da Justiça estima que 40 mil sejam menores de idade. (...) Para o coordenador do programa SOS Criança Desaparecida da FIA, Luiz Henrique Oliveira, falta no Brasil uma legislação própria e integração entre os diversos cadastros de buscas dos órgãos públicos. “O Brasil tem que abraçar essa causa com um conjunto de medidas que possa rapidamente dar uma resposta aos desaparecimentos”, ressalta.

Fonte: <https://odia.ig.com.br/noticia/rio-de-janeiro/2014-05-24/numero-expressivo-e-um-alerta-para-o-drama-das-criancas-desaparecidas.html>. Acessado em 08/08/2019

Proposta de Redação

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema **“Subnutrição e a sua relação com a má distribuição de alimentos”**, apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

TEXTO I

Em várias partes do mundo persistem os problemas de saúde ligados à falta de alimentos. Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS) a subnutrição ainda é causa indireta de cerca de 30% das mortes de crianças no mundo. Afetando o desenvolvimento físico e mental de milhões de crianças, a subalimentação também compromete seu desenvolvimento intelectual e profissional, diminuindo o número de cidadãos preparados para contribuir com o desenvolvimento de seus países.

Este é o ciclo vicioso a que são condenadas regiões pobres em todo o mundo: falta de acesso a alimentos gera subnutrição. Esta prejudica o desenvolvimento intelectual e profissional de parte da população. Na falta de cidadãos preparados, o crescimento da economia fica comprometido e desta forma não se geram menos recursos para produzir ou comprar alimentos para toda a população - principalmente aquela mais necessitada. Por isso, é preciso que os países detentores de tecnologia agrícola desenvolvida atuem nestes países na transferência de conhecimentos.

A fome ainda presente no século XXI não é por falta de alimentos. A produção mundial de comida é suficiente para abastecer os atuais 7,3 bilhões de habitantes da Terra. Se parte da população dos países menos desenvolvidos não tem acesso a quantidades suficientes de comida, isto se deve a fatores como insuficiente produção local; falta de recursos do país para adquirir alimentos no mercado internacional; e elevação dos preços internacionais devido a ações especulativas, entre outros.

A Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) alerta que a população mundial deverá atingir 9 bilhões em 2050, o que incrementará a procura por alimentos. Segundo os especialistas, para fazer frente a esta demanda, o mundo deverá atacar este problema em três frentes principais. Primeiro, aumentar a produção de produtos agrícolas, sem comprometer os recursos naturais, não avançando sobre áreas de vegetação natural. Isto significa que o Brasil, por exemplo, precisará investir muito mais em pesquisa e tecnologia - o que em parte já vem fazendo - para obter uma melhor produtividade das áreas agrícolas já existentes.

O segundo aspecto a ser considerado é a melhoria dos sistemas de armazenagem e distribuição das colheitas. Dados apontam que cerca de 30% dos produtos agrícolas mundiais são perdidos entre o campo e o ponto de venda do produto. Será necessário, na maioria dos países produtores, construir mais silos e armazéns, ampliar a rede rodoviária, ferroviária e ampliar e modernizar as instalações portuárias.

A última providência sugerida pelos estudiosos é reduzir a perda de alimentos nos pontos de venda e entre os consumidores. Segundo um relatório elaborado pela FAO, depois de comprados, aproximadamente 50% dos alimentos são jogados fora, tanto na Europa quanto nos Estados Unidos. No Brasil aproxima 70.000 toneladas (aproximadamente 2.800 carretas) de alimentos acabam no lixo a cada ano no Brasil. Compra de produtos em excesso, mal acondicionamento são fatores que fazem com que milhões de famílias descartem quantidade imensas de alimentos, sem reaproveitá-las. No futuro serão necessárias campanhas em todos os países - principalmente os ricos - incentivando e ensinando o reaproveitamento de alimentos. Se os alimentos forem melhor manuseados e aproveitados, haverá comida para todos.

Fonte: <https://www.aviculturaindustrial.com.br/imprensa/producao-distribuicao-e-consumo-de-alimentos-por-ricardo-ernesto-rose/20150601-131806-h120>. Acessado em 06/09/2019.

TEXTO II

Durante 17 semanas, o Jornal da USP no Ar, no quadro UrbanSus, discutirá um dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Nesta semana, o tópico em discussão foi a fome. Globalmente, a proporção de pessoas subnutridas em regiões em desenvolvimento caiu quase pela metade desde 1990, de 23,3% em 1990-1992 para 12,9% em 2014-2016. Mas, atualmente, uma em cada nove pessoas no mundo (795 milhões) ainda é subnutrida. A vasta maioria das pessoas do mundo passando fome vive em países em desenvolvimento, onde 12,9% da população é subnutrida. A má nutrição causa quase metade das mortes de crianças abaixo dos cinco anos de idade - 3,1 milhões de crianças anualmente. A urgência da fome, as doenças causadas por alimentos contaminados, o desperdício de comida. Marcos Buckeridge, professor do Instituto de Estudos Avançados (IEA), e Ana Lydia Sawaya, da Universidade Federal de São Paulo e coordenadora do Grupo de Pesquisa em Nutrição e Pobreza do IEA, falaram sobre o tema.

Ana Lydia explica a diferença entre fome e desnutrição. Desnutrição significa má nutrição, o que pode ser subnutrição ou obesidade. Especialmente na subnutrição brasileira, há três fatores que a causam e sempre estão relacionados: quantidade insuficiente de alimentos, má qualidade dos alimentos, que carecem de proteínas, vitaminas e minerais, e a insalubridade da moradia, que aumenta a frequência de infecções. Já a fome, do ponto de vista científico, é quando não há o que comer, como em situações de seca ou guerra.

No Brasil, o que ocorre é subnutrição: comer mal e pouco, por falta de acesso aos alimentos, não por falta da existência deles. Ela ressalta a importância do saneamento básico, serviço ao qual cerca de 50% da população ainda não tem acesso. Onde não há saneamento básico, a frequência de infecções é maior. Para a professora, são problemas interligados: não se resolve a subnutrição sem saneamento.

Fonte: <https://jornal.usp.br/atualidades/brasil-precisa-investir-em-logistica-para-acabar-com-subnutricao/>. Acessado em 08/02/2019.

TEXTO III



Fonte: <https://geografiavisual.com.br/infografico/guia-visual-sobre-o-desperdicio-de-alimentos>. Acessado em 08/02/2019

Proposta de Redação

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema **“O patriotismo em questão no Brasil”**, apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

TEXTO I

Patriotismo: Identificação com a Pátria

“A identificação com os valores da pátria faz toda a diferença na formação do cidadão. Sem essa identificação o indivíduo não exerce a cidadania sequer no seu lar, na sua rua, no seu bairro, na sua cidade e no seu estado, quanto mais na defesa do País.” Assim relaciona Antônio Fernando Pinheiro Pedro cidadania com sentimento de identificação, do indivíduo com o meio em que vive. Para o advogado e consultor ambiental, sem esse “sentimento de pertencimento, não há como exercer o indivíduo a sua cidadania”. Para o advogado e consultor ambiental, Pinheiro Pedro, sem esse “sentimento de pertencimento, não há como exercer o indivíduo a sua cidadania”. Para o advogado e consultor ambiental, Pinheiro Pedro, é preciso resgatar o patriotismo desde a educação básica. “Grande parte dos problemas relacionados à educação e ao civismo, está justamente na falta de ambientação dos jovens no bairro onde moram. O avanço da conurbação urbana, desacompanhada da presença efetiva do governo na melhoria das condições de vida da população, sem infraestrutura, educação, e sem criação de espaços de lazer, arborização e segurança, faz com que imensos espaços sejam destinados à marginalidade, relegados a bairros-dormitórios, destinados ao desprezo dos próprios ocupantes”.

“Pergunto, que sentimento podem os jovens nutrir pelo pedaço de chão onde vivem, se não se sentem queridos ali, pelo Estado que os gerencia?” “De toda forma”, alerta o advogado, “devemos resgatar o patriotismo a partir da educação básica, pois, se o governo, hoje, nada entende desse assunto, a geração educada com esses valores poderá mudar a situação e reivindicar, com amor à pátria, as mudanças necessárias para dignificar a Nação.”

Fonte: <http://www.ambientelegal.com.br/patriotismo-um-sentimento-em-extincao/>. Acessado em 08/10/2019.

TEXTO II

O valor do patriotismo

O Brasil, hoje, enfrenta um perigosíssimo processo de extinção do sentimento patriótico. Estamos nos tornando um país desprovido de sentimentos nobres. Nossa nobreza de sentidos está sucumbindo pela deformidade cognitiva do que seja patriotismo, moral e civismo. Essa ausência de valores é observada na ação iconoclasta de instituições públicas, na corrupção gerada pela política, na ausência de uma educação moralmente identificada, na falta de méritos na atividade privada e na falência cultural da sociedade. Assim, é preciso restabelecer os conceitos mais básicos sobre os valores que identificam a nação, a pátria, a soberania e a cidadania, para, então, identificar o que há de errado em nosso país. Esse é o sentido deste artigo.

Identificação com a Pátria

O patriota é aquele que ama seu país e procura servi-lo da melhor forma possível. Patriotismo é um sentimento voluntário, unilateral, de amor e pertencimento. Revela a disposição de entrega à causa da pátria. O patriota (do grego patriotes – patrício), não apenas respeita; ele ama os símbolos da pátria, a bandeira, o hino, o brasão. Nutre identidade com os vultos históricos e as riquezas naturais. Ele serve ao seu país e é solidário

aos que devotam o mesmo sentimento de patriotismo. O Professor Paulo Nogueira Neto lecionava que "homem é território". Ele queria com isso dizer que toda atividade antrópica se refletia territorialmente. Levando em conta esse pressuposto, a pátria é o território e o reflexo do homem – o conjunto de elementos que identificam o ser humano com sua terra natal, seus costumes, seus símbolos e seus ancestrais. A pátria soma elementos tangíveis (terra, água, ar, clima, paisagem, fauna, flora e símbolos nacionais), e elementos intangíveis (amor, identidade, apreço e respeito). Patriotismo é sentimento que acomete todo tipo de indivíduo predisposto a amar a causa da pátria. Crianças e velhos, cidadãos natos e estrangeiros (que aprenderam a amar o país), criminosos circunstanciais e encarcerados habituais... todos podem nutrir esse sentimento de pertencimento. Sentem-se dignos, porque o patriotismo é sinônimo de dignidade. Essa predisposição a sentir é epistemológica. Pressupõe uma ambiência, uma percepção social, uma cultura de identificação com os símbolos nacionais, um sentimento disseminado de amor á terra e engajamento com seus valores.

Fonte: <http://www.ambientelegal.com.br/o-valor-do-patriotismo/>. Acessado em 08/10/2019.

TEXTO III



Fonte: <http://blogs.correiobraziliense.com.br/aricunha/unb/> Acessado em 08/10/2019.

Proposta de Redação

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema **“A internet facilitou a informação, mas restringiu a capacidade de reflexão”**, apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

TEXTO I

Impedir o acesso à internet e o uso de recursos tecnológicos não é o caminho

A internet não precisa ser vista como um mal ou um perigo. Tudo depende como ela é usada. As novas demandas educacionais exigem uma integração cada vez maior entre a sala de aula e os meios digitais. A utilização desses recursos abre desde cedo diante de crianças e adolescentes um mundo virtual a ser desbravado. E é aí que os pais precisam tomar alguns cuidados. Cabe aos adultos orientarem as crianças e jovens quanto ao uso da internet. À medida em que eles forem adquirindo responsabilidade, podem ganhar mais autonomia. Enquanto isso não acontece, é preciso tomar cuidado com os excessos e perigos a que os filhos ficam expostos por conta da grande interatividade e acesso irrestrito às informações. Mas impedir o acesso à internet ou o uso de recursos tecnológicos não é o caminho. O mais adequado é fazer um trabalho de conscientização sobre a utilização adequada da internet, com limites éticos e legais.

O artigo 932 do Código Civil deixa claro que os pais têm o dever de vigilância, e quando falham nesse sentido podem responder por negligência. É preciso estar presente na vida dos filhos, sabendo o que estão fazendo e com quem estão interagindo no mundo real e no digital.

No ambiente online, na verdade, valem os mesmos conselhos que antigamente nossos pais nos davam: não falar com estranhos, não entrar em comunidades desconhecidas, não copiar o conteúdo do colega e, especialmente, não fazer com os outros aquilo que não gostaríamos que fizessem conosco.

A tecnologia não precisa ser vista como um mal ou um perigo. Tudo depende como ela é usada. Nessa hora, o mais eficaz é “entrar no jogo” e participar da vida digital do filho para conseguir avaliar com mais precisão a que os filhos estão expostos.

Disponível em: <http://ensinopositivo.com/impedir-o-acesso-a-internet-e-o-uso-de-recursos-tecnologicos-nao-e-o-caminho/>
 (Adaptado)

TEXTO II



Disponível em: <https://tirasarmandinho.tumblr.com/>

TEXTO III**Redes sociais digitais: uso consciente e estratégico**

As redes sociais passaram a fazer parte do dia a dia das pessoas. Essa realidade confundiu os conceitos; do que é profissional e do que é pessoal, do que é público e do que é particular. Os profissionais que utilizam essas ferramentas; como forma de apoio para suas carreiras offline, precisam prestar atenção a todo conteúdo postado através de seus perfis nas redes sociais. Quando é estratégico o uso do meio digital, ele pode ser um espaço importante para os profissionais de vendas como os corretores de imóveis. A internet modificou a maneira como as pessoas se comunicam. Através de um smartphone tornou-se possível registrar imagens, enviar mensagens instantaneamente e disseminar informações e opiniões com apenas um clique. As possibilidades atuais exigem que os profissionais monitorem o que está sendo dito nos espaços digitais. É preciso ficar atento ao que é falado sobre si, sobre a sua empresa e também sobre o seu mercado de atuação. Além do que é dito, também é imprescindível prestar atenção no que você posta. Todo conteúdo divulgado por você em algum de seus perfis nas redes sociais digitais, uma vez publicado; pode ser compartilhado e visto, não só por seus amigos e familiares, mas também por possíveis clientes. Outro ponto importante é que após publicar um texto, uma imagem, um vídeo ou mesmo um link, você perde o controle daquela informação, pois ela já está no ambiente público da internet. Antes de publicar qualquer conteúdo. Não esqueça de que um possível cliente pode visualizar aquela publicação e se pergunte: Este conteúdo é mesmo relevante? Quero que este conteúdo esteja relacionado ao meu perfil? Algumas redes sociais possuem recursos que permitem a segmentação no envio das postagens. Se você quer compartilhar a foto de uma viagem e deixá-la visível apenas para seus familiares; veja se a rede social que você está utilizando possui este recurso, lembre-se: seu uso deve ser sempre consciente e estratégico.

Disponível em: <https://www.jetimob.com/blog/uso-estrategico-redes-sociais/> (Adaptado)

Proposta de Redação

A partir da leitura dos textos de apoio e dos seus conhecimentos sobre este gênero textual, escreva um **texto dissertativo-argumentativo** sobre o tema: **A importância da educação financeira na vida do cidadão.**

TEXTO I

Cerca de 62,6 milhões de brasileiros fecharam 2018 com o nome sujo, diz SPC

Cerca de 62,6 milhões de brasileiros terminaram 2018 com alguma conta atrasada e com o CPF negativado, o que representa 41% da população adulta do país. Em 2017, eram 60,2 milhões de brasileiros. As estimativas são do Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil) e da Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) e foram divulgadas nesta terça-feira (15). Essa estimativa parte dos dados do SPC Brasil, mas é aplicada uma metodologia para calcular a situação que represente toda a população brasileira.

Mesmo com a lenta recuperação econômica, as famílias ainda enfrentam dificuldades para honrar seus compromissos em dia, disse o presidente da CNDL, José Cesar da Costa. "(...) o brasileiro, mesmo diante da crise recente, ainda não aprendeu a gerenciar melhor as finanças." A economista-chefe do SPC Brasil, Marcela Kawauti, afirma que as notícias para 2019 tendem as melhores e o processo de recuperação econômica deve se acelerar.

UOL. Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2019/01/15/dividas-em-atraso-calote-spc-brasil-2018.htm>>. Acesso em: 09 ago. 2019. (Adaptado). © 1996 - 2019 UOL - O melhor conteúdo. Todos os direitos reservados.

TEXTO II

Inadimplência por faixa etária

variação anual em 2018, em %



Fonte: SPC e CDNL

G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/01/15/mais-de-62-milhoes-de-brasileiros-encerram-2018-com-o-nome-sujo-diz-spc.ghtml>. Acesso em: 09 ago. 2019. © Copyright 2000-2019 Globo Comunicação e Participações S.A.

TEXTO III

Aprender educação financeira em sala de aula pode gerar bons resultados para a vida toda

A partir do início de 2020, toda escola brasileira terá que tratar de educação financeira na Educação Infantil e no Ensino Fundamental. O debate deve ser conduzido de forma transversal na escola — isto é, envolvendo outras disciplinas para além da matemática. Caso tenha sucesso, a novidade tem potencial para alterar um cenário alarmante: estudo da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) de 2015 mostra que mais da metade dos jovens brasileiros de 15 anos não tem conhecimentos básicos sobre como lidar com dinheiro cotidianamente. De 15 países analisados, o Brasil fica em último lugar.

Os jovens brasileiros chegam à fase adulta com grande risco de ficar inadimplentes. Segundo especialistas, quebrar esse ciclo é possível, e uma das estratégias é trabalhar a educação financeira em escolas, para que o hábito de cuidar do próprio dinheiro seja incorporado pelo resto da vida.

— A intervenção em crianças muda um comportamento geracional. É como a educação ambiental, o quanto mais cedo for introduzida, maior será o retorno, porque as crianças serão formadas com essa consciência — diz Ana Leoni, superintendente de educação financeira da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima).

Em 2010, o governo federal implementou a Estratégia Nacional de Educação Financeira (Enef), uma política pública para fomentar o ensino de educação financeira. Ao analisar um projeto-piloto em escolas brasileiras, o Banco Mundial constatou que os alunos tinham se tornado mais conscientes em relação às próprias finanças. Com a incorporação da educação financeira em sala de aula, após a inclusão do tema na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), pais devem observar se os filhos estão discutindo dinheiro na rotina escolar.

Trabalhar o assunto não é só falar de porcentagem. Passa por reavaliar o valor do dinheiro, planejar o orçamento e discutir empreendedorismo, Previdência Social e sistema financeiro. O tema não precisa ser ensinado em uma disciplina específica – pode ser trabalhado em projetos, inclusive em matérias como história ou sociologia.

GAUCHAZH. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/educacao-e-emprego/noticia/2019/07/aprender-educacao-financeira-em-sala-de-aula-pode-gerar-bons-resultados-para-a-vida-toda-cjxz6lsc200x401rv1osdv822.html>>. Acesso em: 09 ago. 2019. (Adaptado). © 2000 - 2019 Grupo RBS.

TEXTO IV



yubb. Disponível em: <<https://blog.yubb.com.br/importancia-da-educacao-financeira/>>. Acesso em: 09 ago. 2019.

Proposta de Redação

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema **“Desastre em Brumadinho e a gravidade da reincidência dos crimes ambientais”**, apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

TEXTO I

Brumadinho estava em "atenção"

O Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) teve acesso a documentos da mineradora Vale que revelam que a Barragem I da Mina do Feijão, em Brumadinho (MG), estava classificada internamente em "zona de atenção". Além dela, outras nove estruturas estavam na mesma situação no ano passado. O ministério cobra a elaboração imediata de um plano de emergência pela mineradora.

A Agência Brasil teve acesso à ação civil pública movida pelo MPMG para cobrar da mineradora medidas que possibilitem evitar novas tragédias. Movida em 31 de janeiro, seis dias após o rompimento da barragem I da Mina do Feijão, a ação tramita em sigilo. Na ação, há em anexo documentos internos da mineradora.

De acordo com o MPMG, ao verificar se a Vale tinha desenvolvido uma metodologia própria de análise de riscos, foi identificada uma avaliação geotécnica interna. "Os documentos apresentados demonstram que, em outubro de 2018, a requerida tinha ciência de que, dentre 57 barragens de sua responsabilidade avaliadas, 10 estavam em zona de atenção", diz a ação.

Para o MPMG, a mineradora não adotou medidas necessárias para manter a segurança de seus empreendimentos. "A requerida tem por obrigação assegurar a estabilidade das barragens de rejeitos e demais estruturas integrantes de seus complexos de mineração, não apenas documentalente mas sim faticamente."

Disponível em: <http://agenciabrasil.etc.com.br/geral/noticia/2019-02/mp-vale-tinha-ciencia-que-barragem-de-brumadinho-estava-em-atencao>

TEXTO II

“Não é um desastre. É um crime ambiental”, diz Marina Silva

Para a ex-ministra do Meio Ambiente, o poder público e as mineradoras não aprenderam nada com a tragédia de Mariana.

O poder público e as mineradoras não aprenderam nada com a tragédia de Mariana (MG), afirmou Marina Silva, ex-ministra do Meio Ambiente (2003-2008), ao comentar o rompimento das barragens em Brumadinho (MG). Para a candidata presidencial da Rede nas últimas

eleições, não se trata de um desastre ambiental, "é um crime ambiental". A ex-senadora teme que o país enfrente outras notícias ruins nos próximos anos. "Quando eu ouço essa história de mudança no código de mineração, de flexibilização na legislação ambiental, isso é um discurso que vai na contramão de tudo aquilo que vem sendo feito", disse. "Agora é a primeira vez que se tem mais do que um retrocesso. É quase uma regressão na agenda ambiental brasileira."

Disponível em: <https://epoca.globo.com/nao-um-desastre-um-crime-ambiental-diz-marina-silva-23403003>

TEXTO III



Disponível em: <https://twitter.com/LatuffCartoons/status/1088953986823131136>

Proposta de Redação

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema **“Os perigos da alienação parental”**, apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

TEXTO I

Alienação parental é crime?

Usar filhos como instrumento de vingança pelo fim da vida conjugal é crime. E não importa se são os pais, avós e até mesmo os novos parceiros quem manipula psicologicamente a criança contra o pai ou a mãe, seja voluntariamente ou não, bem como dificulta o convívio familiar. De acordo com a advogada Edwirges Rodrigues, professora de direito de família na Unesp e membro do IBDFAM, a lei 13.431/2017, em vigor desde abril deste ano, considera os atos de alienação parental como violência psicológica e assegura ao genitor

alienado o direito de pleitear medidas protetivas contra o autor da violência. O alienador não pode ser preso, mas pode receber punições como uma advertência, pagamento de multa e modificação da guarda para compartilhada ou sua inversão. Quando descumprida a medida protetiva que assegure, por exemplo, o exercício da guarda compartilhada, além de o juiz decretar a prisão preventiva do infrator – pai, mãe ou responsável –, ele fica sujeito a processo criminal. Disponível em: <https://revistacrescer.globo.com/Familia/noticia/2018/09/alienacao-parental-e-crime.html> (Adaptado)

TEXTO II



Disponível em: http://clubedamafalda.blogspot.com/2007_09_01_archive.html#.XJ5gGJhKjIU

TEXTO III

Alienação parental causa danos psicológicos às vítimas

Tratar do tema da alienação parental é delicado. Próximo a datas comemorativas como o Dia dos Pais, são inúmeras as campanhas comerciais para compra de presentes, restaurantes lotados, publicidades emotivas. Mas e quando a relação entre os pais anda de mal a pior? Como ficam as crianças e os adolescentes, filhos de pais e mães que não se entendem? E os pais que usam os filhos para tamponar seus fracassos amorosos? A alienação parental causa danos psicológicos às vítimas. Desde 2010 tornou-se possível, juridicamente, proteger crianças e adolescentes que sofrem com determinadas ações dos pais. Podem ser sérias as consequências de uma separação ou divórcio litigioso para seus filhos. Por isso, decidimos explicar o que é a chamada Alienação Parental. Um dos institutos jurídicos mais importantes criados recentemente no âmbito do Direito de Família mediante a Lei no 12.318/2010.

Alienação parental e a saúde psíquica dos filhos

O conceito de alienação parental já era utilizado pelo psiquiatra alemão chamado Richard Gardner na década de 1980 (Síndrome de Alienação Parental – SAP). Para Gardner, trata-se de um processo que consiste em programar uma criança para que odeie um de seus genitores sem justificativa. No caso, a criança acaba sendo induzida a dar sua própria contribuição na campanha para desmoralizar o genitor alienado. A alienação parental acarreta riscos para a saúde psíquica e emocional de uma criança ou adolescente. Por isso, podemos caracterizá-la como uma forma de abuso.

Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2013/04/entenda-os-riscos-da-alienacao-parental-4111869.html>

Proposta de Redação

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema “**Ensino domiciliar em questão no Brasil**”, apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

TEXTO I

Gestão Bolsonaro promete liberar ensino domiciliar por medida provisória

[...] O governo do presidente Jair Bolsonaro (PSL) incluiu na lista de metas para os cem primeiros dias do governo a regulamentação do ensino domiciliar por meio de medida provisória.

A prática havia sido considerada ilegal no final do ano passado pelo STF (Supremo Tribunal Federal). Na ocasião, a maioria dos ministros entendeu que, por falta de regulamentação, ela não poderia ser considerada um meio lícito para os pais garantirem o direito dos filhos à educação.

Com a medida provisória, irá se regularizar a situação das famílias que ensinam seus filhos em casa. Segundo

estimativa divulgada no ano passado pela Aned (Associação Nacional de Educação Domiciliar), elas somavam cerca de 7.500 na ocasião. Parte delas é composta por pessoas que discordam da linha educacional oferecida nas escolas por motivos religiosos. Já educadores contrários à medida citam a frequência a instituições educacionais como um direito da criança e enfatizam a escola como um espaço importante de socialização.

Disponível em:

<https://www.educamundo.com.br/blog/bolsonaro-ead-basico-fundamental>

TEXTO II

Cresce a adesão à educação domiciliar nos EUA

À primeira vista, a educação doméstica ou domiciliar, conhecida nos Estados Unidos como home school, causa estranheza. Como um pai ou uma mãe podem ser capazes de substituir a escola, mesmo sem terem experiência como professores? Parece loucura, mas além de eleger Trump, nos Estados Unidos 2,9% das crianças em fase escolar não frequentam salas de aula tradicionais, mas são ensinados em casa pelos pais ou por tutores.

A prática conhecida como home school já é a realidade de mais de 1,5 milhão de crianças e adolescentes, e esse número aumenta em média 7% ao ano, de acordo com o National Center for Education Statistics (Centro Nacional para Estatísticas em Educação) do governo americano. E o que pode ser mais surpreendente, com bom resultado.

[...] A editora da revista digital Practical Homeschooling (Educação doméstica na prática, em tradução livre), Mary Pride, diz que é fácil entender esses resultados. “As pessoas mais interessadas na educação de uma criança são os pais dela. Se você tira as decisões educacionais das mãos do Estado ou de uma professora desconhecida, e as coloca nas mãos dos maiores

interessados, é muito provável que os resultados serão excelentes”, afirma Mary.

Além disso, a educação domiciliar é normalmente feita em grupos muito pequenos ou mesmo no formato de aula particular, quando o professor, seja ele um profissional ou uma mãe, está observando atentamente o aprendizado do aluno. Nenhuma dúvida passa despercebida.

[...] Mas é claro que existem desvantagens também. A maior delas é a perda ou diminuição da receita familiar, pois um dos pais tem que trabalhar menos ou parar completamente para se dedicar a educação dos filhos. Por outro lado, diminui também o custo da escola, se ela for particular. Outra desvantagem muito defendida pelos críticos da escola doméstica é a falta de socialização. Por outro lado, aumentando o tempo para atividades extracurriculares, as possibilidades de aumentar o contato com outras crianças também existe. O problema, porém, mais comum, que atinge mais de 90% dos pais que optaram por educar seus filhos em casa, é bem mais prosaico: falta de tempo e de oportunidades para limpar a casa e colocar as coisas em ordem, afinal as crianças passam mais tempo no ambiente.

Disponível em: <http://www.gilbertogodoy.com.br/ler-post/cresce-a-adesao-a-educacao-domiciliar-nos-eua>

TEXTO III



Disponível em: <https://latuffcartoons.wordpress.com/2014/05/23/brasil-tem-1-051-especies-em-extincao-incluindo-professores-charge-brasil247/>

Proposta de Redação

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema **“Aleitamento materno em questão no Brasil”**, apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

TEXTO I

Mulher-Maravilha: aleitamento materno no Brasil é referência mundial

No Brasil, apenas 36,6% das crianças com até seis meses de vida recebem exclusivamente aleitamento materno. Os dados são de 2013, mas o número cresceu muito e a estatística para 2017 deve subir pelo menos mais cinco pontos percentuais. Apesar de baixo, o índice é referência mundial. A porcentagem é tão acima da média global que inspirou até estudo na prestigiada Escola de Saúde da Universidade de Yale. A pós-doutoranda brasileira Gabriela Buccini faz parte da equipe idealizadora do projeto *Becoming Breastfeeding Friendly* (Se Tornando Amigável à Amamentação, em tradução livre). O programa mede a situação do aleitamento exclusivo em vários países para criar um índice e definir se o país está pronto ou não para evoluir em programas de amamentação.

“O BBF tem sido um grande aprendizado para nós, especialmente na hora de propor ações que precisam levar em consideração os gargalos específicos de cada nação — em financiamento ou questões culturais”, afirma Gabriela.

Entendendo o índice

A médica Rossiclei Pinheiro, do Departamento Científico de Aleitamento Materno da Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP), explica que as regiões mais pobres do país costumam ter indicadores mais favoráveis à amamentação. “É complexo avaliar, mas a questão financeira é muito importante. O leite materno é gratuito. Em outras regiões mais ricas, existe acesso e opção a outro tipo de alimento”, conta.

Algumas estratégias usadas pelo governo também são importantes para explicar o aumento da porcentagem. Os 385 Hospitais Amigos da Criança espalhados pelo país — grupo de estabelecimentos públicos e privados comprometidos em incentivar a amamentação desde a hora do parto — se tornaram fundamentais. Neles, não se oferece chupeta, mamadeira ou fórmulas artificiais e uma equipe multidisciplinar ajuda as mães neste primeiro momento. O banco de leite materno também é importante para aquelas que não conseguem amamentar.

O maior entrave quando se fala em aleitamento é a dificuldade que as mães têm em amamentar. “Às vezes, o bebê não consegue se encaixar para sugar de forma eficaz, a mãe tem fissura nas mamas, sente dor. A criança acaba não ganhando peso e, por causa disso, os pais optam pela fórmula. Um profissional de saúde para dar suporte a ela e orientar a família é fundamental”, afirma Nathalia Sarkis, pediatra do Centro de Medicina Fetal do Hospital Santa Lúcia. A falta de informação sobre a importância do aleitamento também contribui para a mãe desistir de amamentar integralmente o filho. [...] Mas, além de conscientizar as mães da importância do aleitamento, é preciso acabar com o julgamento por parte da sociedade. Muitas ainda ficam envergonhadas por ter de amamentar em público, e procuram locais específicos e escondidos quando deveriam ficar à vontade em qualquer lugar.

“O Ministério da Saúde também vem fazendo campanha há muito tempo. A Sociedade Brasileira de Pediatria tem fortalecido muito a questão com divulgação. É preciso sensibilizar a sociedade para que a comunidade se sinta estimulada a cuidar desses bebês nos seis primeiros meses”, afirma Sandra Lúcia Andrade, pediatra neonatologista e coordenadora do Centro de Medicina Fetal e Gestação de Alto Risco do Hospital Santa Lúcia.

Fonte: <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/cultura/cultura-and-development/access-to-culture/>. Acessado em 08/02/2019.

TEXTO II

Fonte: <https://www.vvale.com.br/charges/charge-semana-da-amamentacao/>. Acessado em 08/09/2019.

TEXTO III**Amamentação em público: 47% das mulheres no Brasil sofreram preconceito**

O leite materno é o alimento mais completo para um bebê que acaba de chegar ao mundo e a melhor maneira de atender às suas necessidades nutricionais, imunológicas e emocionais. Segundo a Pesquisa Global sobre Aleitamento Materno 2015, da marca de produtos para amamentação Lansinoh, a grande maioria das brasileiras sabe disso: 98% das entrevistadas responderam que dar o peito é a melhor forma de nutrir um bebê.

Vale lembrar que a Organização Mundial de Saúde preconiza o aleitamento exclusivo até os 6 meses, seguido pela amamentação como alimentação complementar até os 2 anos.

A média de aleitamento exclusivo no Brasil é de apenas 54 dias. Os maiores desafios, de acordo com as entrevistadas, seriam a dor (26%), ter de acordar no meio da noite (13%) e a frequência das mamadas (10%). Já o maior medo estaria relacionado à pega do bebê (37%), seguido por não conseguir amamentar pelo tempo indicado (32%).

Participaram 13.348 mães e gestantes, do Brasil, Canadá, China, Colômbia, França, Alemanha, México, Turquia, Reino Unido e Estados Unidos. Para 38% das mulheres ao redor do mundo, amamentar em público é visto como algo perfeitamente normal. Aqui, a porcentagem é maior, 64%. O Brasil, no entanto, aparece como o país onde mais mulheres dizem ter sofrido preconceito por amamentar em público (47,5%), seguido pelo Canadá (42%). A média global é de 18%.

Fonte: <https://www.vvale.com.br/charges/charge-semana-da-amamentacao/>. Acessado em 08/09/2019.

Proposta de Redação

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema “**A alimentação na rede pública de ensino**”, apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

TEXTO I

Em 1948, com a aprovação da Declaração Universal dos Direitos Humanos, dentre outras aquisições, consolidou-se o direito de viver livre da fome e da desnutrição. Com o acordo dos direitos da criança, em 1989, reafirmou-se, no Brasil, esse direito, intensificando a preocupação com a alimentação apropriada servida nas escolas oficiais. O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) foi criado em 1954, pelo MEC, no final do Governo Vargas.

O PNAE é um dos programas mais antigos de suplementação alimentar em execução no País. Seu objetivo é garantir aos pré-escolares e escolares, na faixa etária dos 7 aos 14 anos, o atendimento de 15% das suas necessidades nutricionais diárias.

Atendendo 21% da população brasileira é um dos mais importantes aparelhos do Governo para redistribuição de renda entre as camadas mais pobres. Seu foco principal é a criança, e caracteriza-se como um dos Programas-chave no campo alimentar.

Disponível em: <<https://educador.brasilecola.uol.com.br/politica-educacional/alimentacao-escolar.htm>>. Acesso em: 14 out. 2018.

TEXTO II

É consenso que se alimentar de forma saudável é fundamental para o desenvolvimento integral de todos indivíduos. Segundo informações do Guia Alimentar para a População Brasileira, do Ministério da Saúde, o Brasil alcançou, nas últimas décadas, importantes mudanças no padrão de consumo alimentar devido à ampliação de políticas sociais nas áreas de saúde, educação, trabalho, emprego e assistência social.

Em um país onde a fome e a desnutrição ainda são graves problemas sociais, ao passo que aumentam os casos de obesidade, o tema da educação alimentar e nutricional é central, e a escola é um agente fundamental nesse sentido. Para a nutricionista Vanessa Manfre, as instituições educacionais são um espaço privilegiado, uma vez que acompanham as diversas fases do desenvolvimento desde a primeira infância, etapa em que começam a se moldar os hábitos alimentares que repercutirão por toda a vida.

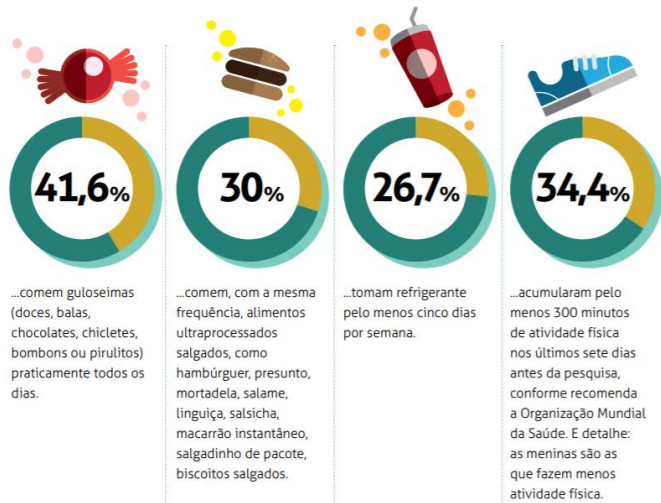
“A escola tem o papel de fornecer a refeição baseada nas recomendações nutricionais de cada criança, considerando o tempo em que elas estão naquele espaço. E também promover ações capazes de introduzir novos alimentos e fazer com que os estudantes conheçam, manipulem e mastiguem novos alimentos”, afirma.

Disponível em: <<https://educacaointegral.org.br/reportagens/alimentacao-escolar-e-parte-do-processo-de-aprendizagem/>>. Acesso em: 14 out. 2018.

TEXTO III

CONFIRMA ALGUNS DADOS DA PESQUISA NACIONAL DE SAÚDE DO ESCOLAR – PENSE 2015:

Porcentagem de estudantes do 9º ano do ensino fundamental que...



Disponível em: <http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/documentos/pse/Guia_Alimentacao_Saudavel_PCU_2018>. Acesso em: 15 out. 2018.

TEXTO IV

MERENDA ESCOLAR



Disponível em: <<https://www.blogderocha.com.br/charges-de-hoje-26/merenda-escolar-2/>>. Acesso em: 14 out. 2018.

Proposta de Redação

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema “**As consequências da pirataria para a sociedade**”, apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

TEXTO I

O que diz a legislação

A qualificação da pirataria como crime se encontra no Código Penal, no Art. 184, que fala sobre a violação dos direitos do autor e os que lhe são conexos, e tem uma pena de detenção de três meses a um ano ou multa. Além disso, nos seus primeiros 3 parágrafos, são dados detalhes do que é qualificado como pirataria:

- reprodução total ou parcial, com intuito de lucro direto, ou indireto, por qualquer meio, de obra intelectual sem autorização expressa do autor, do intérprete ou executante, ou de quem a represente. Pena: reclusão, de 2 a 4 anos, e multa.
- tentativa de lucro através de distribuição, venda, armazenamento, ocultação, exposição à venda, empréstimo e introdução no país, de original ou cópia de obra intelectual reproduzido com violação dos direitos de propriedade intelectual. Estão também incluídos nesse parágrafo, aqueles que alugam.
- violação da propriedade intelectual que ocorre com o oferecimento público de qualquer obra sem autorização, mediante cabo, fibra ótica, satélite, ondas ou qualquer outro sistema, com objetivo de conseguir lucro. Pena: reclusão, de 2 a 4 anos e multa.

Disponível em: <<https://www.oficinadanet.com.br/post/13448-o-que-e-pirataria>>. Acesso em: 18 out. 2018.

TEXTO II

Avanço da pirataria

Segundo dados do Fórum Nacional Contra a Pirataria (FNCP), os maiores sites de pirataria de filmes e séries tiveram 1,7 bilhão de acessos entre dezembro de 2015 e maio de 2016. Um número de acessos oito vezes maior do que os acessos ao Netflix, principal serviço de conteúdo sob demanda.

Durante esse período, o Brasil deixou de arrecadar R\$ 721 milhões em impostos por causa da pirataria de filmes. A estimativa é que mais de 13 mil filmes e títulos foram pirateados, 58 mil empregos deixaram de ser criados e que a indústria de filmes tenha tido um prejuízo de R\$ 2 bilhões.

No mercado de TV por assinatura, a estimativa da Associação Brasileira das TVs por Assinatura (ABTA) é que 100 mil empregos estão em risco por causa da pirataria. Segundo Antonio Salles, consultor da associação, o Brasil tem hoje cerca de 4 milhões de aparelhos de TV por assinatura pirata, o que gera uma perda de receita para o setor de R\$ 6 bilhões por ano.

Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/brasil-perde-r-130-bilhoes-por-ano-com-pirataria-contrabando-e-comercio-ilegal-aponta-estudo.ghtml>>Globo>. Acesso em: 18 out. 2018.

TEXTO III


Disponível em: <<https://dandonota.wordpress.com/2009/05/03/os-numeros-da-pirataria-no-brasil/>>. Acesso em: 18 out. 2018.

Proposta de Redação

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema **“Causas e consequências da violência no esporte brasileiro”**, apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

TEXTO I

Pisoteamento, arrastão, empurra-empurra, agressões, vandalismo e até mesmo furto a um torcedor que estava caído no asfalto após ter sido atropelado nas imediações do Maracanã. As cenas de selvageria protagonizadas no último dia 13 de dezembro tiveram como estopim uma invasão de milhares de torcedores sem ingresso, que furaram o bloqueio policial e transformaram o maior estádio do Brasil em terra de ninguém.

Um reflexo não só do quadro de insegurança que assola o Estado do Rio de Janeiro, mas também de como a violência social se embrenha pelo esporte mais popular do país. Em 2017, foram registrados 104 episódios violentos relacionados ao futebol brasileiro, que resultaram em 11 mortes de torcedores – outros sete casos ainda estão sob investigação.

Os dados são fruto de um levantamento anual realizado pela Pesquisa de Mestrado da Universo, coordenada por Mauricio Murad, professor e doutor em sociologia do esporte, que estuda o comportamento de torcidas. “Os distúrbios mais recentes no Maracanã apenas confirmam a incapacidade das autoridades em lidar com a violência no futebol”, afirma o pesquisador. Após o incidente na final da Sul-Americana, o Flamengo foi denunciado pelo Tribunal de Disciplina da Conmebol e pode ser punido com multa, perda de mando de campo ou até exclusão de campeonatos.

A diretoria do clube responsabilizou a Polícia Militar do Rio de Janeiro, alegando que a corporação “tem encontrado muitas dificuldades do ponto de vista de estrutura e contingente para realizar seu trabalho nas praças esportivas e outros pontos do estado”. Ainda argumentou, em nota oficial, que havia solicitado antes da partida o máximo efetivo policial à PM, que, por sua vez, entendeu que a forma de concessão de ingressos a sócios adotada pelo Flamengo, por meio de apresentação do cartão de crédito nas catracas, impossibilitou o bloqueio das ruas no entorno do estádio. O Ministério Público do Estado solicitou a abertura de uma investigação para apurar falhas de segurança no evento.

A VIOLÊNCIA NO FUTEBOL COMO UM RETRATO DO BRASIL. Disponível em:
<https://brasil.elpais.com/brasil/2017/12/28/deportes/1514427700_914142.html>. Acesso em: 07 out. 2018.

TEXTO II

Não há dúvidas de que a violência no esporte advém de uma face da sociedade que engloba a violência no cotidiano. O esporte que, teoricamente, deveria sublimar a violência, passou a ser a própria forma de manifestação desse fenômeno. Infelizmente, tem sido cada vez mais frequente a violência no esporte. Seja em qual modalidade for, seja em que país for, o esporte tem ocupado um lugar de destaque nos noticiários há muito tempo, muitas vezes, pelos motivos errados, violência e agressividade, sejam elas pelos próprios esportistas, sejam pelos torcedores, sejam pelos policiais ou autoridades que tentam acalmar os ânimos dos dois lados.

E a violência no esporte vai muito além dos estádios, ginásios ou arenas esportivas, elas começam antes, nas ruas, nos bares, no trânsito, na internet. A violência no esporte existe em todas as formas, seja violência verbal ou física. O Bullying no esporte tomou proporções enormes, principalmente com o advento da internet, na qual manifestar-se contra ou a favor de um determinado time é jogar-se aos leões. Sem falar no vandalismo que se aplica à quase todas as situações de violência no esporte. [...]

No entanto, algumas providências já foram adotadas, como por exemplo o cadastramento de torcedores, o incentivo da presença das famílias nos torneios, a proibição de identificação de torcidas uniformizadas. São medidas enérgicas e responsáveis que podem ajudar o esporte a livrar-se da violência.

CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS DA VIOLÊNCIA NO ESPORTE. Disponível em:
<http://obviousmag.org/archives/2014/01/causas_e_consequencias_da_violencia_no_esporte.html#ixzz5TIXEdqCl>. Acesso em: 07 out. 2018.

TEXTO III



Disponível em: < <https://esportes.r7.com/futebol/brigas-entre-torcidas-de-grandes-clubes-ja-deixaram-mais-de-100-mortos-no-brasil-07122014>>. Acesso em: 07 out. 2018.

TEXTO IV



Disponível em: < <https://www.uol/esporte/especiais/especial-violencia-torcedores.htm#imagem-1>>. Acesso em: 07 out. 2018.

Proposta de Redação

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema **“Desafios para a educação da população indígena no Brasil”**, apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

TEXTO I

Educação Escolar Indígena

Os Povos Indígenas têm direito a uma educação escolar específica, diferenciada, intercultural, bilíngue/multilíngue e comunitária, conforme define a legislação nacional que fundamenta a Educação Escolar Indígena. Seguindo o regime de colaboração, posto pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a coordenação nacional das políticas de Educação Escolar Indígena é de competência do Ministério da Educação (MEC), cabendo aos Estados e Municípios a execução para a garantia deste direito dos povos indígenas.

Disponível em: <<http://www.funai.gov.br/index.php/educacao-escolar-indigena?start=4#>>. Acesso em: 14 out. 2018.

TEXTO II

Educar indígenas é desafio para escolas dentro e fora das aldeias

A resolução nº 5 de junho de 2012 determina que sejam desenvolvidos projetos que afirmem as identidades étnicas, valorizem as línguas indígenas e os conceitos próprios desses povos. Isso significa que os modelos pedagógicos não precisam seguir os moldes “urbanos”. Segundo o MEC, em 2012, a maior parte dos 234 mil alunos indígenas estava matriculada em colégios nas aldeias. Ao todo, 2.954 escolas atendem esses alunos no País, sendo que apenas 28.972 estão em escolas urbanas. Nas aldeias, quem dá aulas são professores indígenas (95%). De acordo com o ministério, de 2005 a 2011, 2,8 mil professores indígenas se formaram.

Disponível em: <<https://ultimosegundo.ig.com.br/educacao/2013-03-17/educar-indigenas-e-desafio-para-escolas-dentro-e-fora-das-aldeias.html>>. Acesso em: 14 out. 2018.

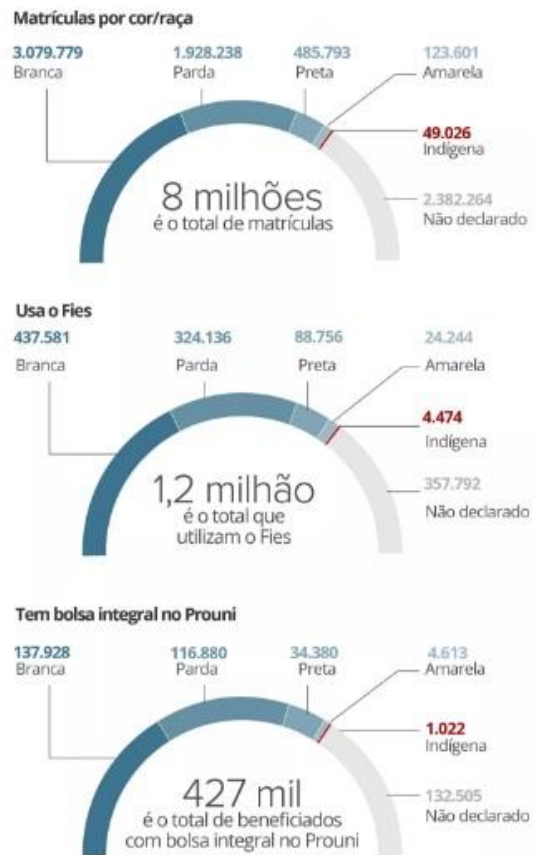
TEXTO III

Estudantes indígenas são os que menos contam com apoio público para pagar curso

63% dos indígenas não conseguiram vaga gratuita ou não foram selecionados pelo Fies ou pelo ProUni para custear faculdade privada, mostram dados do Censo 2016.

Raio X das matrículas na universidade

Situação por cor/raça, segundo o Censo 2016



Disponível em: <<https://www.portaloestado.com.br/noticias/noticias/estudantes-indigenas-sao-os-que-menos-contam-com-apoio-publico-para-pagar-a-universidade-2854.html>>. Acesso em: 14 out. 2018.

Proposta de Redação

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema **“O aumento de DSTs entre jovens brasileiros”**, apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

TEXTO I

DSTs, como sífilis e Aids, avançam entre os jovens brasileiros

Especialistas alertam para o aumento de jovens infectados com DSTs, como Aids, sífilis e úlcera genital. Banalização dos males e pouco uso da camisinha fazem com o que o cenário seja preocupante.

As autoridades sanitárias perderam um grande aliado na prevenção das doenças sexualmente transmissíveis (DSTs): o medo. Por não causarem pânico, a população mais jovem banalizou esses males e abriu mão de se proteger. O preservativo, item de primeira necessidade outrora, caiu em desuso. Os efeitos começam a aparecer. Em cinco anos, a Secretaria de Saúde registrou 29 mil novos casos de alguma DST. O alerta é para o perfil dos infectados: jovens entre 20 e 29 anos.

Disponível em:

https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2017/10/09/interna_cidadesdf.632310/dsts-como-sifilis-e-aids-avancam-entre-os-jovens-brasilienses.shtml

TEXTO II

Segundo a UNAids, órgão das Nações Unidas que lida com a doença, o número absoluto de novos casos de aids no Brasil aumentou, em tendência contrária ao que se registra na média mundial. Somente em 2016, foram 48 mil novos casos. Esses números poderiam ser bem menores se a população, sobretudo os mais jovens, se prevenisse como deveria. Os governos, em especial o federal, têm feito a sua parte. No ano passado, como forma de prevenir a população contra a aids e outras Doenças Sexualmente Transmissíveis - DST, o Ministério da Saúde distribuiu cerca de 465 milhões de preservativos. Além disso, veicula constantemente campanhas publicitárias sobre o tema e disponibiliza atendimento médico gratuito durante o ano inteiro. Estamos em meio a maior festa popular do planeta, o Carnaval, e é nesse momento que os cuidados devem ser intensificados. Segundo o Boletim Epidemiológico HIV/aids, do Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das Infecções Sexualmente Transmissíveis, do HIV/aids e das Hepatites Virais, da Secretaria de Vigilância em Saúde, do Ministério da Saúde, em 2016, foram 38.090 casos de aids registrados no Brasil.

Disponível em:

<https://www.hojeemdia.com.br/opini%C3%A3o/colunas/raquel-muniz-1.456804/aumento-dos-casos-de-aids-entre-os-jovens-%C3%A9-uma-triste-realidade-1.596552>

TEXTO III

Comportamento sexual dos jovens



Seis em cada dez jovens entre 15 e 24 anos fez **sexo sem preservativo** no último ano



Fonte: Pcap 2013 (divulgada em 2016)

Arte/UOL

Disponível em:
<https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2017/02/13/por-que-os-jovens-nao-usam-camisinha.htm?cmpid=copiaecola>

Proposta de Redação

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema **“Impasses no processo de adoção no Brasil”**, apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

TEXTO I

O que é adoção de crianças e adolescentes?

É a criação de um vínculo afetivo que permanecerá por toda a vida, com uma criança ou adolescente. Apesar da ausência do laço genético, o futuro filho será inserido no seio familiar e receberá todo o afeto da família. Legalmente, é um procedimento pelo qual alguém estabelece um vínculo de filiação com uma criança ou adolescente, de modo definitivo.

A adoção é regulamentada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e prioriza as necessidades e os interesses da criança ou adolescente. Isso porque ela é uma alternativa de proteção a esses jovens nos casos de alienação parental, por exemplo.

Sua função é garantir, além de outras coisas, o direito à convivência familiar e comunitária. É importante destacar que nossa Constituição não faz distinção entre filhos adotivos e de sangue, providos ou não da relação do casamento. Todos devem ser destinatários do amparo e do afeto familiar para que se desenvolvam da melhor forma possível.

Disponível em: <https://www.childfundbrasil.org.br/blog/como-adotar-uma-crianca/>

TEXTO II

Quase 66% dos brasileiros dispostos a adotar não querem acolher irmãos

Crianças e adolescentes com irmãos acima de 15 anos passam juventude quase inteira em abrigos públicos à espera de uma família; aos 18 anos, os jovens precisam deixar os abrigos. [...] Atualmente, o número de pessoas interessadas em adotar é doze vezes maior que a quantidade de crianças disponíveis para adoção. Ainda assim, muitas delas passam a vida em abrigos públicos, sem um lar. De acordo com o Cadastro Nacional de Adoção, existem 4.881 crianças cadastradas para adoção no país. Dessas, 3.206 (65,68%) têm irmãos. No entanto, entre os 40.306 brasileiros interessados em adotar, 26.556 (65,89%) não querem crianças com irmãos. Os dados mostram o descompasso histórico entre o perfil desejado de futuros pais diante dos futuros filhos adotivos.

Disponível em:

<https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2018/03/04/interna-brasil.663018/como-adotar-uma-crianca-no-brasil.shtml>

TEXTO III



Disponível em: <https://tirasarmandinho.tumblr.com/post/161242317709/25-de-maio-dia-nacional-da-ado%C3%A7%C3%A3o>

Proposta de Redação

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema **“A questão indígena no Brasil contemporâneo”**, apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

TEXTO I

O que são terras indígenas?

As terras indígenas são porções do território brasileiro habitadas por povos indígenas. Essas estão diretamente relacionadas à garantia da reprodução física, econômica, social e cultural destes grupos, de acordo com seus costumes, tradições e usos. O conceito de quais são as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios consta no artigo 231 da Constituição Federal de 1988. Em seu primeiro parágrafo está estipulado que terras indígenas são aquelas “por eles [os índios] habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições” (grifo nosso).

No que diz respeito às terras indígenas, é importante saber que elas não são propriedade dos povos que nela habitam, mas que constituem patrimônio da União. Tratam-se de bens públicos de uso especial, o que significa que são inalienáveis, indisponíveis e não podem ser utilizadas por outras pessoas que não sejam os próprios índios. Sendo assim, os indígenas detêm sobre essas terras a posse permanente e o uso exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos existentes, ainda conforme o artigo 231.

Por que é importante demarcar as terras indígenas?

As terras são o suporte da cultura e do modo de vida das 305 etnias indígenas. Elas são fundamentais para a reprodução física e cultural desses grupos, para a manutenção de seus modos de vida tradicionais, seus saberes e suas expressões culturais, as quais fazem parte do patrimônio cultural brasileiro. Terra indígena demarcada significa a garantia da diversidade cultural e étnica, assim como a proteção ao patrimônio histórico e cultural brasileiro – o que caracteriza um dever da União e das Unidades Federadas, conforme disposto no Art. 24, inciso VII da Constituição. A demarcação das terras indígenas ainda garante a proteção do meio ambiente e da biodiversidade, o que também é um direito constitucional prescrito pelo art. 225 da Constituição.

Disponível em: <https://www.politize.com.br/terras-indigenas-como-sao-demarcadas/>

TEXTO II

Plataforma Caci mapeia mais de mil assassinatos de indígenas nas últimas três décadas

Com os dados do relatório Violência contra os Povos Indígenas no Brasil – 2017, plataforma de mapeamento dos assassinatos de indígenas no Brasil chegou a um total de 1.071 registros.

Com os dados do relatório Violência contra os Povos Indígenas no Brasil – 2017, lançado no dia 27 de setembro pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi), a Plataforma Caci, que mapeia os assassinatos de indígenas ocorridos no Brasil nas últimas décadas, chegou a um total de 1.071 registros georreferenciados de mortes violentas de indígenas no país.

A palavra Caci, que significa “dor” em Guarani, é a sigla para “Cartografia de Ataques Contra Indígenas”, nome completo da plataforma desenvolvida em 2016 por uma iniciativa conjunta de Infoamazônia, Armazém Memória e Fundação Rosa Luxemburgo. Desde 2016, é o Cimi que administra e atualiza os dados da Caci à medida que são publicados os novos relatórios.

Os casos mapeados na plataforma partem dos registros contidos nos relatórios Violência contra os povos indígenas no Brasil, elaborado pelo Cimi, e Conflitos no Campo, publicado pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), e abrangem os assassinatos contra indígenas registrados a partir de 1985.

Eles incluem informações sobre o local do assassinato, o povo indígena a que a vítima pertence, o contexto e a data da ocorrência, sempre que disponíveis. Quando o assassinato ocorreu em uma terra indígena já demarcada, ele é localizado

dentro da área. Quando ocorreu fora, ou em uma terra indígena na qual o processo demarcatório ainda não foi concluído e cujo perímetro ainda não está disponível na plataforma, ele é remetido para o centro do município em que aconteceu o assassinato.

Disponível em: <https://cimi.org.br/2018/09/plataforma-caci-mapeia-mais-de-mil-assassinatos-de-indigenas-nas-ultimas-tres-decadas/>

TEXTO III



Disponível em: <https://tirasarmandinho.tumblr.com/>

Proposta de Redação

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema **“A mobilidade urbana no Brasil”**, apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

TEXTO I

Você sabe o que é mobilidade urbana e qual o seu impacto na arquitetura?

O que é mobilidade urbana? É a condição que permite o deslocamento das pessoas em uma cidade.

No dicionário, mobilidade significa “facilidade para se mover”. A ideia, então, é tornar esse movimento fluido e prático.

Ônibus, metrô, outros transportes coletivos e carros fazem parte das soluções de mobilidade e têm o intuito de deixar a vida das pessoas mais fácil. Ou, pelo menos, é o que diz a teoria.

A questão é: cada vez mais as cidades estão perdendo a capacidade de permitir que as pessoas se movam com qualidade.

Por este motivo, o tema mobilidade urbana passou a ser repensado. Há interesse em trazer de volta o seu sentido primário e original, para melhorar a qualidade de vida das pessoas de forma sustentável. Isso inclui aspectos econômicos, sociais e políticos, como veremos mais abaixo.

Para atingir esses objetivos, o poder público precisa se comprometer, oferecendo à população um plano de mobilidade urbana. Ele contém as providências a serem traçadas, que miram em um espaço público com maior qualidade de vida. Isso sim é a chamada mobilidade urbana sustentável.

Disponível em:

<https://www.vivadecora.com.br/pro/arquitetura/o-que-e-mobilidade-urbana/>

TEXTO II

Sustentabilidade é desafio para a mobilidade urbana

Ações no transporte de massa visam reduzir emissão de gases nas grandes cidades do Brasil.

Pensar a mobilidade urbana de maneira sustentável é um tema de interesse global. O futuro das metrópoles passa pela redução dos impactos ambientais causados pelos transportes de massa. No Brasil, algumas cidades encontraram soluções para diminuir as emissões de gases do efeito estufa, enquanto o país ainda esbarra em desafios para avançar nesse sentido.

Disponível em: <https://g1.globo.com/especial-publicitario/em-movimento/ccr/noticia/sustentabilidade-e-desafio-para-a-mobilidade-urbana.ghtml>

TEXTO III



Disponível em: <http://chargesbruno.blogspot.com.br>

Proposta de Redação

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema **“A participação política do jovem no Brasil contemporâneo”**, apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

TEXTO I

A juventude brasileira está inconformada com o país em que vive. Afastada dos partidos e da política, pouco quer saber dos fundamentos da economia e do desenvolvimento, de modo geral, bem como não lhe interessa comparar o passado com o presente, pois seu olho se dirige ao futuro. Já fez protestos em 2013, participando de passeatas contra o aumento das passagens de ônibus e a falta de serviços públicos de qualidade. Foram as maiores manifestações públicas da história do Brasil desde a campanha das Diretas Já e dos caras pintadas que levaram à renúncia do presidente Fernando Collor.

Um terço do eleitorado brasileiro é formado por jovens entre 16 e 33 anos, ou seja, são mais de 45 milhões de pessoas em um universo de 144 milhões aptas a votar em outubro. Portanto, esses jovens têm o poder de decidir as eleições deste ano, enquanto os políticos precisam descer do pedestal e propor um diálogo franco e honesto se pretendem atrair o seu voto. Este é o problema: estabelecer um diálogo com quem está desiludido com a corrupção e com os velhos e pérfidos costumes políticos.

Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/sem-os-jovens-futuro-da-politica-e-sombrio/> (Adaptado)

TEXTO II



Disponível em: <http://depositodowes.com/no-774-manifestacao-popular/>

TEXTO III

Não há nada mais eficiente para pressionar um político do que ir para as ruas. Quando as redes sociais começaram a se popularizar, em meados dos anos 2000, havia quem acreditasse que os protestos migrariam do mundo físico para o mundo virtual. Surgiu então a figura do manifestante de sofá. Aquela pessoa que se engajava em diversas campanhas on-line, defendendo seus ideais, mas que se recusava a colocar o nariz para fora de casa. Com o tempo, os manifestantes de sofá perceberam que eram irrelevantes. Como forma de pressão, grupos de discussão em redes sociais ou abaixo-assinados virtuais eram pouco efetivos. Foi aí que mudou o papel das redes sociais na política. Os manifestantes descobriram que elas eram mais eficazes como ferramentas de mobilização no mundo físico.

Disponível em: <https://epoca.globo.com/ideias/noticia/2015/03/era-dos-protestos-conectados.html>

Proposta de Redação

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema **“Preservação do Patrimônio histórico cultural brasileiro”**, apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

TEXTO I

A importância da preservação do Patrimônio Histórico

O patrimônio histórico arquitetônico pode ser qualquer edificação que represente parte da história local de uma cidade ou município. A primeira coisa que se destaca quando se faz uma visita a algum lugar, são os prédios históricos ou as construções que de alguma forma representem ou trazem em suas características pistas sobre a história da localidade visitada e de seus habitantes. Esses patrimônios despertam o interesse, instigam a procura por mais informações sobre o lugar, representam a materialização da cultura de uma

localidade, além de trazer em suas características e no estilo a história das pessoas que o construíram. Infelizmente, em geral, a maioria dos patrimônios não são vistos com tão bons olhos pelas autoridades. São conhecidas as histórias e frequentes os casos de descaso, demolições e abandono de prédios que são verdadeiras testemunhas da história local, e que fazem a importante ligação entre a população e sua identidade cultural.

Disponível em: <http://casaraodeideias.com.br/a-importancia-da-preservacao-do-patrimonio-historico/>

TEXTO II

Fogo destrói Museu Nacional, o mais antigo centro de ciência do país

Um incêndio de grandes proporções destruiu o acervo do Museu Nacional, na zona norte do Rio de Janeiro. Especializado em história natural e mais antigo centro de ciência do País, o Museu Nacional completou 200 anos em junho em meio a uma situação de abandono. Não houve feridos. O diretor de Preservação do Museu Nacional do Rio de Janeiro, João Carlos Nara, afirmou que o incêndio causou um “dano irreparável” ao acervo e às pesquisas nacionais. De acordo com João Carlos Nara, a equipe de administração do Museu Nacional aguardava o fim do período eleitoral para iniciar as obras de preservação da infraestrutura do prédio. “É

tudo muito antigo. O sistema de água e o material, tudo tem muitos anos. Havia uma trinca nas laterais. Isso é ameaça constante”, disse o diretor. O Museu Nacional, vinculado à Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), é a mais antiga instituição científica do Brasil e um dos maiores museus de história natural e de antropologia das Américas. Serviu como Palácio da família real portuguesa entre 1808 a 1821. O edifício é tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) desde 1938.

Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/incendio-atinge-museu-nacional-na-quinta-da-boa-vista> (Adaptado)

TEXTO III



Disponível em: <https://tirasarmandinho.tumblr.com/post/156275373814/tirinha-original>

TEXTO IV

Projeto busca ampliar recursos destinados à proteção do patrimônio histórico e cultural

O Projeto de Lei 10835/18 altera a Lei Rouanet (8.313/91) para incentivar a proteção de museus, bibliotecas e arquivos brasileiros. A ideia é fazer com que mais pessoas físicas e jurídicas apliquem parcelas do imposto de renda no apoio direto a projetos culturais ou em contribuições ao Fundo Nacional de Cultura, que já tem entre suas finalidades a preservação e a proteção do patrimônio cultural e histórico nacional.

O texto, do deputado Carlos Sampaio (PSDB-SP), destina 20% do total das doações e patrocínios a produções culturais para o apoio ou o patrocínio de projetos de proteção aprovados pelo Ministério da Cultura. Incluem-se aí a construção, a formação, a organização, a manutenção, a ampliação e o equipamento de museus, bibliotecas e arquivos e ainda a conservação e a restauração de prédios, monumentos e espaços naturais tombados pelo poder público. Alternativamente, esses 20% poderão ser destinados ao Fundo Nacional de Cultura, com o mesmo objetivo.

O projeto faz ainda outras alterações pontuais na lei para adotar a terminologia prevista na Constituição Federal, mais abrangente, que cuida da “proteção” do patrimônio histórico-cultural e não só da “preservação”, como atualmente previsto na Lei Rouanet. Ainda segundo o texto, o Fundo Nacional de Cultura poderá financiar até 100% do custo total de implementação de projetos relacionados à proteção do patrimônio histórico brasileiro.

Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/EDUCACAO-E-CULTURA/570743-PROJETO-BUSCA-AMPLIAR-RECURSOS-DESTINADOS-A-PROTECAO-DO-PATRIMONIO-HISTORICO-E-CULTURAL.html>

Proposta de Redação

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema **“Violência urbana no Brasil”**, apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

TEXTO I

Atlas da Violência 2018: Brasil tem taxa de homicídio 30 vezes maior do que Europa

Em 2016, pela primeira vez na história, o número de homicídios no Brasil superou a casa dos 60 mil em um ano. De acordo com o Atlas da Violência de 2018, produzido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), o número de 62.517 assassinatos cometidos no país em 2016 coloca o Brasil em um patamar 30 vezes maior do que o da Europa. Só na última década, 553 mil brasileiros perderam a vida por morte violenta. Ou seja, um total de 153 mortes por dia.

Os homicídios, segundo o Ipea, equivalem à queda de um Boieng 737 lotado diariamente. Representam quase 10% do total das mortes no país e atingem principalmente os homens

jovens: 56,5% de óbitos dos brasileiros entre 15 e 19 anos foram mortes violentas.

O número de mortes violentas é também um retrato da desigualdade racial no país, onde 71,5% das pessoas assassinadas são negras ou pardas. O impacto das armas de fogo também chega a níveis elevados no país, que tem medições sobre mortes causadas por disparos desde 1980. Se naquela época a proporção dos homicídios causados por armas de fogo girava na casa dos 40%, desde 2003 o número se mantém em 71,6%.

Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/atlas-da-violencia-2018-brasil-tem-taxa-de-homicidio-30-vezes-maior-do-que-europa-22747176>

TEXTO II

As causas do aumento da violência no Brasil são complexas e envolvem questões socioeconômicas, demográficas, culturais e políticas. O assunto tem sido discutido, nos últimos anos por pesquisadores de diferentes áreas, incluindo a médica, pois os assassinatos estão entre as principais causas de mortes de jovens no país. A pobreza e a desigualdade social são comumente apontadas como fatores que estimulam a criminalidade e, conseqüentemente, a violência. De fato, jovens que vivem em comunidades carentes são aliciados por traficantes e veem no crime uma opção de vida. (...) Na última década, 40 milhões de brasileiros saíram da pobreza em razão da estabilidade econômica e programas sociais, mas a taxa de homicídios permaneceu, com reduções significativas apenas em São Paulo e Rio de Janeiro. Vê-se, portanto, que a redução dos índices de pobreza do país não resultou, de fato, a queda nos índices de criminalidade. Além de falhar nos fatores preventivos (educação, moradia e emprego), o Estado falha na repressão ao crime organizado. As polícias civil e militar no Brasil são mal remuneradas, além de conhecidas pela corrupção e truculência. A violência policial no país é constantemente alvo de denúncias por entidades como a Anistia Internacional, em casos emblemáticos como os massacres do Carandiru (1992) e da Candelária e do Vigário Geral (1993). Além disso, o sistema penitenciário, que deveria contribuir para a recuperação de criminosos, tornou-se foco de mais violência e criminalidade, em cadeias e presídios superlotados.

Disponível em: http://violenciaurbanna.blogspot.com/2013/05/cris_24.html

TEXTO III



Disponível em: <https://tirasarmandinho.tumblr.com/post/159501559174/tirinha-original>

Proposta de Redação

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema “**Intolerância e discurso de ódio contra minorias**”, apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

TEXTO I

Sobre a intolerância e o ódio

[...] A intolerância é uma indisposição diante do outro; uma variedade da impaciência que autoriza a separação, a não convivência, o isolamento e o desprezo. O ódio vem depois. O ódio é uma escada na qual se sobe ou não. O problema é que, depois que subimos, é difícil descer. Para vencer o ódio é preciso impedir que se suba o primeiro degrau da escada. O ódio pode ser definido como uma disposição favorável à destruição do outro. Ele tem parentesco com a raiva e, desde um ponto de vista evolucionário, sabemos que a raiva é uma emoção primitiva, desenvolvida em nosso sistema límbico, particularmente nas amígdalas cerebrais, onde estão também os mecanismos que nos permitem outros sentimentos básicos como o medo. O ódio, entretanto, é mais do que uma decorrência da luta pela sobrevivência e Darwin reconheceu que ele é muito mais complexo que a raiva e o medo. O ódio talvez seja a raiva transformada em conceito. O que há de pontual e explosivo na raiva, adquire o sentido da permanência e da frieza com o ódio. É possível que o ódio seja o mais potente sentimento de hostilidade que os humanos são capazes de produzir. Pensado por este caminho, não deve haver sentimento paralelo nas demais espécies animais conhecidas. A intolerância é uma indisposição diante do outro; uma variedade da impaciência que autoriza a separação, a não

convivência, o isolamento e o desprezo. O ódio vem depois. O ódio é uma escada na qual se sobe ou não. O problema é que, depois que subimos, é difícil descer. Para vencer o ódio é preciso impedir que se suba o primeiro degrau da escada. Há algo em comum entre o ódio e a intolerância e se pode observar isso quando nos damos conta de que eles se encontram no plural. Como regra, os dois sentimentos se manifestam diante de grupos que seriam definidos por características vergonhosas e/ou ameaçadoras. Um racista odeia os negros, os índios, ou os judeus, não um negro em particular ou este índio ou este judeu. O mesmo vale para as demais formas de ódio e intolerância que se obrigam a lidar com estereótipos, não com pessoas concretas. Aqui, a biologia se cruza com a cultura, porque intolerância e o ódio precisam ser ensinados. As crianças, por isso mesmo, embora possam ser perversas, não são intolerantes. Para que a intolerância se construa e se transforme em ódio, é preciso, afinal, uma base teórica-discursiva, ainda que rudimentar.

Disponível em: <http://agenciabrasil.etc.com.br/geral/noticia/2019-02/mp-vale-tinha-ciencia-que-barragem-de-brumadinho-estava-em-atencao> (Adaptado)

TEXTO II

O QUE SÃO MINORIAS?

Logo de início, temos de esclarecer um ponto de confusão: uma minoria não está sempre em menor número na sociedade. Como assim? Então por que é chamada de minoria? Porque a palavra “minoria”, nesse caso, não se refere a um número menor de pessoas, à sua quantidade, mas sim a uma situação de desvantagem social. Ou seja, apesar de muitas vezes coincidir de um grupo minoritário ser realmente a menor parte da população, não é o fator numérico o essencial para que uma população possa ser considerada uma minoria. São as relações de dominação entre os diferentes subgrupos na sociedade e o que os grupos dominantes determinam como padrão que delinham o que se entende por minoria em cada lugar. Comportamentos discriminatórios e preconceituosos também costumam afetar os grupos minoritários. [...]

COMO RECONHECER UMA MINORIA?

As características podem variar para cada grupo minoritário, mas alguns elementos costumam ser comuns às minorias, como:

Vulnerabilidade: os grupos minoritários, em geral, não encontram amparo suficiente na legislação vigente, ou, se o amparo legal existe, não é implementado de modo eficaz. Por

isso, é comum a luta desses grupos por terem sua voz mais escutada nos meios institucionais. Exemplo: transgêneros;

Identidade em formação: mesmo que exista há muito tempo e que tenha tradições sólidas e estabelecidas, a minoria vive em um estado de ânimo de constante recomeço de sua identificação social, por ter de se afirmar a todo momento perante a sociedade e suas instituições, reivindicando seus direitos. Exemplo: negros;

Luta contra privilégios de grupos dominantes: Por serem grupos não-dominantes e, muitas vezes, discriminados, as minorias lutam contra o padrão vigente estabelecido. Essa luta, na atualidade, tem como grande marca a utilização das mídias, para expor a situação dessas minorias e levar conhecimento para a população em geral. Exemplo: mulheres;

Estratégias discursivas: As minorias organizadas, em geral, realizam ações públicas e estratégias de discurso para aumentar a consciência coletiva quanto a seu estado de vulnerabilidade na sociedade. Além das mídias já citadas, passeatas e manifestos também podem ser frequentemente utilizados. Exemplo: movimento LGBTQIA.

Disponível em: <https://www.politize.com.br/o-que-sao-minorias/>

TEXTO III



Disponível em: <http://jornal.puc-campinas.edu.br/memes-e-a-violencia-do-discurso/>

Proposta de Redação

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema **“Cibercondria: a doença da era digital”**, apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

TEXTO I

Cibercondria: a saúde em segundo plano

[...] Indubitavelmente, a Internet revolucionou os modelos de comunicação, permitindo também que novas formas de entretenimento fossem desenvolvidas, assim como o acesso às informações dos mais variados conteúdos. A World Wide Web remodelou também os antigos padrões de relacionamentos, seja por meio das redes sociais, dos fóruns ou dos programas de interação em tempo real, disseminados também nos celulares. Não apenas essas modificações foram provocadas pelo avanço da cibercultura como também o acesso à saúde foi reformulado para novos padrões. Atualmente, é possível, por exemplo, verificar resultados de exames de sangue no endereço eletrônico do laboratório ou acessar

sites sobre saúde mental e de planos de saúde sem sair de casa. Apesar dos diversos benefícios da Internet para a saúde humana, outra manifestação psicopatológica (vinculada ao campo eletrônico) vem sendo discutida, além da dependência de jogos eletrônicos, Internet, cibersexo e celular: a cibercondria. O nome é um neologismo dos termos ciber e hipocondria. Apesar de parecer ofensivo, pesquisadores revelam que a intenção é que a etimologia da cibercondria não seja compreendida como sendo pejorativa.

Disponível em:

<https://www.pragmatismopolitico.com.br/2015/04/como-a-industria-farmaceutica-prejudica-a-sua-vida.html> (Adaptado)

TEXTO II



Disponível em: <https://ateotalamo.wordpress.com/2011/09/25/hipocondria/>

TEXTO III

A cada 10 brasileiros, 8 tomam remédio por conta própria, diz pesquisa

A automedicação é praticada por 79% dos brasileiros com mais de 16 anos. É o que revela pesquisa do ICTQ (instituto de pós-graduação para profissionais do mercado farmacêutico), feita em setembro deste ano, em 129 municípios das cinco regiões do país. Para o cardiologista Marcos Vinícius Gaz, do Hospital Israelita Albert Einstein, o fácil acesso é uma das razões para o uso indiscriminado de remédios no Brasil. O índice de quem admite tomar remédio sem prescrição médica chega a 91% na faixa etária de 25 a 34 anos. Foram ouvidas 2.126 pessoas, e a margem de erro do levantamento é de dois pontos. "Qualquer pessoa pode comprar um analgésico no balcão da farmácia como se fosse um chiclete. Muitas vezes, até sem a orientação do farmacêutico", afirma o médico.

Disponível em: <https://www.portalt5.com.br/noticias/geral/2018/10/151566-a-cada-10-brasileiros-8-tomam-remedio-por-conta-propria-diz-pesquisa>

TEXTO IV

Perigos do DR. Google

1. Concluir que tem uma doença

Você faz uma busca a partir dos seus sintomas e já se convence nos primeiros textos, que apontam um determinado problema de saúde. Não leva em conta que há sintomas parecidos para diferentes doenças. Já procura o médico desesperado, achando que a doença é fatal, quando o caso pode ser uma simples virose

2. Interpretar exames de forma errada

Você pega o resultado de um laudo de imagem ou de laboratório e, em vez de levar ao médico, vai primeiro ao Google. Exames têm termos médicos que um leigo dificilmente consegue interpretar. Ao se basear no que lê na internet, você pode ser levado ao erro

3. Ficar confuso e mudar o tratamento

Enquanto se trata de um problema de saúde, você recorre ao Google para tirar uma dúvida e, por conta própria, muda a forma de tomar o remédio, inclui outra medicação ou adere a uma solução alternativa. O risco é grande de você comprometer todo o seu tratamento ou até piorar suas condições

4. Ignorar uma doença grave

Você digita seus sintomas e pronto, lá vem um site com conteúdo tranquilizador mostrando que se trata de uma virose simples, que não há necessidade de ir ao médico. Você simplesmente confia nisso, ignorando a possibilidade de que você possa ter algo grave, o que só um médico poderia diagnosticar

5. Se automedicar

Diante de um problema de saúde que você julga bobo, simples, você busca a solução na internet. Uma pomadinha aqui, um anti-inflamatório ali e pronto: problema resolvido. Será? Além de se autodiagnosticar, você vai tomar um remédio por conta própria, o que pode ter consequências sérias para seu organismo e ainda complicar seu problema

6. Seguir tratamento alternativo

Em vez de ir ao médico, você vai ao Google pesquisar sobre um problema. Vê várias pessoas elogiando uma receita caseira. O risco é você aderir a um tratamento sem a menor comprovação científica e deixar de começar a tomar logo o medicamento mais indicado para seu caso.

Disponível em: https://www.gazetaonline.com.br/bem_estar_e_saude/2017/07/veja-seis-riscos-na-hora-de-consultar-o-dr-google-1014084078.html (Adaptado)

Proposta de Redação

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema “**Controle parental quanto ao uso da tecnologia: prevenção ou invasão de privacidade?**”, apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

TEXTO I

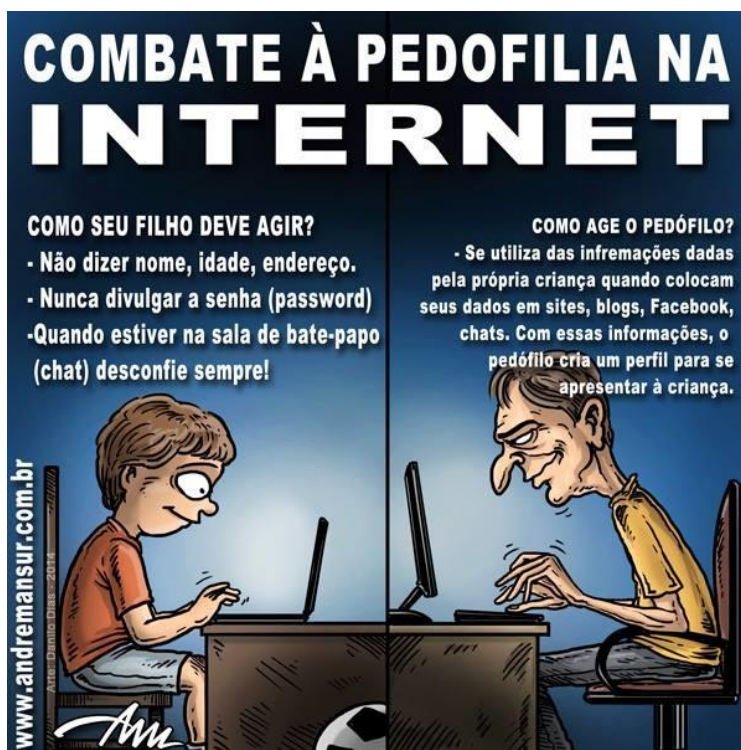
Controle parental: como a tecnologia melhora a proteção online

A máxima de que o universo online é um mundo sem filtro e, portanto, reproduz conteúdo sem filtro, é verdadeira. Somado a isso, temos uma geração de crianças que já nascem completamente inteiradas com o mundo digital, aproveitando de todos os seus benefícios mas também expostas a muitos riscos. Para aumentar a proteção e minimizar as ameaças, o controle parental ou controle dos pais é um bom aliado. Mas o que isso significa? Quer dizer que é possível utilizar a tecnologia a favor dos pais, para ajudar a preservar as crianças dos riscos da internet. Isso porque, o controle parental pode ser descrito como um conjunto de recursos de segurança disponível em diversos sistemas operacionais, sites e equipamentos, como roteadores e consoles de jogos, e também pode ser instalado por meio de aplicativos pagos ou gratuitos.

Estas ferramentas de segurança são adequadas para bloquear o acesso a alguns conteúdos ou limitar a conexão de dispositivos escolhidos por um determinado período de tempo. E pelos números de uma pesquisa realizada com cerca de 1,8 mil pais no Brasil, o controle parental se mostra bastante necessário. Pelo estudo, uma em cada cinco crianças brasileiras já acessou na internet algum tipo de material indesejado pelos pais, sendo que duas em cada cinco acessaram conteúdo adulto e uma em cada cinco assistiu algo que promovia violência. Por outro lado, o levantamento apontou para o fato de que apenas um em cada cinco pais possui algum tipo de proteção para evitar o mal-uso da internet pelas crianças.

Disponível em: <http://blog.intelbras.com.br/controle-parental-como-a-tecnologia-melhora-a-protecao-online/> (Adaptado)

TEXTO II



Disponível em: <http://www.redemuitomaissolidaria.org/campanha-de-combate-a-pedofilia-na-internet/>

TEXTO III

[...] No episódio “Arkangel”, da popular série Black Mirror, uma mãe superprotetora decide implantar um chip no cérebro de sua filha para controlar, através de um tablet e um aplicativo, tudo que a criança passar ver ou sentir. Este sistema, originalmente pensado como

uma aplicação de controlo parental, permite à mãe não só ver o que a criança vê, mas também monitorizar as suas emoções e humores e até “filtrar” as imagens que podem prejudicá-la, fazendo com que a garota as veja pixeladas. [...]

Não há necessidade de ir tão longe quanto implantar um chip, como sugere a série, para analisar até que ponto estamos controlando e quando invadimos a privacidade da criança. Hoje, já existem aplicativos disponíveis para a geolocalização, controle do conteúdo que pode ser visualizados na Internet e na televisão, aplicativos com acesso ao microfone para ouvir o som de onde estão ou até mesmo gravar tudo o que acontece na tela do dispositivo, através de capturas de vídeo.

Embora essas ferramentas pareçam ser a grande solução para os problemas que todo pai de um nativo digital pode ter, a verdade é que nem todos os aplicativos de controle parental funcionam da mesma forma, nem têm as mesmas características. Por isso, é muito importante analisá-los e escolher aquele que se ajusta aos valores de cada família. Por outro lado, muitos controles que no início parecem ser muito úteis para os pais, acabam sendo invasivos para as crianças, o que acaba causando uma reação contrária ao esperado. A criança, em vez de se sentir protegida e contente, sente-se invadida e procura fugir desses controles.

Disponível em: <https://www.welivesecurity.com/br/2018/04/13/controle-do-uso-da-tecnologia-privacidade-das-criancas/> (Adaptado)

Proposta de Redação

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema **“A mulher brasileira no mercado de trabalho”**, apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

TEXTO I

A participação da mulher no mercado de trabalho brasileiro tem ganhado destaque principalmente nos últimos anos. Em 2007 a presença feminina representava 40,8% do mercado formal. Já em 2016, esse número subiu para 44%. Os dados são do Ministério do Trabalho e são baseados em pesquisas do Cadastro Geral de Emprego e Desemprego (Caged) e da Relação Anual de Informações Sociais (Rais).

Apesar desse crescimento, uma parte das mulheres ainda tem que passar por dificuldades que muitos homens não encontram, tais como o equilíbrio entre atividades domésticas versus o emprego fora de casa e a diferença salarial. Mesmo com desafios maiores, grande parte delas batalha diariamente para manter ou até mesmo criar seu espaço nas empresas.

Disponível em: <https://www.ibccoaching.com.br/portal/mercado-trabalho/mulher-no-mercado-de-trabalho/> (Adaptado)

TEXTO II

Hoje, já é mais do que normal ver a mulher no mercado de trabalho, certo? Mas nem sempre foi assim. Durante muito tempo, suas funções se limitavam a cuidar da casa, do marido e dos filhos. Afinal, o homem devia atuar como provedor do lar. Esse cenário começou a mudar, sobretudo, a partir da segunda metade do século 18, com a Revolução Industrial. Na medida em que as indústrias se fortaleciam, a necessidade de mão de obra aumentava – naquela época, o valor pago pelo trabalho feminino já era inferior. Mas mesmo com todas as ressalvas que se possa fazer ao modo como ocorreu a inserção da mulher no mercado de trabalho, esse foi um processo decisivo – ainda que lento – para a emancipação da figura feminina e a conquista do acesso à educação formal.

Você sabia, por exemplo, que só em 1887 o Brasil teve a sua primeira mulher graduada no ensino superior? Esse foi o ano

em que Rita Lobato Velho Lopes se tornou médica pela Faculdade de Medicina da Bahia. A mudança de paradigma foi tanta que exigiu alterações na estrutura da universidade, que até então não contava com banheiros femininos. Todos os dias, Rita era levada às aulas pelo pai, que sempre a esperava até o horário da saída. Durante as aulas de anatomia, que envolviam o contato direto com os corpos, ela precisava ser acompanhada por outra mulher – que devia ser, obrigatoriamente, casada. Já imaginou se a realidade ainda fosse essa nos dias de hoje? Para se ter uma ideia da mudança já alcançada, basta olhar para a própria evolução da Medicina. De acordo com dados da Demografia Médica de 2018, as mulheres já representam 57,4% dos profissionais da área com até 29 anos.

Disponível em: <https://www.sbcoaching.com.br/blog/negocios/mulher-mercado-trabalho/> (Adaptado)

TEXTO III



Disponível em: <http://www.psd.org.br/mulher/mercado-de-trabalho-2/>

Proposta de Redação

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema **“O combate ao bullying no Brasil”**, apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

TEXTO I

Como a inteligência artificial é usada para combater o bullying e monitorar pensamentos suicidas

Monitoramento inteligente de bullying

A tecnologia tanto pode aumentar o potencial para o bullying quanto ser usada para acabar com ele. Computadores alimentados por inteligência artificial estão sendo usados para detectar e lidar com casos de assédio. "É quase impossível para os moderadores humanos ler todos os posts e determinar se há algum problema", diz Gilles Jacobs, pesquisador de idiomas da Universidade de Ghent, na Bélgica. "Por isso, a IA é fundamental para automatizar a detecção e moderação de bullying e trolling."

A equipe de Jacobs criou um algoritmo de aprendizado de máquina para identificar palavras e frases associadas ao bullying no site de mídia social AskFM, que permite aos usuários fazer e responder perguntas. O sistema conseguiu detectar e bloquear quase 2/3 dos insultos em quase 114 mil postagens em inglês. Também foi mais preciso do que uma simples pesquisa de palavras-chave. Ainda assim, teve dificuldades com comentários sarcásticos.

O discurso abusivo é notoriamente difícil de detectar porque as pessoas usam linguagem ofensiva por várias razões, e alguns dos comentários mais desagradáveis não usam palavras hostis. Pesquisadores da Universidade McGill, em Montreal, no Canadá, estão treinando algoritmos para detectar o discurso de ódio, ensinando a eles como comunidades específicas no Reddit têm como alvo mulheres, negros e pessoas com excesso de peso usando palavras específicas.

"Minhas descobertas sugerem que precisamos de filtros separados de fala de ódio para alvos distintos do discurso de ódio", diz Haji Saleem, um dos responsáveis pela pesquisa.

Surpreendentemente, a ferramenta foi mais precisa do que a treinada para identificar palavras-chave. Também foi capaz de identificar abusos menos óbvios - palavras como "animais", por exemplo - que podem ter um efeito desumanizador.

Disponível em: <https://g1.globo.com/ciencia-e-saude/noticia/2019/04/04/como-a-inteligencia-artificial-e-usada-para-combater-o-bullying-e-monitorar-pensamentos-suicidas.ghtml> (Adaptado)

TEXTO II

Bullying: agressão que impacta todos

No Dia Nacional de Combate ao Bullying, é importante lembrar as estratégias para combater esse tipo de agressão. Lembrar para não esquecer. Há oito anos, o bairro de Realengo, no Rio de Janeiro, foi palco para uma tragédia que horrorizou o Brasil. Um jovem entrou armado na Escola Municipal Tasso da Silveira e interrompeu a vida de 12 adolescentes. O desejo do ex-aluno de se transformar em atirador - motivado pelo bullying que sofria - é a prova de que a violência, seja ela física ou psicológica, dilacera o emocional do indivíduo, levando-o a protagonizar cenas de terror.

No episódio mais recente, em Suzano, na Grande São Paulo, o mesmo componente. Dois jovens invadem escola estadual e matam dez alunos. O tempo passou, mas os sons dos disparos não param de ecoar e se reproduzir evidenciando que o bullying é um mal recorrente que deixa cicatrizes imensuráveis por onde passa.

Por isso, o dia 7 de abril, data que marcou esse grande trauma nacional, surge ressignificado como alerta de que o combate e a prevenção ao bullying devem ser trabalhados e desenvolvidos todos os dias. Instituído em 2016, o Dia Nacional de Combate ao Bullying é uma maneira de incentivar mobilizações que trazem à tona estratégias para identificar essa forma específica de violência e combatê-la.

Disponível em: <https://www.folhape.com.br/noticias/noticias/noticias/2019/04/06/nws.100922.70.1358.noticias.2190-bullying-agressao-que-impacta-todos.aspx>

TEXTO III

Disponível em: <http://blogs.correiobraziliense.com.br/aricunha/bullying/>

Proposta de Redação

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema “A importância da prática de atividades físicas relacionada à qualidade de vida de idosos”, apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

TEXTO I

Especialista explica a diferença entre atividade física, exercício e esporte

Amandio Geraldês lembra que para combater sedentarismo é preciso praticar exercícios ou esporte, e que a prática deve ser acompanhada por um profissional. Pesquisa do Ministério da Saúde mostra que pelo menos 29% dos brasileiros são sedentários. São consideradas sedentárias as pessoas que não praticam nenhuma atividade física, lembrando que essa atividade não está necessariamente ligada a uma prática esportiva ou a um exercício físico. Aliás, esses termos são constantemente empregados como sinônimos, mas não são. O especialista em ciência do desporto e também comentarista do programa Bom Dia Alagoas, da TV Gazeta, Amandio Geraldês, explica a diferença entre atividade física, exercício e esporte. – Embora esses

termos sejam usados como sinônimos, são coisas diferentes. Ou melhor, são coisas semelhantes mas com objetivos diferentes. A atividade física é qualquer movimento feito voluntariamente, que tenha um custo calórico maior do que o repouso. Ela pode ser profissional, doméstica ou de lazer, já o exercício é a atividade física realizada de maneira organizada, repetitivamente com o objetivo de manter ou melhorar a força, a flexibilidade, a coordenação motora e o equilíbrio. O esporte tem como característica regras universais, é uma atividade sistematizada, mas tem regras e é realizada com objetivo de competição.

Disponível em:

<http://globoesporte.globo.com/al/noticia/2015/07/especialista-explica-diferenca-entre-atividade-fisica-exercicio-e-esporte.html>

TEXTO II



QUINO. *Toda Mafalda*. São Paulo: Martins Fontes, 2008. p. 256.

TEXTO III

Saúde: 30% dos idosos têm dificuldade para realizar atividades diárias

O Ministério da Saúde vai qualificar o atendimento aos idosos na rede pública de saúde. Lançada nesta segunda-feira (6/11), a Estratégia Nacional para o Envelhecimento Saudável traz pela primeira vez orientações aos profissionais de saúde e gestores para aumentar a qualidade de vida dessa população, que vai representar cerca de 20% dos brasileiros em 2030. Com as novas medidas, o atendimento às pessoas com 60 anos ou mais deve priorizar avaliação funcional e psicossocial, além dos dados clínicos. O objetivo é reduzir a perda da autonomia, aumentar o desempenho cognitivo e a sobrevida desses pacientes.

O Brasil possui a quinta maior população idosa do mundo, com cerca de 29,3 milhões de pessoas com 60 anos ou mais.

Desse total, 69,9% são independentes para o autocuidado e 30,1% têm alguma dificuldade para realizar atividades da vida diária, segundo estudo de 2017 (Lima-Costa, MF et al, com base em dados da Pesquisa Nacional de Saúde 2013). Dessa parcela, 17,3% tem muita dificuldade com atividades instrumentais, que são aquelas diárias, como preparar alimentos, cuidar da casa, se deslocar; e outros 6,8% apresentam dificuldades com atividades básicas, como vestir-se e alimentar-se. Preocupa também o avanço das doenças crônicas nessa população. Atualmente, entre os idosos de 60 a 69 anos, 25,1% tem diabetes, 57,1% foram diagnosticados com hipertensão, além de a maioria estar com excesso de peso (63,5%) e 23,1% com obesidade.

Disponível em: <http://portalms.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/41773-saude-30-dos-idosos-tem-dificuldade-para-realizar-atividades-diarias>

Proposta de Redação

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema **“Os perigos da indústria farmacêutica”**, apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

TEXTO I

Como a indústria farmacêutica prejudica a sua vida

Muito antes da internet e da publicidade direta ao consumidor, a profissão médica tentava tranquilizar as pessoas sobre suas preocupações de saúde. Claro, fadiga e dores de cabeça poderiam ser sintoma de um tumor cerebral; certo, tosse poderia ser um sintoma de câncer de pulmão. Mas a maioria dos médicos tentava atenuar o medo – ao invés de semeá-lo. Lembra do “tome duas aspirinas e me ligue pela manhã?” Projetemos isso para os “guias de sintomas” online de hoje, testes para ver se você tem uma determinada doença e exortações para que vá a seu médico, mesmo que se sinta bem. Desde que a indústria farmacêutica descobriu que medo de doenças e até a hipocondria vendem drogas, as novas doenças, sintomas e riscos com que as pessoas precisam se preocupar parecem não ter fim. Vender sintomas para pessoas sugestionáveis tem sido uma mina de ouro para as grandes transnacionais farmacêuticas desde que começaram a fazer propaganda diretamente ao consumidor, no final dos anos 1990. Graças a tal marketing, que na verdade “vende” doenças para construir a demanda, milhões de pessoas que já

estiveram muito bem têm agora alergias de estação, Gerd (Doença do refluxo gastroesofágico), distúrbio de atenção, distúrbio de dor e outras “doenças”. Não se trata de ignorar sofrimento legítimo. Mas para muita gente, a relação com os medicamentos prescritos é melhor expressa na camiseta que diz “Tomo aspirina para a dor de cabeça causada pelo Zyrtec, que uso contra a rinite alérgica que adquiri com o Relenza para a dor de estômago da Ritalina que eu tomo para o déficit de atenção causado pelo Scopoderm, que uso para o enjôo que me dá o Lomotil, que tomo para a diarreia causada pelo Xenical que tomo para perder o peso ganho com o Paxil que tomo para a ansiedade que me dá o Zocor, que uso para o colesterol alto, porque praticar exercício, boa dieta e tratamento quiroprático regularmente dão muito trabalho” (uma camiseta que nem pode ser vestida por gente que usa números pequenos...).

Disponível em:

<https://www.pragmatismopolitico.com.br/2015/04/como-a-industria-farmacautica-prejudica-a-sua-vida.html>

TEXTO II



Disponível em: <http://www.contextolivree.com.br/2015/02/relacao-entre-medicos-e-industria.html>

TEXTO III

A cada 10 brasileiros, 8 tomam remédio por conta própria, diz pesquisa

A automedicação é praticada por 79% dos brasileiros com mais de 16 anos. É o que revela pesquisa do ICTQ (instituto de pós-graduação para profissionais do mercado farmacêutico), feita em setembro deste ano, em 129 municípios das cinco regiões do país. Para o cardiologista Marcos Vinícius Gaz, do Hospital Israelita Albert Einstein, o fácil acesso é uma das razões para o uso indiscriminado de remédios no Brasil. O índice de quem admite tomar remédio sem prescrição médica chega a 91% na faixa etária de 25 a 34 anos. Foram ouvidas 2.126 pessoas, e a margem de erro do levantamento é de dois pontos. "Qualquer pessoa pode comprar um analgésico no balcão da farmácia como se fosse um chiclete. Muitas vezes, até sem a orientação do farmacêutico", afirma o médico.

Disponível em: <https://www.portalt5.com.br/noticias/geral/2018/10/151566-a-cada-10-brasileiros-8-tomam-remedio-por-conta-propria-diz-pesquisa>

Proposta de Redação

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema **“Perspectivas e desafios da educação à distância no Brasil”**, apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

TEXTO I

Educação a distância se consolida no Brasil

De cursos técnicos aos de formação, há opções em diversas áreas para quem deseja adquirir conhecimento. Estudar a distância é uma alternativa mais do que viável para quem pensa em investir nos estudos ou na profissão. Tanto é que cerca de 7 milhões de brasileiros estavam matriculados em alguma modalidade EAD em 2017, segundo o último censo divulgado pela Associação Brasileira de Educação a Distância (ABED). Entre os fatores que levaram os alunos a optarem por essa modalidade de ensino estão a flexibilidade do tempo dedicado ao aprendizado, a não necessidade de locomoção até o ambiente escolar e os valores mais acessíveis das mensalidades. O censo ainda revelou o perfil de quem procura estudar a distância: as mulheres compõem mais da metade dos registros tanto em instituições públicas quanto privadas, com faixa etária entre 26 e 40 anos e que voltaram a estudar depois de adultas ou trabalham para poder pagar pelo ensino.

O Senac vem acompanhando a evolução da educação a distância desde os anos 40.

Na época, a instituição oferecia cursos através da Universidade do Ar, uma ação pioneira que levava conhecimento profissional a locais distantes por meio de programas de rádio. Atualmente, são mais de 200 opções em cursos a distância, de técnicos a extensões universitárias, que proporcionam ao aluno uma trajetória de formação dentro da própria instituição. A coordenadora do Senac EAD SC, Soeli Wolff Martinelli, destaca que os modelos de aprendizagem utilizados têm como foco o aluno que não tem tempo a perder e geralmente estuda de maneira isolada. “Trabalhamos com tecnologias como videoaulas e outros objetos de aprendizagem, com linguagem acessível e conteúdo que atenda a necessidade do aluno”, explica.

Capacitação rápida

Além dos cursos técnicos, de graduação e pós-graduação, a rede Senac de educação à distância também disponibiliza aos interessados os chamados cursos livres, que possuem carga horária reduzida e são de capacitação rápida. O Senac SC participa da rede nacional de EAD e produz num estúdio próprio em São José esses cursos de formação inicial e continuada, disponíveis no portal da rede (ead.senac.br). O conteúdo é desenvolvido por profissionais com experiência no mercado e que levam ao aluno situações de aprendizado e vivências diárias. Dos 174 cursos oferecidos, as áreas relacionadas à gestão, idiomas e comunicação são as mais procuradas. Nos 4 primeiros meses do ano, 9 mil pessoas já se matricularam em algum curso para o aprendizado a distância.

Disciplina acima de tudo

Quem pretende iniciar os estudos a distância precisa saber que é necessário manter a organização e, acima de tudo, ser disciplinado. A assistente de vendas Cleusa Nascimento fez o seu primeiro curso a distância em 2013 e não parou mais. Ela destaca a facilidade na hora de estudar como um dos benefícios dessa formação. “A gente consegue administrar o nosso tempo. São quinze, vinte minutos para dar uma lida no material ou fazer os exercícios”, comenta. Para quem acha que a modalidade EAD é mais fácil do que a presencial, a pedagoga Daiane Candido observa que ‘o aluno a distância precisa entender que a tecnologia veio para desburocratizar o processo de aprendizagem, mas ainda assim haverá o contato com o professor, colegas e monitoria. Ele tem as suas obrigações e precisa apresentar resultados’, finaliza.

Disponível em: <https://ndmais.com.br/entretenimento/educacao-a-distancia-de-consolidada-no-brasil/>

TEXTO II

Disponível em: <http://www.ead.unimontes.br/nasala/tag/tirinha/>

TEXTO III**Oferta e procura por faculdades à distância aumentam no país**

Número de matrículas na graduação a distância chega a quase 2 milhões, o que representa 21% do total do ensino superior do país. Especialistas questionam a qualidade desse tipo de ensino.

Dos 8 milhões de alunos que estão na faculdade no Brasil, quase 20% fazem o curso à distância, modalidade de ensino que é alvo de grande procura e também de críticas. Bruna Moura gosta de administração, mas parou de ir à faculdade. Agora estuda onde der, à distância, e só aponta vantagens: “não tinha aquela loucura de pegar ônibus, de sair do trabalho e tudo mais, e o valor”. A mensalidade caiu de R\$ 580 para R\$ 150 reais. Mas Bruna alerta: no começo, foi difícil: “não consegui pegar aquela matéria, vou retornar tudo de novo. Vou voltar até consumir todo o conteúdo”.

No Brasil, o número de matrículas na graduação à distância, o chamado EAD, chega a quase 2 milhões, o que representa 21% do total do ensino superior do país. A estrutura é de uma emissora de TV completa. Inclusive o professor agora está gravando uma aula e os técnicos de áudio e vídeo estão acompanhando a gravação. Em um outro estúdio vai começar daqui a pouco uma aula de literatura, ao vivo, para o curso de letras. Uma transmissão como essa pode chegar a até 250 mil alunos, ao mesmo tempo, que é o número de estudantes matriculados no ensino a distância dessa universidade.

Algumas aulas e todas as provas do EAD são presenciais, em polos, que são bases avançadas espalhadas pelo Brasil. Nos últimos quatro anos, o número de polos cresceu de quase 5 mil para mais de 15 mil.

“É tanto a questão do governo incentivar as universidades para que possam abrir mais cursos online pelo Brasil todo, assim como a própria população mais alinhada com esse modelo de educação”, comenta Fernando Di Genio, diretor da Unip. Mas especialistas questionam a qualidade desse tipo de ensino, em que a interação entre aluno e professor raramente acontece. “Essas novas tecnologias estão aí, mas elas tem que ser colocadas a favor da boa formação de todos os profissionais. Não podem se transformar em fábricas de diploma” destaca César Callegari, pres. Inst. Bras. Sociologia Aplicada.

Segundo o Censo da Educação Superior, 60% dos alunos de pedagogia estão nessa modalidade. Em matemática e história, o número chega a 40%. “Estamos formando profissionais deficitários na sua formação que terão repercussão grande na qualidade do ensino quando eles se transformarem em professores”, diz César Callegari, pres. Inst. Bras. Sociologia Aplicada.

Uma das entidades que representam as faculdades particulares reconhece que o ensino à distância no Brasil cresceu muito rapidamente e que o modelo precisa ser aperfeiçoado. “Nós temos que olhar, pensar num modelo e não é porque tem esse baixo custo que tem que ser de má qualidade. Nós temos que encontrar um equilíbrio e obviamente melhorar os resultados das avaliações”, comenta Fábio Reis, dir. inovação Semesp. Jeniffer também acha que o EAD tem que melhorar. Ela trabalha 12 horas por dia como esteticista e resolveu fazer educação física à distância. Quer montar uma clínica de pilates, mas tem aulas práticas apenas uma vez por mês. “Eu acredito que deveria ter mais aulas presenciais porque é muito importante, ainda mais nessa área de educação física que tem a ver com o corpo humano”, comenta Jeniffer de Souza, estudante.

Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2019/06/01/oferta-e-procura-por-faculdades-a-distancia-aumentam-no-pais.ghtml> (Adaptado)

Proposta de Redação

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema **“A importância do desenvolvimento sustentável no Brasil”**, apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

TEXTO I

Único cenário viável para a humanidade é o desenvolvimento sustentável

Nossa base de sustentação alimentar e econômica está sendo destruída, alega especialista

Relatório da Organização das Nações Unidas (ONU) aponta o risco de extinção de quase 1 milhão de espécies da fauna e da flora: 559 dos 6.190 animais e plantas domesticados foram extintos, até 2016, e outros mil estão ameaçados. Plantações selvagens, importantes para a sobrevivência do homem a longo prazo, também estão ameaçadas. Tudo isso apesar dos esforços das populações locais. O documento foi o primeiro a contar com a participação de povos indígenas e aborígenes. Eles são ocupantes de um quarto da superfície terrestre, a parcela em que o desenvolvimento econômico deixou menos sequelas. Além do mais, o oceano apresenta uma taxa de poluição por plástico dez vezes maior do que nos anos 80, em razão da lenta decomposição do material e do aumento do uso de embalagens. Ainda sim, os estudos mostram uma saída para essa “sinuca de bico”.

“A intenção não era apenas assustar. Vários alertas foram feitos, como o Relatório Brundtland e o da ECO-92. O intuito não era paralisar as pessoas, mas sim indicar cenários do que pode acontecer, dependendo das opções econômicas e de consumo”, afirma Cristina Adams, professora da Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH), e membro da Plataforma Intergovernamental para Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos (IPBES), iniciativa da ONU, responsável pela pesquisa. “De todas as simulações feitas por software, a única que se mostrou viável, a longo prazo, foi o famoso desenvolvimento sustentável”, conta.

Todos os indicadores ambientais estão diminuindo a uma taxa sem precedentes, segundo a pesquisadora. “São necessárias ações urgentes, que envolvem esforços globais dos governos em adotar abordagens integradas de manejo, abordagens econômicas integradas entre diferentes áreas e setores da economia, decisões sobre a produção alimentar, de energia, de infraestrutura e manejo da biodiversidade de uma forma geral”, declara Cristina. “Não dá mais para avaliar economias globais simplesmente pelo crescimento econômico.”

A diretora-geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), Audrey Azoulay, alegou que, “após a adoção deste relatório histórico, ninguém poderá dizer que não sabia. Não podemos mais destruir a diversidade de vida. Esta é nossa responsabilidade com as gerações futuras”.

Disponível em: <https://jornal.usp.br/atualidades/unico-cenario-viavel-para-humanidade-e-desenvolvimento-sustentavel/>

TEXTO II



Disponível em: <http://pvtribosemcena.blogspot.com/2015/06/tirinha-de-conscientizacao.html>

TEXTO III

O que é preciso fazer para alcançar o desenvolvimento sustentável?

Para ser alcançado, o desenvolvimento sustentável depende de planejamento e do reconhecimento de que os recursos naturais são finitos.

Esse conceito representou uma nova forma de desenvolvimento econômico, que leva em conta o meio ambiente.

Muitas vezes, desenvolvimento é confundido com crescimento econômico, que depende do consumo crescente de energia e recursos naturais. Esse tipo de desenvolvimento tende a ser insustentável, pois leva ao esgotamento dos recursos naturais dos quais a humanidade depende.

Atividades econômicas podem ser encorajadas em detrimento da base de recursos naturais dos países. Desses recursos depende não só a existência humana e a diversidade biológica, como o próprio crescimento econômico.

O desenvolvimento sustentável sugere, de fato, qualidade em vez de quantidade, com a redução do uso de matérias-primas e produtos e o aumento da reutilização e da reciclagem.

Os modelos de desenvolvimento dos países industrializados devem ser seguidos?

O desenvolvimento econômico é vital para os países mais pobres, mas o caminho a seguir não pode ser o mesmo adotado pelos países industrializados. Mesmo porque não seria possível.

Caso as sociedades do Hemisfério Sul copiassem os padrões das sociedades do Norte, a quantidade de combustíveis fósseis consumida atualmente aumentaria 10 vezes e a de recursos minerais, 200 vezes.

Ao invés de aumentar os níveis de consumo dos países em desenvolvimento, é preciso reduzir os níveis observados nos países industrializados.

Os crescimentos econômico e populacional das últimas décadas têm sido marcados por disparidades.

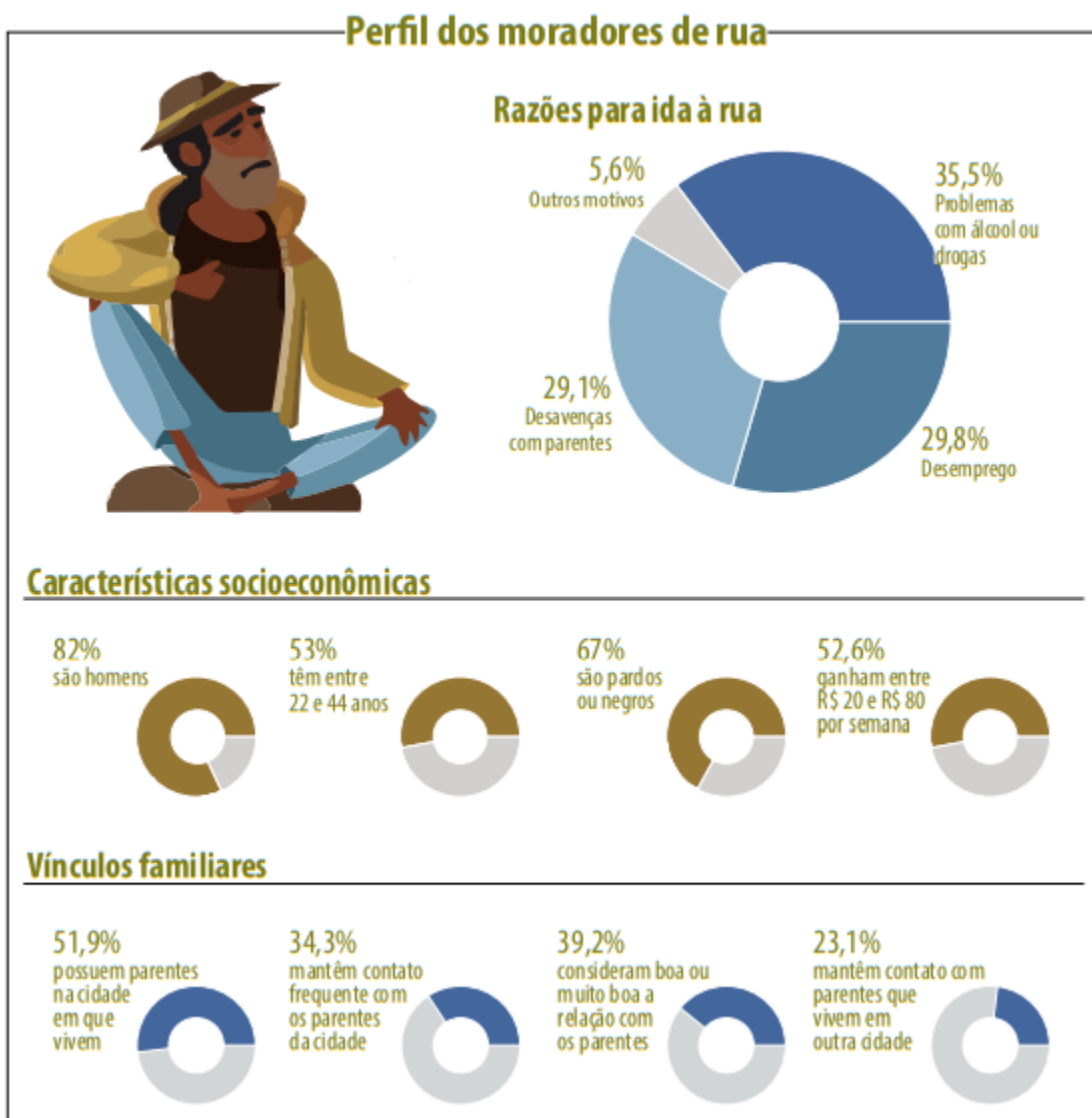
Embora os países do Hemisfério Norte possuam apenas um quinto da população do planeta, eles detêm quatro quintos dos rendimentos mundiais e consomem 70% da energia, 75% dos metais e 85% da produção de madeira mundial.

Disponível em: https://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/questoes_ambientais/desenvolvimento_sustentavel/ (Adaptado)

Proposta de Redação

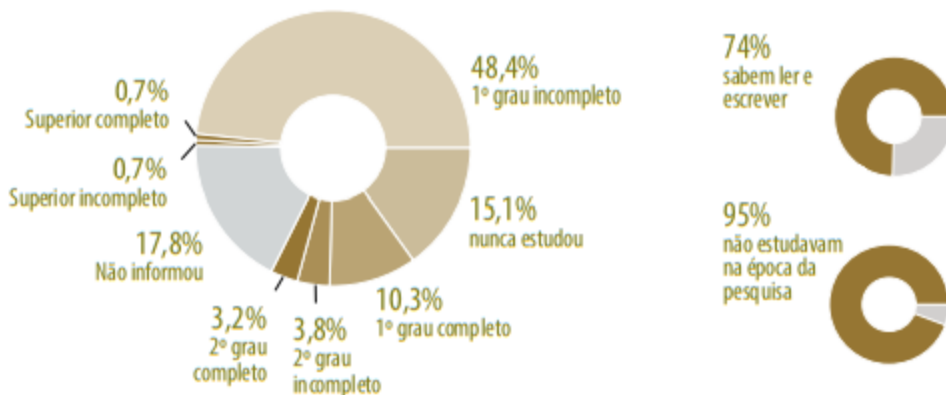
A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema **“A população em situação de rua no Brasil”**, apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

TEXTO I

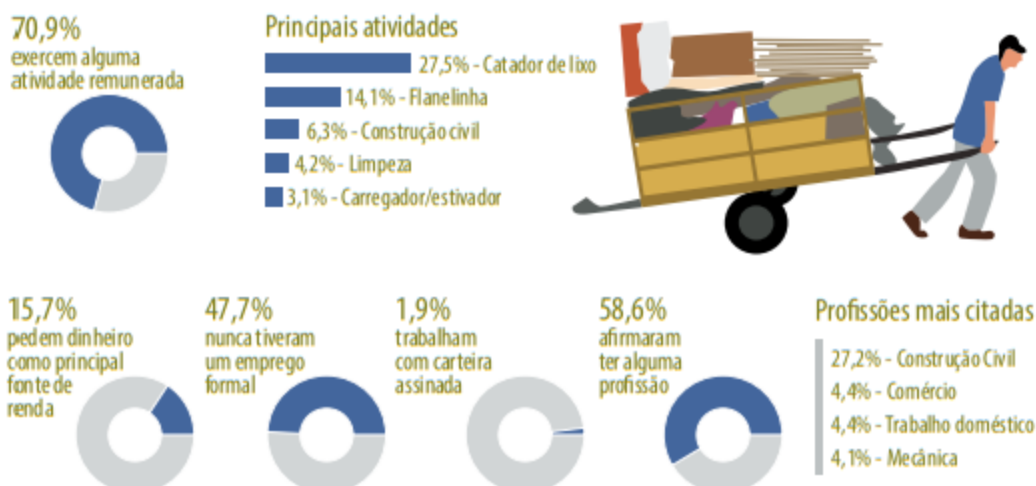


[continua]

Formação escolar



Trabalho e renda



Fonte: Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2008

Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/especial-cidadania/brasil-nao-sabe-quem-sao-os-moradores-de-rua>

TEXTO II

Escondam os pobres

"Mafalda e Susanita passeiam, numa tira do genial Quino, quando veem um mendigo. Mafalda diz que lhe parte o coração ver gente pobre; a amiga diz que sente o mesmo. Só discordam quanto ao que deveria ser feito. Mafalda, indignada, diz que seria preciso dar teto, trabalho proteção e bem-estar. A amiga diz que não precisaria tanto. "Bastaria escondê-los."

Susanita era uma criança. Os adultos não costumam ser tão sinceros sobre suas opiniões e costumam disfarçar seu incômodo com camadas de verniz. Mas em Curitiba o espectro da pobreza "fora de lugar", da pobreza aparente, anda incomodando. No shopping e nas ruas, comerciantes anunciam medidas – e pedem providências – para tentar reduzir o incômodo de seus clientes com a presença dessa gente diferenciada.

A Associação de Bares e Casas Noturnas foi quem teve o discurso mais direto. Diz que há muitos moradores de rua na cidade. A solução seria dar-lhes dignidade. Ótimo. Como se faria isso? Tirando-os das ruas, nem que seja à força. O caminho para a dignidade proposto pela associação é vedado pela Constituição e por tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil é signatário.

A Associação Comercial do Paraná veio em seguida. Disse que "o agravamento da questão dos moradores de rua" em Curitiba fez a situação chegar "ao limite". A explicação do que isso significa vem a seguir. "Num período de retração econômica, os comerciantes, especialmente aqueles estabelecidos na Rua XV de Novembro, como já acontece com muitos, podem ter o seu negócio inviabilizado." Os pobres fazem mal aos negócios.

No shopping Palladium, como não dependia do poder público a solução foi mais rápida e ao mesmo tempo mais sutil. Há duas semanas, uma briga causou pânico em lojistas e clientes. Lojas fecharam, pessoas se assustaram. Claro que era preciso fazer algo. Mas num mundo em que o Estado de Direito prevalecesse, o normal seria que pagasse pelo erro aquele que o cometeu. Não foi assim."

A decisão dos lojistas parece neutra: pediu-se à Justiça o direito de barrar menores de idade desacompanhados. O juiz disse que pode-se fazer isso e que o shopping pode decidir inclusive a quem pedir documentos para saber se é mesmo menor. De cara, libera-se com

isso a entrada de todos os que vão de carro. Entre os que tentam passar pela porta da frente, há relatos de gente menor de idade que passou sem ser incomodada.

Uma lojista entrevistada pelo repórter Felipe Aníbal cometeu uma indiscrição ao comentar. “[A liminar] é injusta com algumas pessoas, mas elas tiveram que se sacrificar para que todos ficassem em segurança. Cliente nenhum quer vir a shopping pra ver ‘mano’.” Engana-se: os jovens iam ao shopping, entre outras coisas, para verem e serem vistos. Mas tem razão em dizer que a visão foi parte do que incomodou os demais frequentadores.

Curitiba, como quase toda cidade, tem uma bolha central de classe média e uma periferia onde há mais pobreza. Mundos que se misturam, às vezes, nos parques, no Centro e em shoppings. Há os que, ao vê-los, pensam como Mafalda: querem fazer algo por eles simplesmente em nome de sua dignidade. Há também as Susanitas, que não são poucas.

Evidente que a pobreza, a miséria, a exclusão são males que é preciso combater. Infrações (brigas, tumultos e o resto) também são um problema. Mas Kant nos ensinou que não se deve apenas fazer a coisa certa: é preciso defender a causa certa pelo motivo certo. Quem pensa que com propostas ainda mais excludentes está fazendo um bem para a cidade mal sabe que está apenas perpetuando a segregação.

Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/columnistas/caixa-zero/escondam-os-pobres-bnv59uyb1hg0kh0d417ya1bzk/>

TEXTO III



Disponível em: <https://tec-cia.com.br/2012/10/04/tirinha-quem-disse-que-nao-existem-palavras-magicas/>

Proposta de Redação

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema **“A tecnologia no combate à criminalidade”**, apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

TEXTO I

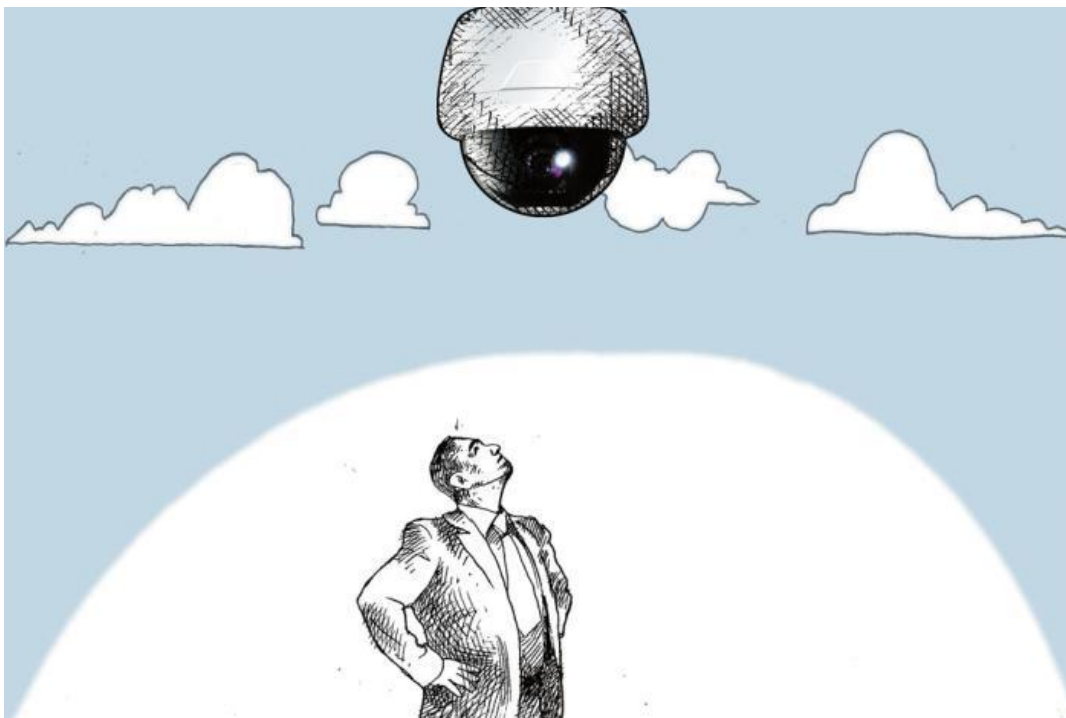
Tecnologia e criminalidade: métodos eficientes contra procedimentos avançados

A ação criminosa pede por mecanismos de proteção avançados. O número de ocorrências tem elevado a procura por soluções que ajam a serviço da segurança, tanto pessoal quanto patrimonial. O problema está na falsa sensação de segurança que todo este arsenal, em muitos casos, pode gerar. Muitas pessoas acreditam que os sistemas de proteção existentes são bons o suficiente, e funcionam por si só, mantendo-os distantes de situações perigosas. E este é o grande perigo. Os desafios, quando o assunto é tecnologia e criminalidade, se estendem à muitos temas. Vão desde escolhas mal feitas de contenção às falhas humanas, geradas por pessoas que não estão habilitadas para lidar com estes contextos. Tudo isso põem em risco a segurança, exigindo mecanismos de proteção avançados, que combinem procedimentos, pessoas e alta tecnologia contra o crime.

A tecnologia não substitui as atitudes preventivas, mas pode ser uma grande aliada contra a criminalidade. Os itens mais procurados são câmeras, alarmes e sistemas de controle de acesso. Mas outros itens, já começam a entrar na mira dos brasileiros. Entre eles estão drones, câmeras de alta definição que inclusive reconhecem placas de carros. Portarias automatizadas, alarmes controlados remotamente, fechaduras digitais e sistemas de reconhecimento facial. Entretanto, é sempre bom alertar que, para que não haja uma falsa sensação de segurança em torno destes equipamentos, é fundamental que eles atuem junto de um monitoramento adequado e de procedimentos bem estruturados, para tirar o máximo proveito dos recursos disponíveis. Igualmente importante, está o treinamento e a capacitação de todos os profissionais envolvidos com a segurança. Para que essa equipe esteja sempre atualizada e preparada para agir prontamente. Com tudo o que falamos sobre tecnologia e criminalidade, eu espero que você esteja mais preparado para fazer boas escolhas e aumentar a sua segurança. Descubra, com a ajuda especializada, o que funciona ou não para você e o lugar onde você mora ou trabalha. Não há melhor jeito de se proteger do que combinando prevenção e conhecimento adequado.

Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/seguranca/noticia/2016/09/tres-exemplos-do-uso-de-tecnologia-para-combater-a-criminalidade-7505304.html> (Adaptado)

TEXTO II



Disponível em: <http://redepara.com.br/Noticia/162158/cameras-ajudam-no-combate-a-criminalidade-na-capital-e-municipios-do-estado>

TEXTO III

Combate à criminalidade é um dever do Estado, mas uma aspiração de todos. Diante das carências do setor público de maneira geral, só será bem-sucedido com atuação conjunta. O combate à criminalidade nos níveis atingidos hoje no país deve ser visto cada vez mais como resultado de um esforço integrado entre municípios, Estados e governo federal, com a participação direta das comunidades. É promissor, por isso, que um em cada quatro municípios gaúchos já esteja se valendo na prática de ações de videomonitoramento, entre outros recursos tecnológicos. Quando associadas ao uso da inteligência, as câmeras se mostram auxiliares eficazes da atuação de policiais, que passam a se expor menos a situações de risco. O principal entrave a ser superado para permitir um uso mais massificado das tecnologias no combate à violência é a falta de recursos por parte dos municípios. O investimento inicial costuma ser elevado, mas o custo é reduzido a partir da instalação. As vantagens ficam evidentes de imediato, pelas facilidades proporcionadas no combate ao crime. Os equipamentos mais modernos permitem imagens de alta resolução, tornando viável o reconhecimento facial e a leitura de caracteres para a identificação de carros roubados, entre outros recursos.

Disponível em: <http://www.psd.org.br/acompanhe/noticias/tecnologia-e-inteligencia-no-combate-criminalidade/> (Adaptado)

Proposta de Redação

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema **“O lixo e a sociedade de consumo no Brasil”**, apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

TEXTO I



Disponível em: <https://www.humorpolitico.com.br/tag/lixo/>

TEXTO II

Qual o problema do lixo?

Informações gerais sobre o tema:

Todos temos ouvido falar muito que o lixo é um problema. Mas ao cidadão comum parece o problema do lixo só existe quando há interrupção na coleta do lixo e os lixeiros deixam de passar na sua porta. É de arrepiar, não é verdade? Sacos e sacos amontoando-se nas calçadas, exalando mau cheiro, atraindo insetos e outros animais. Em resumo: poluindo e sujando a porta da sua casa.

O que é preciso entender é que, mesmo quando o lixo é recolhido pelos lixeiros, ele não desaparece, apenas é levado para outro lugar. E é preciso muito cuidado para que ele não cause os problemas que estava causando na porta de sua casa em outro lugar. Afinal, a cidade também é nossa casa, assim como o país, o continente e o Planeta. O lixo é responsável por um dos mais graves problemas ambientais de nosso tempo. Seu volume é excessivo e vem aumentando progressivamente, principalmente nos grandes centros urbanos, atingindo quantidades impressionantes, como os 14 milhões de quilos coletados diariamente na Cidade de São Paulo. Além disso, os locais para disposição de todo esse material estão se esgotando rapidamente, exigindo iniciativas urgentes para a redução da quantidade enviada para os aterros sanitários, aterros clandestinos ou lixões. O lixo, como os demais problemas ambientais, tornou-se uma questão que excede à capacidade dos órgãos governamentais e necessita da participação da sociedade para sua solução.

Uma das possibilidades para reduzir o problema do lixo é a implantação da coleta seletiva de lixo – que consiste na segregação de tudo o que pode ser reaproveitado, como papéis, latas, vidro, plástico, entre outros – enviando-se esse material para reciclagem. A implantação de programas de coleta seletiva de lixo não só contribui para a redução da poluição causada pelo lixo, como também proporciona economia de recursos naturais – como matérias-primas, água e energia – e, em alguns casos, pode representar a obtenção de recursos, advindos da comercialização do material. Apesar do crescente número de municípios em que a coleta seletiva de lixo é implantada – uma vez que toda a coleta de lixo é atribuição dos governos municipais – verifica-se também um grande número de programas desenvolvidos por iniciativa da sociedade civil, em escolas, empresas, condomínios, etc., que apresentam maior chance de continuidade, pois não estão vinculados a mudanças e interesses políticos.

Disponível em: <http://www.institutogea.org.br/lixo/o-problema-lixo/>

TEXTO III

Nos dias atuais o ser humano vem sendo assolado pelo consumismo! Mas o que vem a ser consumismo? Qual o papel do consumidor no mercado? E o que isso tem a ver com o problema da produção de lixo e a sua destinação? A quem compete resolver o problema? O ser humano, mais do que qualquer outro ser vivo na face da Terra, tem necessidades que precisam ser satisfeitas diariamente, alimentar, hidratar, vestir, morar, educar, transportar, comunicar, divertir etc. Mas além dessas necessidades básicas tem outras advindas da cultura de cada povo. Na cultura ocidental, por exemplo, os bebês são tratados como reis, todas as atenções de todos os seres humanos a sua volta lhe reafirmam o quanto é belo, inteligente e gracioso! De acordo com a psicanálise, essa forma de educação tem suas consequências na vida adulta, pois, com o crescimento o indivíduo perde o “trono” e passa a ser tratado como mais uma pessoa entre tantas.

O produto comprado, jamais irá satisfazer sua “necessidade”, sendo trocado por outro com promessa mais convincente, e por outro e mais outros. Induzindo, assim, o indivíduo a ser um consumidor irracional, levado pela emoção da necessidade artificial criada pelo mercado. Isso é o consumismo. A necessidade artificial de consumir cada vez mais! Os produtos são desenvolvidos com o intuito de criar e satisfazer necessidades do consumidor. Dessa forma, consumismo produção de lixo o alvo do mercado é o consumidor. Sem consumidor não existe mercado! Em tempos de globalização política e econômica, tudo é reduzido a produto: animal, vegetal, intelectual, industrial, ideológico, psicológico, educacional, religioso etc. O poder político, sobrevivente aristotélico, com a globalização perdeu muito de sua força, abrindo espaço para o mercado. Os próprios representantes públicos, muitos deles, foram reduzidos a produtos publicitários. Mas, o crescimento não apaga da mente da pessoa o seu reinado perdido, e ela passa o resto de sua vida tentando reconquistar o prestígio que tinha quando era apenas um bebê. Ciente dessa “necessidade” do ser humano, o mercado busca forjar esse prestígio, dizendo ao consumidor aquilo que ele deseja ouvir, e cobra caro por isso. Levando-o a acreditar que se ele comprar este ou aquele produto estará recuperando o seu reinado e passando à condição de alguém muito especial. Sem perceber o indivíduo passa a pensar que o que precisa é o produto e não se dá conta de que o que está buscando é o

prestígio.

Assim, o cidadão se vê perdido, sem saber em quem ou no que acreditar. Pois nem mesmo consegue saber, ao certo, quem é a pessoa em quem depositou seu voto, se ela é real ou uma criação da mídia. Muito menos qual a sua ideologia. Assim, o voto se torna mais uma atitude de consumo irracional. Diante desse panorama, nota-se que o poder se encontra concentrado no mercado, e que o protagonista do mercado é o consumidor, cabendo a ele dizer o que deseja consumir. Ocorre que o consumidor não desempenha seu papel adequadamente, pois sequer tem consciência do poder que possui, sendo constantemente manipulado pelo fornecedor, através da mídia. Nessa corrida pelo consumo, o indivíduo precisa de cada vez mais poder aquisitivo, e isso significa mais trabalho, mais compromissos, mais responsabilidades e menos tempo para pensar e decidir o que, por que e quando consumir, tornando-se cada vez mais irracional enquanto consumidor. Podendo, muitas vezes, chegar à depressão por não conseguir manter determinado padrão de consumo, o que o fragiliza ainda mais diante do mercado.

Ocorre que além da perda de poder do cidadão, o consumismo trouxe um grave problema, o excesso de dejetos resultantes do consumo desenfreado. Em outras palavras, “LIXO”! Por “falta de tempo”, pois trabalha muito para manter seus padrões de consumo, o indivíduo não pensa na melhor forma de cuidar dos materiais que não lhe interessam mais, depositando-os de forma inadequada no meio ambiente e causando graves danos à natureza! Danos estes que retornam ao ser humano em forma de desequilíbrio. Um antigo ditado oriental já ensinava: “O seu lixo sempre volta à sua porta, cabe a você escolher a cara dele!” Assim como também ditava Antoine Laurent Lavoisier, inspirado em pensadores que o antecederam: na natureza nada se cria, nada se perde e tudo deve ser transformado. Mas parece que a humanidade ainda não entendeu conceitos básicos e necessários para manter equilíbrio e a vida. Nos últimos anos, com o fenômeno da globalização, houve um grande aumento na oferta de crédito, principalmente para as classes menos abastadas. Isso ocasionou aumento do poder de consumo entre os mais pobres. O que não quer dizer que hoje tenhamos menos indivíduos em situação de pobreza do que antes da globalização, mas sim, que muitos povos pobres foram inseridos no mercado, através do crédito, tornando-os, além de pobres, endividados. O fato é que, o aumento do poder aquisitivo das classes menos abastadas teve reflexo direto no aumento da produção de lixo e na destinação inadequada.

O problema da produção de lixo está estreitamente relacionado ao consumismo, agravado pela explosão demográfica, males que precisam ser sanados urgentemente pelo ser humano, sob pena de levá-lo à degradação. Indivíduos, famílias, sociedades, governos, todos devem contribuir para a solução do problema. Começando por cuidar cada um do seu próprio lixo. Buscando: Repensar o que é de fato lixo; Reduzir, diminuindo o consumo desnecessário; Reutilizar, evitando o desperdício de energia e dos recursos naturais; e reciclar transformando a matéria que seria dispensada em recurso renovável. Não podemos nos deixar consumir pelo consumismo do mercado, pois afinal, nós estamos no topo dessa cadeia, somos consumidores!

Autora: Roseli Bregantin Barbosa

Disponível em: <http://feminaria.com.br/entenda-a-importancia-do-empendedorismo-feminino/>

Proposta de Redação

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema **“Impactos do envelhecimento da população brasileira”**, apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

TEXTO I

Mundo terá 10,9 bilhões de pessoas em 2100, diz relatório da ONU

Aumento e envelhecimento da população serão contínuos, mas desiguais entre os países; Brasil, com 212 milhões de habitantes, cresce até 2045, mas encolherá até o fim do século.

O que está acontecendo com a população mundial e na maioria dos países é que a taxa de fecundidade tem caído desde o século XX, enquanto a expectativa de vida está aumentando. Isso provoca uma mudança na estrutura etária — explica o professor José Eustáquio Alves, pesquisador e doutor em demografia pela Universidade Federal de Minas Gerais. Até o fim do século, octogenários e centenários se multiplicarão. A

expectativa de vida global, hoje de 72,6 anos, deve chegar à média de 77,1 em 30 anos. Esse envelhecimento, no entanto, não se distribuirá igualmente: em nações mais pobres, a expectativa de vida já é mais de sete anos menor do que a média global. O Brasil é um dos países que terão o envelhecimento mais rápido. Lá para 2080, teremos mais idosos acima de 80 anos do que crianças e jovens de até 14 anos. É um envelhecimento muito profundo e muito acelerado — afirma Alves.

Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/mundo-tera-109-bilhoes-de-pessoas-em-2100-diz-relatorio-da-onu-23747170>

TEXTO II



Disponível em: <https://www.culturamix.com/cultura/curiosidades/aposentadoria-no-brasil-previdencia-social-e-privada/>

TEXTO III

Envelhecimento da população prejudica economia, mas beneficia serviços de saúde

O envelhecimento da população vai ter, globalmente, efeitos negativos sobre a economia, apesar de beneficiar indústrias como a dos instrumentos médicos, medicamentos e serviços de saúde, conclui um estudo sobre os impactos económicos do envelhecimento.

Neste trabalho, os investigadores do Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG) Paula Albuquerque e com João Carlos Ferreira Lopes, quantificam alguns destes efeitos sobre o consumo e a evolução da procura em 55 indústrias nacionais.

"Globalmente, os efeitos do envelhecimento são prejudiciais à economia. O crescimento dos sectores que vão ser estimulados não compensa os que vão ser prejudicados", declarou Paula Albuquerque à Agência Lusa.

A estrutura do consumo vai modificar-se em consequência das alterações demográficas já que o peso da população com mais de 65 anos vai aumentar, explicou a economista, acrescentando, no entanto, que há outros fatores que influenciam a procura e que não foram tidos em conta no estudo.

"Não sabemos como vão evoluir os gostos das pessoas, nem como vai variar o seu rendimento e isso também tem influência", afirmou.

Em 2006, as estatísticas oficiais contabilizavam um milhão e 820 mil pessoas com mais de 65 anos (20 por cento da população com mais de 15 anos). Em 2060, serão praticamente o dobro (um milhão e 351 mil pessoas, ou seja, 37 por cento da população com mais de 15 anos).

Os economistas analisaram os efeitos das alterações demográficas sobre 55 setores de atividade e concluíram que as indústrias ligadas à saúde, como era expectável, vão ser mais procuradas.

Entre os sectores que previsivelmente vão ser estimulados, destacam-se o de "instrumentos médicos, ópticos e de precisão e relógios", em que se prevê que a procura aumente 31 por cento em 2060, e o dos produtos químicos, associados aos medicamentos (24 por cento).

O estudo antecipa igualmente maior procura de atividades ligadas à construção (16 por cento) e um aumento do consumo de água, luz e gás (12 por cento), já que "as pessoas mais velhas estão mais tempo em casa", justificou Paula Albuquerque.

Também a indústria da pesca deverá crescer porque "a população idosa, tendencialmente, consome mais peixe do que os mais jovens".

Mas o estudo conclui também que há sectores que vão sofrer um impacto negativo como os que estão ligados à administração pública e defesa (-14 por cento), educação (-12 por cento), equipamentos de escritório e computadores (-8 por cento) e indústrias de rádio, televisão e telecomunicações (-7 por cento).

O estudo realça que, embora possa existir um aumento do valor da produção ("gross output"), o valor acrescentado e o emprego decrescem e aumenta a importação de bens de produção. Além disso, "os sectores mais estimulados são os que apresentam níveis de formação abaixo da média".

Disponível em: <https://www.publico.pt/2010/03/22/sociedade/noticia/envelhecimento-da-populacao-prejudica-economia-mas-beneficia-servicos-de-saude-1428854>

Proposta de Redação

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema **“A importância do empreendedorismo feminino na sociedade brasileira”**, apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

TEXTO I

De acordo com o levantamento mundial Global Entrepreneurship Monitor 2017, que no Brasil é realizado em parceria com o Sebrae, mais de metade dos novos negócios abertos em 2016 foi fundada por mulheres. Elas são mais escolarizadas do que os homens empreendedores e atuam, principalmente, no setor de serviços. “A taxa de empreendimentos iniciados no país, desde 2007, oscila entre 47% e 54% para homens e mulheres. Em 2016, a taxa foi de 48,5% para homens e 51,5 % para mulheres”, afirma a especialista em empreendedorismo Hilka Machado, professora da Universidade do Oeste de Santa Catarina. Sinal de que o

número de homens e mulheres interessados em empreender é proporcional há anos.

Esse é um caminho de desafios. Mesmo com todo o potencial econômico e empreendedor, as mulheres ainda precisam superar algumas barreiras. As empresas abertas por elas tendem a ter a vida mais curta. As empresárias têm menos redes de contato e nem sempre participam de negócios maiores ou inovadores.

Disponível em: <https://exame.abril.com.br/negocios/o-cenario-do-empendedorismo-feminino-no-brasil/>

TEXTO II



Disponível em: <https://tirasarmandinho.tumblr.com/post/140718405329/tirinha-original>]

TEXTO III

Em teoria, esse conceito diz respeito aos negócios que são criados e geridos por mulheres. Porém, na prática, ele vai além

dessa definição. O empreendedorismo feminino chama a atenção para a liderança feminina e amplia o espaço e visibilidade das mulheres, contribuindo para o rompimento de várias barreiras sociais.

Em um ambiente de negócios majoritariamente masculino — no qual a imagem do sucesso está, muitas vezes, ligada à figura de força e autoridade baseadas no modelo do homem alpha — uma mulher se depara com muitos obstáculos para conseguir empreender e ser reconhecida na sua singularidade.

No entanto, quando ela enfrenta esses desafios, dando um passo para se impor no mercado de trabalho, ocorre uma transformação social mais profunda: uma verdadeira mudança de perspectiva. Isso apresenta um impacto extremamente positivo nas comunidades, colocando luz sobre outros aspectos que antes não eram vistos.

Essencialmente, a forma de enxergar o mundo pelas lentes do trabalho masculino se expande. Logo, a revolução que o empreendedorismo feminino encabeça é aquela que propõe a revisão do próprio modelo de sociedade — que se torna, conseqüentemente, mais inclusiva, inovadora e diversa.

Disponível em: <http://feminaria.com.br/entenda-a-importancia-do-empendedorismo-feminino/>

Proposta de Redação

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema **“A importância da participação política para a efetivação da cidadania no Brasil”**, apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

TEXTO I

O voto como ato de cidadania

Um dos pressupostos mais importantes da democracia é a participação política do cidadão, cuja principal forma de expressão é o voto. No entanto, nem sempre foi assim. O direito ao exercício de votar passou por várias fases em diferentes períodos de nossa história, chegando aos dias atuais com a conquista do voto direto e secreto.

Nossa história começa em 1532, com a eleição do Conselho Municipal da Vila de São Vicente. Somente em 1821, usando os dispositivos da Constituição Espanhola para eleger 72 representantes junto à Corte Portuguesa, é que o voto deixou de ser em âmbito municipal. Em 1891, pela primeira vez, foi exercido o voto direto para eleger um presidente e um vice-presidente, sendo Prudente de Morais, o escolhido.

Em 1932, uma nova conquista foi alcançada, com o direito de voto feminino. Ainda durante a década de 30, o voto passou a ser secreto, porém, em 1937, a república sofreu um duro golpe promovido por Getúlio Vargas, que instituiu o Estado Novo, fechando o Congresso e impedindo que os brasileiros fossem às urnas durante os oito anos seguintes. Somente após a Segunda Guerra Mundial em 1945, com a vitória dos aliados e uma pressão pelo retorno da democracia, é que Vargas permitiu uma reorganização partidária e a volta das eleições neste mesmo ano. No entanto, o pior ainda estava por vir. Em 1964, outro golpe militar impediu o voto direto para presidente, vice-presidente e cargos majoritários como governadores, prefeitos e senadores. Começava o período mais negro de nossa história: a “Ditadura Militar”.

O Presidente João Goulart foi destituído de seu cargo e a censura tornou-se prática comum, como o fechamento de vários meios de comunicação, como rádios e emissoras de televisão. Em 1968, o novo presidente Costa e Silva, decretou o Ato Institucional número 5, o AI-5, dando plenos poderes ao governo. Novamente o Congresso foi fechado e diversos parlamentares tiveram seus direitos cassados. A década de 70 ficou conhecida como “anos de chumbo”. No entanto, em 1974, ressurgia a esperança através da campanha política do partido denominado MDB, liderado por Ulysses Guimarães, um dos maiores opositores do regime militar.

Em 1984, lideradas por Ulysses Guimarães, milhares de pessoas saíram às ruas em manifestações, exigindo a volta das eleições diretas. Esse momento ficou conhecido como “Diretas Já” e seu líder, Ulysses Guimarães, conhecido como o “Senhor Diretas”. Em 1985, ainda que de forma indireta, foi eleito Tancredo Neves, o primeiro presidente civil eleito após o golpe de 1964. Infelizmente, após ser eleito, foi acometido por uma grave doença e faleceu antes de tomar posse, sendo substituído pelo vice-presidente, o senhor José Sarney. Uma emenda constitucional restabeleceu o voto direto e concedeu o direito de voto aos maiores de 16 anos e aos analfabetos. Esta eleição marcou o fim da ditadura e o começo da redemocratização do país.

A partir de 1992, aconteceu a primeira eleição direta para presidente após a Ditadura Militar, sendo eleito para o cargo máximo do país, o senhor Fernando Collor de Mello, que acabou destituído do seu cargo, acusado de corrupção. Depois disso, ocorreram outras eleições para presidente, governadores e prefeitos, com inquestionáveis demonstrações de democracia, através de um sistema inovador, como as urnas eletrônicas.

Disponível em: <https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/direito/o-voto-como-ato-de-cidadania/60870>

TEXTO II

A palavra política está sustentada por uma expressão grega - polis, que quer dizer cidade e a palavra cidadania se fundamenta em um termo latino correlato - civitatem. Esses dois vocábulos nos remetem à vida em sociedade, com suas ações e atuações de direitos e deveres. Portanto a escola trabalha a cidadania, mas deve trabalhar a política, que está a ela associada. Ao estudarmos a cidadania devemos estudar também a política, dentro de um processo democrático. A escola tem função primordialmente social e quando a política se vincula à cidadania, elas se reinventam. Quando falamos em política na escola, nós não queremos dizer política partidária, pois esta deve ser estabelecida em espaços e ambientes adequados. A escola é o ambiente propício no significado abrangente de atentar à qualidade ao bem comum do seu cidadão, da coletividade e da comunidade, portanto dentro da instituição escolar a política, sem viés partidário deve ser objeto constitucional do currículo.

As expressões educação e cidadania estão inseridas no sentido político da educação, pois desenvolver o cidadão para a cidadania não é aceitável sem antes estabelecer o que seja essa cidadania. Educar politicamente para a cidadania é principalmente educar um sujeito participativo para ser um sujeito crítico, no sentido de co-participante da democracia. Essa é a verdadeira educação para uma nova cidadania, que é uma postura que precisa ser estimulada. Os direitos e deveres civis e políticos, devem ser trabalhados por meio de valores éticos. É necessário compatibilizar cidadania, política e diversidade, através de princípios éticos. Educar é uma ação que propõe a convivência social, a cidadania e a tomada de consciência política, fazendo de cada sujeito um autor de transformação social.

A democracia só se constituirá como substancial se a formação política for propiciada no ambiente escolar. A escola, enquanto uma criação social, é um dos lugares adequados de formação e informação, em que a aprendizagem deve estar em concordância com os assuntos sociais que assinalam cada momento histórico. As diferentes configurações de organização da sociedade devem ser debatidas e consideradas no ambiente escolar, com o objetivo de propiciar o diálogo entre educadores e alunos sobre o fato histórico e político, relacionando presente e passado e constatando as transformações necessárias ao bem da coletividade. Através das vivências plurais os alunos passam a exercer a cidadania social e política. De acordo com Delor: "A educação para a cidadania constitui um conjunto complexo que abraça, ao mesmo tempo, a adesão a valores, a aquisição de conhecimentos e a aprendizagem de práticas na vida pública. Não pode, pois ser considerada como neutra do ponto de vista ideológico". Ref: Mario Sergio Cortella

Disponível em: <https://educador.brasilecola.uol.com.br/politica-educacional/cidadania-politica.htm>

TEXTO III



Disponível em <https://descomplica.com.br/blog/redacao/lista-mafalda/>

Proposta de Redação

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema **“O abuso de álcool na sociedade brasileira”**, apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

TEXTO I

Como se define o uso, o abuso e a dependência do álcool?

Quando se fala dos problemas relacionados com o álcool, é importante distinguir os termos uso, abuso e dependência. A palavra uso refere-se a qualquer ingestão de álcool. A Organização Mundial de Saúde (OMS) usa o termo baixo risco de uso de álcool, para se referir à ingestão de álcool dentro dos parâmetros médicos e legais, que geralmente não resulta em problemas relacionados à bebida. O abuso de álcool é um termo geral para qualquer nível de risco, desde a ingestão aumentada até a dependência do álcool. O abuso de álcool pode produzir danos físicos ou mentais à saúde, mesmo na ausência de dependência. Já a dependência do álcool é uma síndrome que consiste em sintomas relacionados ao funcionamento mental, comportamental e psicológico. O diagnóstico da dependência do álcool deve ser feito apenas se três ou mais das seguintes situações foram experimentadas ou exibidas durante um período de 12 meses:

Forte desejo ou compulsão para beber;

Dificuldades em controlar a ingestão de álcool, em relação ao seu início, término, ou quantidade;

Alteração psicológica quando o uso de álcool é cessado ou reduzido, ou utilizar-se do álcool para aliviar ou evitar sintomas de alterações psicológicas.

Evidência de tolerância, como doses cada vez maiores, para atingir os mesmos efeitos causados pelas doses menores anteriores;

Perda progressiva de interesse por atividades antes realizadas ou por outras fontes de prazer, devido ao uso do álcool;

Uso contínuo mesmo com claras evidências das conseqüências danosas.

A dependência do álcool afeta uma pequena, mas significativa, proporção da população adulta em muitos países (cerca de 3 a 5%), mas o abuso e uso arriscado do álcool, geralmente afetam grande parte da população (15 a 40%).

Quais os níveis de risco do consumo de álcool?

É importante a compreensão do padrão de uso do álcool que produz riscos. Algumas pessoas podem ingerir a quantidade de álcool recomendada, mas em ocasiões particulares bebem em excesso. Tal ingestão pode alcançar o ponto de intoxicação de forma aguda e levar ao risco de lesões, violência e perda do controle, afetando outros e a si mesmos. Outras pessoas podem beber excessivamente de forma regular e, tendo estabelecido uma tolerância aumentada para o álcool, podem não apresentar um grande aumento nos níveis de álcool no sangue. Porém, o consumo excessivo crônico, apresenta riscos a longo prazo, como lesões no fígado, certos cânceres e distúrbios mentais.

A Organização Mundial de Saúde elaborou um questionário contendo 10 questões para estratificar o risco do consumo de álcool, o AUDIT ("Alcohol Use Disorders Identification Test"). Este teste identifica quatro zonas de risco. A zona I se aplica à maioria das pessoas e indica um consumo de álcool de baixo risco ou então pessoas que não ingerem álcool. A zona de risco II, engloba uma proporção significativa das pessoas, e consiste no uso de álcool em excesso, que corresponde a mais de 20g de álcool puro por dia, o que equivale aproximadamente a uma garrafa de cerveja ou duas taças de vinho. As pessoas que excedem esses níveis aumentam as chances de problemas de saúde relacionados ao álcool, como acidentes, lesões, aumento da pressão arterial, doença do fígado, câncer, e doença do coração, bem como violência, problemas legais e sociais, baixo rendimento no trabalho devido a episódios de intoxicação aguda.

A zona de risco III, geralmente indica o uso prejudicial, mas pode também incluir pessoas já em dependência; essas pessoas já experimentaram os problemas relacionados com o excesso de álcool relatados acima. A zona IV é o nível mais alto de risco, e se refere a pessoas dependentes do álcool e que necessitam de atenção especial em centros especializados para a sua recuperação.

Quais os efeitos da ingestão excessiva de álcool?

O abuso do álcool pode trazer inúmeros efeitos em todo o corpo, incluindo alteração do comportamento e várias doenças graves como:

Agressividade, irritação, violência, depressão e nervosismo;

Dependência ao álcool;

Perda de memória;

Envelhecimento precoce;

Câncer de boca e garganta;

Resfriados frequentes, risco aumentado de pneumonia e outras infecções;

Fraqueza do músculo cardíaco, insuficiência cardíaca, anemia;

Câncer de mama;

Doença do fígado, deficiência de vitaminas, sangramentos intestinais, inflamação do estômago e pâncreas, úlceras, vômitos, diarreia e desnutrição;

Tremor nas mãos, nervos dolorosos;

Impotência sexual nos homens;

Risco de bebês com baixo peso ou com malformação, em mulheres grávidas que consomem álcool.

Disponível em: <http://www.boasaude.com.br/artigos-de-saude/5294/-1/como-se-define-o-uso-o-abuso-e-a-dependencia-do-alcool.html>

TEXTO II

3,3 milhões de pessoas morrem todos os anos pelas consequências do álcool no mundo, diz OMS

Praça da Estação, Região Central de Belo Horizonte. Enquanto passageiros apressados saem da estação de metrô e atravessam a Avenida dos Andradas para começarem a rotina de trabalho, Robenilton Barreiros dos Santos já perdeu a noção de dia e horário, e só não se esquece do caminho do bar, onde habitualmente busca “a branquinha” para “levar a vida”. O álcool mata, todos os anos, 3,3 milhões de pessoas em todo o mundo, número que representa 5,9% das mortes. Os dados, da Organização Mundial da Saúde (OMS), mostram que o consumo da bebida chegou a 8,9 litros por pessoa no Brasil em 2016, superando a média internacional, que era de 6,4 litros. Por trás dos olhos marcados pelas rugas, dentes amarelados e cabelos grisalhos, ele esconde a verdadeira idade. Apenas 39 anos. “Acho que são umas sete da manhã, né. Eu bebo tanto que fico confuso. Tenho família, casa, mas larguei de mão. Pareço velho, mas não sou não. A bebida faz isso com a gente. Leva tudo de bom embora”, disse.

Do outro lado da capital, na Regional Nordeste, uma dona de casa de 42 anos sofre com o mesmo problema. “Eu comecei a beber com uns treze anos de idade, por causa de algumas amigas. Na época, era muito bom. Há sete anos eu comecei com a cachaça e estou assim até hoje. Eu já entrei em coma alcohólico, tive delírios, fiquei internada em vários hospitais. Eu preciso parar com isso, mas não sei se consigo. Sei lá. Um dia eu ainda vou parar”, contou.

O psiquiatra e coordenador do Centro de Referência em Drogas (CRR) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Frederico Garcia, explica que o álcool é uma doença do cérebro, e que deixa várias marcas no organismo. “A primeira marca está ligada com liberação de dopamina, substância que dá a sensação de prazer. Ou seja, com o passar do tempo o cérebro passa a associar os bons momentos com a bebida, e a partir daí o sujeito entende que só dá para ter prazer com o consumo da substância”, disse. Como uma segunda consequência grave, o médico explica que o álcool é convertido no fígado para uma substância chamada aldeído. Essa substância tóxica é a responsável por problemas de saúde provocados pelo álcool, como a cirrose.

Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/33-milhoes-de-pessoas-morrem-todos-os-anos-pelas-consequencias-do-alcool-no-mundo-diz-oms.ghtml> (Adaptado)

TEXTO III



PORQUE TODO CUIDADO VALE A PENA

O consumo do álcool pode trazer sérios problemas à saúde. Por isso, é preciso moderação.

JOVENS

- ⚠ O consumo precoce aumenta o risco para a dependência de qualquer tipo de droga.
- ⚠ Há uma maior predisposição para desenvolver transtornos psiquiátricos, como depressão.

MULHERES

- ⚠ Os efeitos tóxicos são muito maiores em relação ao sexo masculino.
- ⚠ Há uma maior rapidez em desenvolver a dependência do álcool.
- ⚠ Uma vez dependente, há uma maior dificuldade em largar o vício devido aos ciclos hormonais.
- ⚠ Pode levar à infertilidade feminina.

A RECOMENDAÇÃO

Segundo o NIAAA (National Institute on Alcohol Abuse and Alcoholism), os limites de consumo recomendados são:

- ⚠ Não consumir mais do que 7 doses de álcool por semana
- ⚠ Não consumir mais do que 3 doses em um único dia

Uma dose de bebida alcóolica equivale a aproximadamente:

- 100 ML DE VINHO
- 330 ML DE CERVEJA
- 30 ML DE DESTILADO

Disponível em: <https://www.jornaldotrem.com.br/capa/jovens-e-mulheres-devem-estar-atentos-ao-uso-do-alcool/>

Proposta de Redação

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema **“A internação involuntária de dependentes químicos no Brasil”**, apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

TEXTO I

A internação involuntária é acionada pela família. Nesse caso, a pessoa que pedir a intervenção deverá assinar a autorização e ter ligação consanguínea com o dependente — por exemplo, pai, mãe ou filhos. Feito o pedido, o dependente químico será examinado por um médico, que deverá emitir um laudo constando a necessidade ou não da internação. Nesse tipo de internação, o pedido poderá ser feito diretamente com uma clínica particular ou em uma unidade do CAPS – Centro de Atenção Psicossocial. Já no caso da internação compulsória, a ordem de internação é expedida judicialmente, podendo ou não ser solicitada pela família. Nesse caso, também deverá existir laudo médico comprovando a necessidade do tratamento. Só após análise do laudo é que o juiz expedirá a ordem, determinando a internação do indivíduo.

O aumento do consumo de drogas pesadas aumentou consideravelmente nos últimos anos e, como falamos, muitas vezes, o dependente está tão imerso nos efeitos das substâncias usadas, que não consegue reconhecer por si próprio a necessidade de buscar ajuda. Nesses casos, a internação involuntária ou a internação compulsória são as melhores saídas para ajudar o indivíduo a se reintegrar à sociedade, antes que cause prejuízos a outras pessoas ou a si mesmo.

Disponível em:

<https://www.viversemdroga.com.br/internacao-involuntaria.php>

TEXTO II

Saúde Mental

Lei que foi aprovada pelo Senado e deve ser sancionada pelo presidente muda a política de drogas. Veja:

<p>INTERNAÇÃO</p> <p>Hoje só pode acontecer de forma voluntária, com decisão judicial ou laudo psiquiátrico. Novo texto prevê internação involuntária</p>	<p>TEMPO</p> <p>A internação voluntária pode durar até 90 dias (3 meses), que seria o tempo para a desintoxicação do paciente</p>
<p>QUEM PODE PEDIR</p> <p>Familiar já pode pedir a internação involuntária. Agora, na falta de parentes, servidor público da área de saúde, assistente social e órgãos públicos ligados ao Sisnad podem pedir a psiquiatra, sem precisar de decisão judicial</p>	<p>CONTROLE</p> <p>Todas as informações de altas e baixas dos pacientes internados compulsoriamente devem ser informadas ao Ministério Público e a Defensoria Pública e outros órgãos de fiscalização do Sisnad no prazo de 72 horas. Família pode pedir interrupção do tratamento a qualquer momento</p>

OUTRAS MUDANÇAS NA MESMA LEI

<p>Prisão</p> <p>Pena mínima para o comando de organização criminosa passa de 5 para 8 anos. Pena máxima continua sendo 15 anos</p>	<p>Comunidades terapêuticas</p> <p>Passam a fazer parte do Sisnad, mas continuam podendo receber apenas internações voluntárias. Indicação para internar deve depender de avaliação médica, de preferência do SUS</p>	<p>Trabalho</p> <p>3% das vagas de emprego obras públicas com mais de 30 funcionários devem ser destinadas para pessoas atendidas por políticas sobre drogas</p>	<p>Isenção fiscal</p> <p>Diminuição de imposto de renda para doações feitas a usuários de drogas, aprovados pelo Conselho Estadual de Políticas de Drogas</p>
--	--	---	--

Disponível em: <https://www.opopular.com.br/noticias/cidades/lei-que-facilita-internacao-involuntaria-de-dependentes-quimicos-pode-aumentar-demanda-de-clinicas-1.1800884>

TEXTO III

A Lei Federal 10.216/2004, que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e que regula também as internações de dependentes químicos, prevê, em seu artigo 1º, que “os direitos e a proteção das pessoas acometidas de transtorno mental, de que trata esta lei, são assegurados sem qualquer forma de discriminação quanto à raça, cor, sexo, orientação sexual, religião, opção política, nacionalidade, idade, família, recursos econômicos e ao grau de gravidade ou tempo de evolução de seu transtorno, ou qualquer outra”, respeitando o princípio da igualdade previsto no artigo 5º, caput, da Constituição Federativa do Brasil. Assegura, ainda, o direito ao acesso à saúde sem qualquer restrição, também previsão constitucional.

Já o artigo 2º dita que “a pessoa e seus familiares ou responsáveis serão formalmente cientificados dos direitos enumerados no parágrafo único deste artigo”. Assim, referida legislação prevê os direitos dos pacientes, principalmente os que são levados à internação, consentida, involuntária ou compulsória, e os deveres das instituições que atuam, principalmente, no mercado privado de exploração deste ramo, para com os seus acolhidos.

Segundo um artigo do Ministério da Saúde a internação compulsória de dependentes químicos é assunto polêmico que vem sendo debatido entre profissionais da área de saúde, sociedade civil e gestores públicos. É importante esclarecer a diferença entre internação compulsória e internação involuntária. A primeira é uma medida judicial, já a involuntária é um ato médico que incide sobre um paciente em um momento crítico e se dá sem o consentimento do usuário e a pedido de outra pessoa.

Disponível em: <https://exame.abril.com.br/negocios/dino/saiba-todo-procedimento-da-internacao-involuntaria/>

Proposta de Redação

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema **“A judicialização da saúde no Brasil”**, apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

TEXTO I

A polêmica questão da judicialização da saúde em SC foi o tema principal do 22º Fórum das Entidades Médicas, realizado no fim de semana em Brusque. Coordenado pelo Conselho Regional de Medicina, o evento contou com a participação de juizes, promotores de Justiça, parlamentares e representantes de entidades médicas. O secretário adjunto da Saúde, André Motta, revelou que um grupo de trabalho foi instituído para rever processos judicializados e examinar com mais critérios a distribuição dos recursos.

Há algum tempo que os secretários da Saúde queixam-se do comprometimento do orçamento com o pagamento de

despesas determinadas pela Justiça. No Fórum, foram liberados dois dados impactantes sobre destinação de recursos e gestão pública. O primeiro: despesas totais de R\$ 11 milhões da Secretaria da Saúde só neste ano e para beneficiar apenas oito pacientes, que tiveram na Justiça o direito de receber o medicamento Spinraza. E o segundo: houve aumento de 129% nas despesas com folha de pagamento de 2009 a 2018.

Disponível em:

<https://www.nsctotal.com.br/columnistas/moacir-pereira/a-critica-judicializacao-da-saude-em-santa-catarina>

TEXTO II

O SUS oferece atendimento integral e gratuito a todas as doenças raras, conforme a necessidade clínica de cada caso. O atendimento é feito com base na Política Nacional de Atenção Integral às Pessoas com Doenças Raras do Ministério da Saúde. O principal objetivo é ampliar o acesso desses pacientes aos serviços de saúde e à informação, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida. Desde a criação da política, em 2014, o SUS incorporou 19 exames de diagnóstico, além de organizar a rede de assistência. O Brasil possui sete serviços de referência no atendimento a doenças raras.

Disponível em: <http://www.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/45002-sus-ofertara-dois-novos-medicamentos-para-tratamento-de-doencas-raras>

TEXTO III

Falta de remédio no SUS para doença rara põe pacientes em risco no RJ

A falta de remédios está colocando em risco a vida de pacientes com um problema raro. Como mostrou o Bom Dia Rio nesta terça-feira (14), a doença de Pompe ataca os músculos, não tem cura, e a medicação é a única maneira de controlar os sintomas. No entanto, segundo a Secretaria Estadual de Saúde, não há remédio em estoque porque ele não faz parte da lista de medicamentos distribuídos pelo Sistema Único de Saúde (SUS). A compra, segundo a secretaria, é feita por meio de licitação, com justificativa de mandado para usar dinheiro público na compra de remédio fora dessa lista, o que atrasa o abastecimento.

Segundo a secretaria, há 15 pessoas cadastradas para receber a medicação com mandados judiciais, mas como esses mandados chegam aos poucos, é impossível prever a quantidade a ser comprada. A central de atendimento a demandas judiciais da Secretaria Estadual de Saúde diz que a compra está em fase final, mas não deu uma data para a chegada do remédio.

Disponível em: <http://www.vidasraras.org.br/site/vidas-raras/noticias/280-falta-de-remedio-no-sus-para-doenca-rara-poe-pacientes-em-risco-no-rj>

Proposta de Redação

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema **“A legalização dos jogos de azar no Brasil”**, apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

TEXTO I

Possível liberação dos jogos de azar no Brasil é esperança para aliviar a crise

Enquanto em países da Europa e nos Estados Unidos os jogos de azar são vistos como uma atividade econômica e de entretenimento, com opções que vão de grandes resorts a cassinos, desde 1946, a prática desse tipo de aposta foi proibida no Brasil (em 2001 bingos foram autorizados a funcionar, o que durou até 2004).

Mas frente à crise dos últimos três anos, regularizar os jogos e a construção de cassinos pode ser uma alternativa para arrecadar impostos e retomar a economia do país. O primeiro passo já foi dado, com a aprovação da lei 13.756/18, pelo ex-presidente Michel Temer, referente à regularização das apostas esportivas, no final de 2018.

Segundo dados do Instituto Jogo Legal (IJL), o Brasil deixa de arrecadar, por ano, cerca de R\$ 15,6 bilhões ao não legalizar apostas e jogo do bicho (valor gerado na ilegalidade). Mas, desde 2015, a Câmara dos Deputados vem tentando reverter esta medida, com a instalação de uma comissão especial voltada ao marco regulatório dos jogos (PL 442/91, na Câmara, e o PLS 186/2014, no Senado). De lá pra cá, propostas para a legalização de cassinos, jogo do bicho, bingos, entre outras modalidades, estão sendo analisadas.

Disponível em: <https://www.gamesbras.com/apostas-online/2019/4/18/possivel-liberao-do-jogos-de-azar-no-brasil-esperana-para-aliviar-crise-12403.html>

TEXTO II



Disponível em: <http://www.nanihumor.com/2016/05/temer-planeja-legalizar-jogos-de-azar.html>

TEXTO III

Os pontos positivos da aprovação da legalização dos jogos de azar

Os pontos positivos seriam a arrecadação de impostos e de tributos, a criação de uma rede de empregos tanto diretos como indiretos, e colocar o Brasil no mesmo nível de outras economias que já aprovam essa prática. Mas para que tudo isso aconteça é preciso que o governo tome as medidas necessárias de forma a ter todas essas ações positivas, já que é preciso um gerenciamento complexo para garantir tanto uma alta arrecadação de impostos e como também empregabilidade.

Os pontos negativos da aprovação dos jogos de azar

Os pontos negativos poderiam ser a criação de um lobby dentro dessa indústria, no qual apenas um grupo seria beneficiado, a possibilidade de corrupção associada, caso a organização do sistema o permitisse, e até mesmo o vício no jogo do qual algumas pessoas poderiam ser vítimas. Ao mesmo tempo que esses pontos negativos poderiam acontecer, o governo poderia realizar programas contra eles de maneira a evitar o lobby, dando oportunidade para todos os empresários de forma igualitária e também criando políticas de uso consciente dos jogos de apostas.

Disponível em: <http://www.bnldata.com.br/sera-que-os-jogos-de-azar-vaio-ser-legalizados-no-brasil/>

Proposta de Redação

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema **“A persistência do “jeitinho” na sociedade brasileira”**, apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

TEXTO I

A sociologia por trás do “jeitinho brasileiro”

Quase que como uma marca, o “jeitinho brasileiro” faz parte da identidade nacional. O senso comum diz que o brasileiro é acostumado a ter uma saída e um modo fácil de resolver qualquer coisa em benefício próprio, mesmo que, para isso, seja necessário algum pequeno ato de corrupção. Essa cultura atravessa várias esferas hierárquicas da sociedade, desde pegar resposta do colega durante a prova da escola até o desvio de dinheiro público. A corrupção no país é histórica e é mote de vários estudos nas áreas da sociologia e da antropologia.

Nesse campo, são discutidas as peculiaridades e a origem deste comportamento. O antropólogo Roberto DaMatta destaca que o “jeitinho” pode ser atribuído de forma positiva quando relacionada a relações interpessoais do brasileiro”, mas como negativa no âmbito institucional e na maneira peculiar de lidar com as leis.

“Quando o jeitinho é contextualizado no âmbito das relações interpessoais sua interpretação é, via de regra, positiva. Quando ele surge nas discussões sobre nossas instituições sua qualificação é negativa”, disse Roberto no prefácio do livro *O jeitinho brasileiro: a arte de ser mais igual que os outros*, de Livia Barbosa.

Disponível em: <https://noticias.ne10.uol.com.br/10horas/noticia/2015/12/09/a-sociologia-por-tras-do-jeitinho-brasileiro-585320.php>

TEXTO II



Disponível em: <http://naopnagrama.blogspot.com/2011/05/entrada.html>

TEXTO III



Disponível em: <https://www.otempo.com.br/brasil/maioria-dos-brasileiros-acredita-que-%C3%A9-f%C3%A1cil-desobedecer-%C3%A0s-leis-1.223373>

Proposta de Redação

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema **“A presença do sensacionalismo no jornalismo brasileiro”**, apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

TEXTO I

Principalmente na televisão brasileira, onde a busca por audiência em seu sentido original é “a alma do negócio”, ainda é muito presente o sensacionalismo. A preocupação e todos os fundamentos jornalísticos de imparcialidade, objetividade, verdade e principalmente o “ouvir todos os lados” são deixados de lado.

Isto é claramente visto no caso da jornalista Mirella Cunha, com a reportagem “Chororô na delegacia: acusado de estupro alega inocência”, que foi ao ar em 2012 no Brasil Urgente, da Tv Bandeirantes. Nos aproximadamente 3 minutos do vídeo, Mirella supostamente entrevista Paulo Sérgio Souza Silva a todo tempo o ridicularizando e humilhando devido à sua forma de falar considerada errônea segundo os padrões hoje estabelecidos de linguagem, além de confundir o exame de corpo de delito com “estropias” e depois “próstata”. A jornalista usa a ignorância dele como notícia, como quando pergunta “se ele gosta de fazer exame de próstata” e ele sem saber o que é, diz fazer o necessário pra provar sua inocência.

O erro começa no título da reportagem, quando se refere a Paulo como acusado. Mas na realidade ainda é um suspeito, já que não existiam provas concretas contra ele, apenas o testemunho de uma pessoa. Os exames só foram feitos 2 meses após sua prisão. Segundo o Art. 14, inc. III do Código de ética, “o jornalista deve: a) Ouvir sempre, antes da divulgação dos fatos, todas as pessoas objeto de acusações não comprovadas, feitas por terceiros e não suficientemente demonstradas ou verificadas. b) Tratar com respeito a todas as pessoas mencionadas nas informações que divulgar”.

Mas o principal problema é a não cobertura jornalística. Não houve uma pauta, nem perguntas formuladas ao suspeito, muito menos informação. Quem assiste não sabe o que aconteceu, quem o acusou de estupro, como ele chegou à delegacia, onde foi, quando foi ou porque aconteceu.

Disponível em: <https://medium.com/observat%C3%B3rio-de-m%C3%ADdia/sensacionalismo-ou-jornalismo-5f3359496d26>

TEXTO II



Disponível em: <https://factoagencia.wordpress.com/2013/02/01/sensacionalismo-realidade-ou-fantasia/>

TEXTO III

As pessoas continuam a confiar nos meios de comunicação para se informar — e o Brasil é um dos países em que essa confiança é mais forte. Segundo pesquisa feita pelo Instituto Reuters para o Estudo do Jornalismo, da Universidade de Oxford, na Inglaterra, 60% dos entrevistados no Brasil confiam nas notícias veiculadas pelas empresas de comunicação — atrás apenas da Finlândia, com 62%. Foram entrevistadas mais de 70 mil pessoas em 36 países. A confiança também é alta em Portugal, Polônia e Holanda, mas, na Coreia do Sul, fica em 23%. A média dos países pesquisados é de 43%.

Disponível em: <https://epocanegocios.globo.com/Mundo/noticia/2017/06/brasil-registra-segundo-maior-indice-de-confianca-na-midia.html>

Proposta de Redação

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema **“A proteção de dados cibernéticos no Brasil”**, apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

TEXTO I

Nas últimas duas semanas, um site hospedado no exterior tem sido alvo de investidas do Ministério Público para tentar sanar o comércio ilegal de informações de brasileiros. Mediante pagamento, é possível saber CPF, RG, nome de vizinhos, parentes e endereço completo de mais de 100 milhões de pessoas de todos os estados, acessando o site Tudo Sobre Todos. O portal está no ar desde 2015, mas recentemente surgiram contas em sites de vendas que levaram até ele interessados em adquirir as informações.

Esse caso, entretanto, está longe de ser o único problema relacionado ao vazamento de conteúdo sensível. Em uma busca rápida pela internet, é possível encontrar venda de

programas de computador e CDs com informações que podem prejudicar a vida de pessoas. Nome completo, telefone e contas de e-mails são oferecidos por preços irrisórios. Em alguns sites de comércio virtual, dados de 28 milhões de pessoas são negociados pela bagatela de R\$ 200. É por esse meio que muitas empresas conseguem números para ligar, oferecendo produtos, planos de serviços e realizando cadastros.

Disponível em:

<https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2018/07/16/interna-brasil.695136/dados-pessoais-de-milhares-de-brasileiros-sao-negociados-na-internet.shtml>

TEXTO II

Por que a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais é tão importante?

Se entrar em vigor, a chamada Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais irá estabelecer uma série de regras que empresas e outras organizações atuantes no Brasil terão que seguir para permitir que o cidadão tenha mais controle sobre o tratamento que é dado às suas informações pessoais.

O projeto é um passo necessário e relevante. Atualmente, a legislação brasileira é muito vaga em questões relacionadas a dados pessoais e privacidade. Temos leis que garantem o direito à intimidade e ao sigilo de comunicações, por exemplo, mas elas foram estabelecidas em circunstâncias que não contemplavam o cenário tecnológico atual.

A consequência disso é que muitas empresas, com destaque para provedores e operadoras de telecomunicações, acabam não dando a devida importância ao assunto. Quando questionadas, essas organizações frequentemente fazem interpretações evasivas a respeito ou simplesmente dizem que não há obrigação legal de seguir protocolos abrangentes para proteção de dados.

Também pode haver negligência no tratamento de dados pessoais nas esferas governamentais. O motivo é o mesmo: falta de uma legislação específica. É muito comum a postura do “quem não deve, não teme”, mas pensar dessa forma é perigoso. Não é razoável que os seus direitos sobre intimidade e privacidade sejam ignorados sempre que for conveniente às autoridades. Um exemplo vem da cidade de Ribeirão Preto, interior de São Paulo. No ano passado, a Justiça determinou que Apple, Google e Microsoft fornecessem dados como endereços de e-mail e fotos de todas as pessoas que circularam entre os dias 2 e 5 de junho de 2016 em um raio de 500 metros de uma chácara usada como ponto de apoio por criminosos que assaltaram uma empresa de transporte de valores.

Disponível em: <https://tecnoblog.net/250718/lei-geral-protECAo-dados-brasil/>

TEXTO III

No século passado, as empresas e organizações começaram a utilizar computadores para armazenar informações sobre os seus clientes, tais como nome, endereço, telefone e histórico de crédito. As informações que antes eram conservadas em papéis e arquivos físicos tornaram-se mais acessíveis e compartilháveis. Diante desta facilidade, os dados pessoais coletados passaram a ser utilizados para estabelecer padrões de comportamento, visando acelerar e simplificar a venda de produtos e serviços. Com o crescente número de instituições usando computadores e acessando estes dados, levantaram-se várias questões, tais como: quem pode acessar referidos dados? quando podem ser acessados? é permitido o acesso sem autorização? Diante destas indagações, começaram a surgir as preocupações com a transparência na utilização, compartilhamento e armazenamento de dados pessoais.

Acompanhando a tendência mundial, em 14/08/2018 foi publicada a Lei 13.709, conhecida como Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), que entrará em vigor em agosto de 2020 e passará a regulamentar o “tratamento de dados pessoais”. Para a lei, *dados pessoais* são informações relativas à pessoa física que possa ser identificada com apenas uma informação ou que pode ser identificada com o cruzamento de duas ou mais informações.

Já o *tratamento de dados* é toda operação realizada com os dados pessoais, seja a coleta, utilização, remoção e/ou transferência destes dados. A lei será aplicada tanto para pessoas físicas quanto jurídicas que tratem dados em meios virtuais e físicos, nos âmbitos público e privado, e que preencham pelo menos um dos seguintes requisitos: (i) possuam estabelecimento no Brasil; (ii) ofereçam serviços ao mercado consumidor brasileiro; e/ou (iii) colem e tratem dados de pessoas localizadas no Brasil.

Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/lei-geral-de-protecao-de-dados-por-que-precisamos-dela/>

Proposta de Redação

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema **“A valorização do esporte feminino no Brasil”**, apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

TEXTO I

A presença das mulheres no esporte vem se tornando cada vez maior em todas as modalidades, mesmo assim o preconceito contra as atletas e profissionais da área ainda é muito presente. E mesmo com o grande número de feitos e conquistas de atletas, a visibilidade e credibilidade delas é colocado diariamente em debate apenas pelo seu gênero. Um bom exemplo é o da jogadora Marta. Em dezembro de 2015, Marta passou Pelé e se tornou a maior artilheira da Seleção Brasileira, com 98 gols. O rei possui 95 gols em 114 jogos com a camisa amarela. Mesmo assim, não só a atacante como todas as meninas do futebol feminino sofrem com a falta de, entre outros fatores, visibilidade, patrocínio, apoio e o preconceito. E dentro do futebol, esporte historicamente voltado aos homens, as mulheres que se aventuram em exercer alguma função enfrentam diversos desafios.

De acordo com a socióloga Nathália Ziê, essa recusa que ainda existe da mulher dentro dos esportes faz parte do contexto sócio histórico, onde as mulheres foram destinadas ao espaço privado. “Por muito tempo estivemos lançadas a esse espaço, e aos poucos e duras penas estamos alcançando espaços públicos, como o

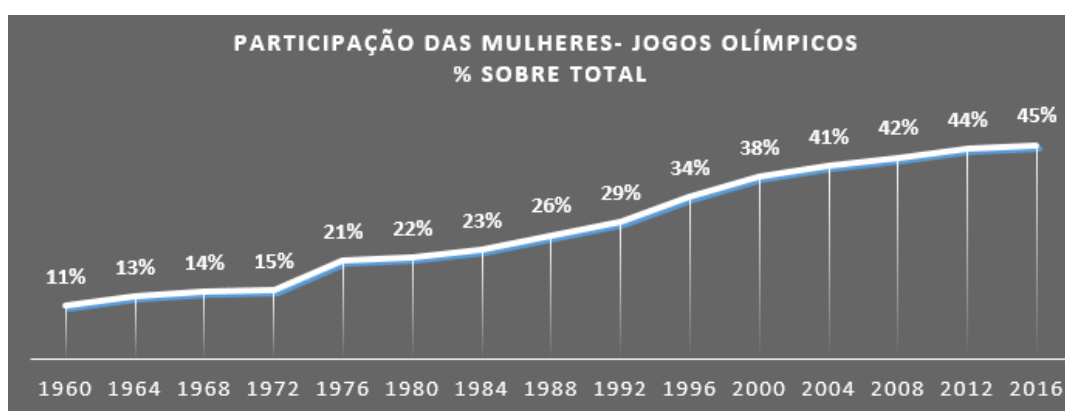
direito de votar, de competir. Isso se dá pelo esforço das mulheres. Na história do esporte no Brasil, em vários momentos as mulheres precisaram mentir sobre seu gênero para competir. Já houve lei que proibia mulheres de jogar futebol. Isso tem a ver com a nossa cultura”, explicou.

Segundo a socióloga, ainda existe um longo caminho a ser galgado pelas mulheres no espaço do esporte. “O universo dos esportes é muito masculino, e muitas vezes nós mulheres não somos levadas a sério. O mundo do futebol, por exemplo, é masculinizado e reproduzir o machismo, porque se pauta pelo sistema patriarcal. Tudo isso são fatores que impossibilitam uma projeção maior e aceitação do que as mulheres tem se proposto a fazer no esporte. Acredito que deve levar um tempo para que a sociedade absorva e olhe para essas mulheres de modo diferente e legitimando suas participações no espaço do esporte, independente da modalidade”, finalizou.

Disponível em:

<https://www.campograndenews.com.br/esportes/presenca-de-mulheres-no-esporte-cresce-mas-preconceito-nao-diminui>

TEXTO II



Disponível em: <https://observatorioracialfutebol.com.br/rio2016-mulheres-no-esporte-uma-trajetoria-de-preconceito/>

TEXTO III

“Às mulheres não se permitirá a prática de desportos incompatíveis com as condições de sua natureza”. A frase está no artigo 54 do Decreto-lei 3199, de abril de 1941, época em que Getúlio Vargas governava o país de forma autoritária através do Estado Novo. Naquele ano, enquanto o futebol masculino brasileiro funcionava de forma profissional há quase uma década e a seleção já havia participado de três Copas do Mundo, a modalidade feminina tinha sua prática proibida por lei, com o Conselho Nacional de Desportos – criado pelo mesmo decreto – se baseando em argumentos supostamente científicos a respeito das “condições de natureza” das mulheres. A proibição só foi abolida em 1979, no período final da ditadura seguinte, comandada pelos militares.

Quarenta anos depois da permissão, o futebol feminino deu seu passo mais ousado no Brasil: a partir de 2019, todos os clubes da série A do campeonato brasileiro são obrigados pela CBF a terem uma equipe feminina adulta e uma de base, que disputem ao menos um campeonato oficial. A medida faz parte do Licenciamento de Clubes, documento que regula a temporada de competições profissionais no país, e segue a orientação da Conmebol, que adota a mesma regra para clubes participantes de Libertadores e Sul-Americana. Ao mesmo tempo em que visa aumentar a visibilidade da modalidade, trazendo os clubes mais populares do país para a categoria, a medida também coloca à frente da maioria dos cartolas brasileiros o desafio de tornar rentável um departamento de futebol que, até agora, traz mais déficits do que lucros. “Era uma necessidade do futebol feminino. Criamos duas divisões adultas (a primeira com 16 times e a segunda com 36) e uma de base, o que dá condições aos clubes de terem competições de bom nível”, justificou a CBF através de seu diretor de competições, Manoel Flores.

Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/04/11/deportes/1555012178_170838.html

Proposta de Redação

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema **“Novas formas de totalitarismo na era tecnológica”**, apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

TEXTO I

A narrativa corporativa e publicitária sobre as tecnologias da informação sempre foi a da “estrada para o futuro”, uma estrada que supostamente nos conduzirá ao paraíso da comodidade, no qual todo conhecimento que necessitarmos estará ao alcance de um clique ou de um toque na tela. Mas a série britânica Black Mirror (2011 -) vai na contramão: sem ser tecnofóbica, mostra futuros próximos, mas estranhamente atuais, onde paradoxalmente a tecnologia evoluiu tanto que atingiu um ponto de inutilidade e disfuncionalidade. Os seis episódios da terceira temporada de 2016 mostram o

“vanish point” de gadgets como mídias sociais, realidades aumentada, dispositivos móveis e games: o ponto de virada tecnológico no qual a racionalidade se converteu em mal-estar psíquico, crime, ódio e anomia. A expansão das redes de informação foi muito mais rápida que a produção de conteúdo (conhecimento). E a lacuna foi preenchida por espelhos sombrios de nós mesmos.

Disponível em: <https://jornalggn.com.br/cinema/em-black-mirror-a-tecnologia-e-espelho-sombrio-de-nos-mesmos/>

TEXTO II



Disponível em: <https://www.baconfrito.com/paralelo-1984-george-orwell-x-admiravel-mundo-novo-aldous-huxley.html>

TEXTO III

O plano chinês para monitorar – e premiar – comportamento de seus cidadãos

Imagine que todas as suas atividades e comportamentos são monitorados e pontuados em uma grande base de dados nacional: desde sua informação fiscal, até o tempo que você passa jogando videogame. O cenário descrito poderia ter saído do romance clássico de George Orwell, 1984, em que os cidadãos estão sempre sob vigilância de uma entidade chamada de “o grande irmão”. Lembra também um episódio da série de TV Black Mirror, no qual cada atividade dos personagens rende “pontos” em um futuro distópico.

Mas não é ficção. Esta é uma política de Estado em planejamento na China. O governo chinês está construindo um onipresente “sistema de crédito social”, através do qual o comportamento de cada um dos seus 1,3 bilhão de cidadãos será pontuado em uma espécie de ranking de confiança. Por enquanto, trata-se de um projeto piloto do qual participam oito companhias chinesas. Com a autorização do estado, elas emitem suas próprias pontuações de “crédito social”. Mas até o ano de 2020, todos os chineses estarão obrigatoriamente incluídos nesta enorme base de dados, e receberão pontuação de acordo com sua conduta.

Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-42033007>

Proposta de Redação

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema **“O empreendedorismo social e o combate à pobreza no Brasil”**, apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

TEXTO I

No início deste ano, a Ambev, gigante produtora de bebidas e conhecida por ser uma empresa focada em resultados, lançou um produto diferente: a água AMA, cujos lucros são todos investidos em projetos que garantem o acesso à água no semiárido.

A ideia pode parecer só jogada de marketing à primeira vista, mas acreditem, é séria – trata-se de um negócio social e foi desenvolvida com a ajuda de uma das pessoas que mais entendem do assunto no Brasil, o empreendedor Rogério Oliveira.

Para Oliveira, não é apenas filantropia: é a evolução do capitalismo. “Os negócios sociais são uma evolução do capitalismo tradicional. A gente ainda depende de investidores doadores para começar essa indústria, mas daqui dez anos grandes negócios sociais lucrativos vão ser os investidores dos próximos negócios sociais”, afirma.

Disponível em: <https://exame.abril.com.br/pme/o-empendedor-que-convenceu-a-ambev-a-abrir-mao-do-lucro/>

TEXTO II

Principais dificuldades enfrentadas ao solicitar crédito

Percentual (%) das empresas que afirmaram ter alguma dificuldade



A soma dos percentuais supera 100% devido a possibilidade de cada empresa assinalar até três itens.

Disponível em: <http://www.portaldaindustria.com.br/cni/canais/mapa-estrategico-da-industria/reportagem-especial/capitulo-5-credito-facil-e-barato-vai-reduzir-custos-financeiros-das-empresas-e-estimular-investimentos/>

TEXTO III

Microcrédito na Índia: Pequenos empréstimos, grande mudança

Desde que o conceito surgiu em Bangladesh há quase três décadas, “o microcrédito provou seu valor em muitos países como uma arma contra a pobreza e a fome”, disse Kofi A. Annan, ex-secretário-geral das Nações Unidas, numa ocasião. “Isso realmente pode mudar a vida das pessoas para melhor, especialmente a vida daqueles que mais precisam”, acrescentou Anan, segundo o website da ONU.

Baby Mangalath, empresário indiano nesta indústria, esclarece: “Microcrédito é a organização de pessoas marginalizadas para oferecê-las assistência financeira por meio de pequenos empréstimos que elas nunca poderiam obter de outra forma.” O economista Muhammad Yunus ganhou o Prêmio Nobel da Paz em 2006 por popularizar o conceito. Seu trabalho em microcrédito começou em sua aldeia natal de Bathua, Bangladesh, na década de 1970 e se espalhou amplamente nas três décadas seguintes. É um negócio em crescimento na Índia – algo que Yunus diz poder quebrar o círculo vicioso da pobreza, oferecendo oportunidades para a geração de renda de autônomos.

Disponível em: <https://www.epochtimes.com.br/microcredito-na-india-pequenos-emprestimos-grande-impacto>

Proposta de Redação

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema **“O impacto dos blocos econômicos no comércio de seus integrantes”**, apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

TEXTO I

Se quiser firmar um acordo comercial travado desde 1995 com a importantíssima União Europeia (UE), o Brasil terá de mudar de estratégia e se desvencilhar de cláusulas que o obrigam a negociar somente com a participação dos outros países do Mercosul. A ligação com Argentina, Paraguai, Uruguai e Venezuela impede o acerto com o principal bloco econômico do planeta graças às políticas protecionistas aplicadas.

Para se ter uma ideia, por não ter realizado um acordo com a UE em 2004, o Brasil perdeu, segundo estudo feito pelo Instituto Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), cerca de US\$ 1 bilhão em relações comerciais. Além disso, o levantamento também aponta que, se tivesse firmado a aliança, o comércio exterior de etanol brasileiro poderia ter crescido 42% no período. “A importância de um acordo desses para o Brasil é bastante significativa, pois precisamos firmar parcerias comerciais fortes, o que não acontece com o Mercosul”, afirma o professor do Instituto

de Relações Internacionais da Universidade de Brasília Alcides Costa Vaz.

Segundo o professor de Relações Internacionais da ESPM Mario Sacchi, o acordo firmado com o Mercosul tira a liberdade de negociação do Brasil. “Estariamos muito mais livres se estivéssemos negociando com a UE individualmente. Perdemos a independência cada vez que tomamos uma decisão conjunta com o Mercosul, que cria travas e dificuldades”, afirma Sacchi, que vê na Argentina, terceiro maior parceiro comercial do Brasil, o principal obstáculo.

Disponível em:

<https://www.terra.com.br/economia/operacoes-cambiais/operacoes-empresariais/entenda-como-o-mercopol-prejudica-negocios-entre-brasil-e-ue.ad8b988eb8040410VgnVCM5000009ccceb0aRCRD.html>

TEXTO II

Produtores de vinho no Brasil estão preocupados com o acordo Mercosul/EU

Quinto maior **produtor de vinho** no hemisfério sul e 13º no mundo, o **Brasil** ainda penaliza os produtores da bebida com pesada carga tributária. Atualmente, 44,73% do custo da garrafa nacional corresponde às taxações brasileiras – o que inclui ICMS, IPI, Cofins e PIS, entre outros impostos. E o índice já foi maior: 55%. Caso não haja revisão nas tarifas e políticas de incentivo para a produção interna, o acordo comercial entre **Mercosul** e **União Europeia** – que prevê o fim do imposto de importação de forma gradativa, no período de oito anos – poderá se tornar um pesadelo para quem já encontra dificuldades para competir com os produtos fabricados lá fora. O país importou 116,6 milhões de litros de vinho ao longo de 2018, especialmente do **Chile** e de **Portugal**, e muitos desses rótulos já são encontrados nas prateleiras a preços mais baratos que os similares de produção local.





























A expectativa é que o histórico acordo internacional zere as **tarifas** hoje cobradas dos vinhos europeus em até oito anos. Sem o fim do **imposto de importação**, que hoje chega a 27%, a expectativa é que o preço para o consumidor final fique entre 10% e 30% menor. “Para a economia do país, o acordo pode ser favorável. Mas, no caso dos vinhos, a Europa é o maior produtor do mundo e ainda teve, somente em 2018, 1,2 bilhão de **euros** em **subsídios**, enquanto temos uma carga tributária elevada. Vamos concorrer em situação de desigualdade com os produtos importados. Portugal já é o segundo maior exportador de vinhos para o Brasil, imagina quando não tiver mais imposto”, lamentou Oscar Ló, presidente do

Instituto Brasileiro do Vinho (Ibravin). “Não somos contra o acordo, mas contra a desigualdade nas condições para competir”, completou.

Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/economia/2019/07/09/internas_economia,1068146/produtores-e-vinho-no-brasil-estao-preocupados-com-acordo-mercosul-ue.shtml

TEXTO III

Volume de transações

De janeiro a outubro de 2018		US\$
	China	53.246.918.673,00
	Argentina	13.312.678.088,00
	Uruguai	2.596.132.199,00
	Paraguai	2.444.936.310,00
	Egito*	1.706.669.299,00
	Arábia Saudita*	1.680.432.159,00
	Emirados Árabes Unidos*	1.673.591.058,00
	Argélia*	847.828.454,00
	Omã*	534.709.081,00
	Venezuela	501.195.696,00
	Iraque*	462.904.792,00
	Marrocos*	408.192.450,00
	Barém*	340.666.618,00
	Cuba	294.981.285,00
	Tunísia*	265.647.487,00
	Iêmen*	222.290.253,00
	Catar*	211.223.003,00
	Líbano*	209.225.981,00
	Jordânia*	206.977.488,00
	Kuwait*	188.725.044,00
	Líbia*	164.513.151,00
	Somália*	57.070.830,00
	Síria*	49.895.942,00
	Mauritânia*	40.545.359,00
	Palestina*	24.373.696,00
	Djibuti*	20.526.679,00
	Sudão*	11.135.524,00
	Comores*	2.763.772,00
	Total	81.726.750.371,00
	*países da Comunidade Árabe	

Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/economia-br/por-declaracoes-novo-governo-arrisca-us-817-bilhoes-em-exportacoes>

Proposta de Redação

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema **“O impacto dos ultraprocessados no padrão alimentar brasileiro”**, apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

TEXTO I

Os alimentos processados são produzidos basicamente adicionando-se sal, açúcar, óleo ou vinagre aos alimentos in natura ou minimamente processados. Cozimento, secagem, fermentação, defumação, entre outros, integram as técnicas de processamento. Entre os exemplos de alimentos processados, temos conservas de alimentos em salmoura, frutas preservadas em açúcar, carnes salgadas ou defumadas, queijos e pães. Um dos objetivos do processamento é o aumento do prazo de validade dos alimentos.

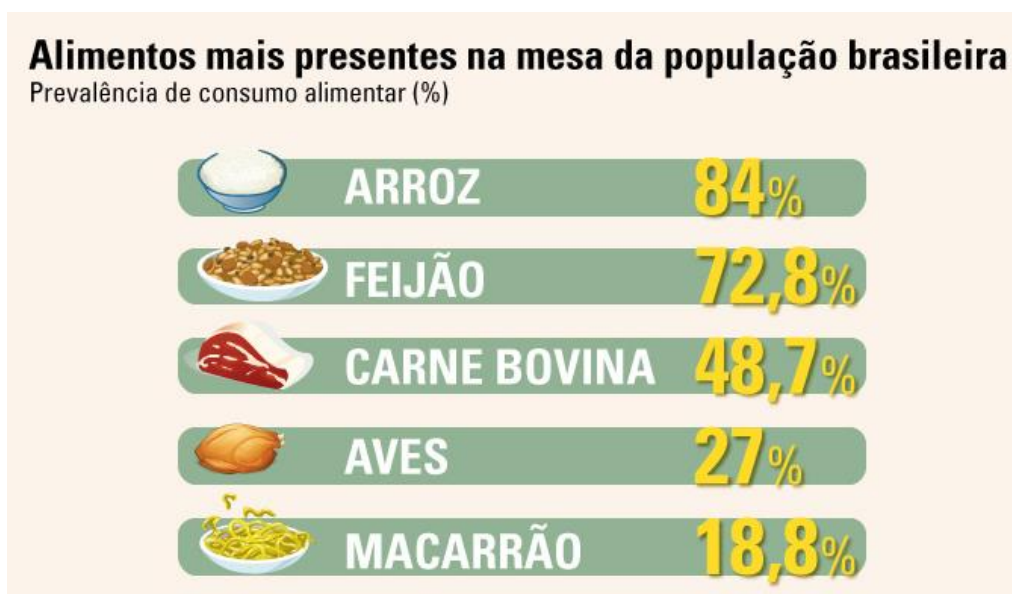
Alimentos ultraprocessados são produzidos com a adição de muitos ingredientes como sal, açúcar, óleos, gorduras, proteínas de soja, do leite, extratos de carne, além de substâncias sintetizadas em laboratório a partir de alimentos e de outras fontes orgânicas como petróleo e carvão. Assim, tais alimentos têm prazo de validade

maior, alteração de cor, sabor, aroma e textura. São exemplos de ultraprocessados: biscoitos recheados, salgadinhos “de pacote”, refrigerantes e macarrão “instantâneo”.

Como alguns ingredientes e métodos do processamento alteram desfavoravelmente a composição nutricional dos alimentos, como por exemplo, aumentando o conteúdo de sódio do alimento, ou a quantidade de calorias, o Guia Alimentar para a População Brasileira recomenda que tais alimentos sejam consumidos em pequenas quantidades. No caso de alimentos ultraprocessados, por serem nutricionalmente desbalanceados, a recomendação é evitá-los.

Disponível em: <http://www.abeso.org.br/dica/alimentos-processados-e-ultraprocessados>

TEXTO II



Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/23012-incerteza-sobre-alimentacao-diminui-mas-qualidade-ainda-preocupa>

TEXTO III

O Guia Alimentar para a População Brasileira, publicado em 2006, apresentou as primeiras diretrizes alimentares oficiais para a nossa população. Diante das transformações sociais vivenciadas pela sociedade brasileira, que impactaram sobre suas condições de saúde e nutrição, fez-se necessária a apresentação de novas recomendações. A segunda edição do guia passou por um processo de consulta pública, que permitiu o seu amplo debate por diversos setores da sociedade e orientou a construção da versão final, aqui apresentada.

Tendo por pressupostos os direitos à saúde e à alimentação adequada e saudável, o guia é um documento oficial que aborda os princípios e as recomendações de uma alimentação adequada e saudável para a população brasileira, configurando-se como instrumento de apoio às ações de educação alimentar e nutricional no SUS e também em outros setores. Considerando os múltiplos determinantes das práticas alimentares e, a complexidade e os desafios que envolvem a conformação dos sistemas alimentares atuais, o guia alimentar reforça o compromisso do Ministério da Saúde de contribuir para o desenvolvimento de estratégias para a promoção e a realização do direito humano à alimentação adequada.

Ministério da Saúde

Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_alimentar_populacao_brasileira_2ed.pdf

TEXTO IV

O Padrão Alimentar Ocidental: considerações sobre a mudança de hábitos no Brasil

Resumo

Este trabalho pretende verificar se no Brasil existe a tendência, presente nos países industrializados, de adotar novos hábitos, criados pela indústria alimentar e marcados pelo excesso de produtos artificiais, em detrimento do consumo dos produtos regionais e com forte tradição cultural. A pesquisa mostra que o feijão, a farinha de mandioca, o arroz e a farinha de milho, os alimentos mais tradicionais na dieta do brasileiro, têm tido uma redução em seu consumo. Os novos produtos alimentares, criados pela indústria, tem conquistado um público crescente, principalmente nos grandes centros onde também o fastfood é uma realidade para milhões de brasileiros. Isso se deve, em parte, à mentalidade moderna, presente globalmente, difundindo o desejo de consumo ilimitado, e à ideia da supremacia do conhecimento técnico e científico. Conclui-se que a identidade cultural presente no Brasil tem facilitado a entrada destes novos produtos.

Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3322764/mod_resource/content/1/o-padrão-alimentar-ocidental-consideracoes-sobre-a-mudanca-de-habitos-no-brasil.pdf

Proposta de Redação

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema **“O papel das startups de educação no Brasil”**, apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

TEXTO I

Em 2018, um mapeamento da Associação Brasileira de Startups identificou no país 364 edtechs, empresas especializadas no desenvolvimento de soluções inovadoras para educação. Essas startups, cujas receitas crescem em média 20% ao ano, vêm buscando responder a demandas de um setor que passa por aceleradas transformações, provocadas por fatores como o avanço tecnológico e as mudanças no mercado de trabalho.

Uma pesquisa publicada pela Pearson no ano passado mostrou que o YouTube está entre as formas favoritas de aprendizagem de jovens com idades entre 14 e 23 anos, uma geração cujas preferências de aprendizagem estão intimamente ligadas à tecnologia. Outro estudo da Pearson, em parceria com a Universidade de Oxford e a Nesta, concluiu que apenas 10% das pessoas estão em ocupações com alta probabilidade de aumentarem sua demanda por profissionais até 2030, e que as chances de empregabilidade dependerão da capacidade dos sistemas

educacionais de ajudarem os futuros trabalhadores a desenvolverem habilidades como criação de estratégias de aprendizagem e resolução de problemas complexos.

“Nós não estamos mais aprendendo e ensinando como antes”, avalia Vincent Bonnet, gerente de Inovação da Pearson no Brasil. “Como muitas outras áreas, a educação está passando por uma transformação digital que afeta não somente as ferramentas e os processos, mas também os comportamentos dos educadores e dos alunos. As startups prosperam nesse cenário porque são empresas flexíveis, com facilidade para inovar e se adaptar a novos desafios, respondendo rapidamente às novas demandas que surgem no setor”.

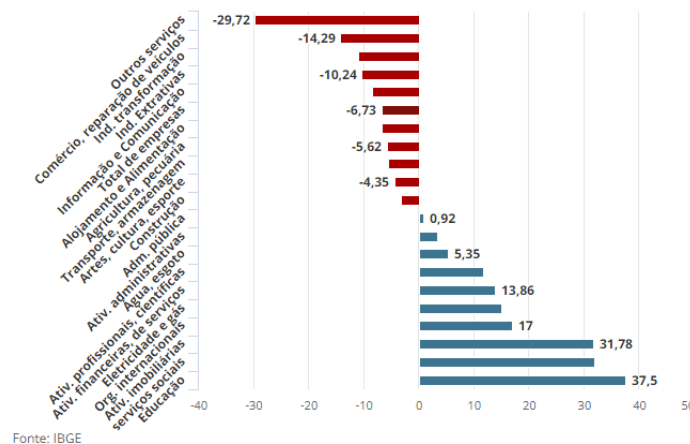
Disponível em:

<https://ecommercenews.com.br/noticias/dicas/7-startups-brasileiras-que-estao-de-olho-no-futuro-da-educacao/>

TEXTO II

Variação (%) do número de empresas entre 2013 e 2017

Unidades empresariais conforme Classificação Nacional de Atividades (CNAE)



Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/06/26/em-meio-a-crise-mercado-de-educacao-e-o-que-mais-cresce-em-numero-de-empresas-no-brasil-diz-ibge.ghtml>

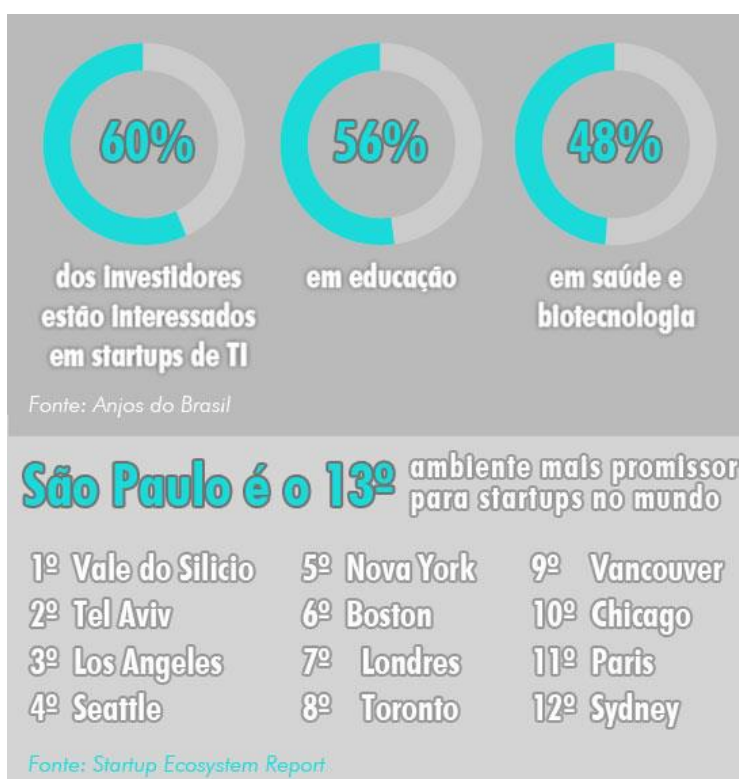
TEXTO III

Fintechs? Que nada. Num levantamento feito pela Associação Brasileira de Startups, em parceria com o Centro de Inovação para a Educação Brasileira, o segmento que lidera em quantidade é o da educação, as chamadas edtechs. Elas representam 7,8% do total de startups. O mapeamento mostrou a presença de edtechs em 25 dos 26 estados brasileiros. “São 364 startups de educação mapeadas no Brasil, acredito que esse número possa chegar a 600 no total”, diz Thiago Chaer, CEO da Future Education, aceleradora de startups com sede no Brasil e escritório no Canadá. “Existe um movimento no mundo de repensar a educação, de repensar o papel dos professores e dos pais, é aí que surgem oportunidades para essas edtechs.”

O crescimento das edtechs é fenômeno mundial. Mas o Brasil ainda ocupa um lugar modesto nesse ranking. Em julho de 2018 a Navitas Venture, empresa australiana pioneira no setor de startups de educação, fez uma pesquisa em 21 cidades do planeta. São Paulo, com 62 edtechs, ficou apenas no 18º lugar. Pequim, com 3.000 edtechs, lidera a lista. Outra cidade chinesa, Xangai, aparece em segundo lugar, ao lado de Nova York, com 1.000 edtechs – para chegar perto do topo São Paulo precisaria multiplicar por quase 50 suas edtechs. Para Chaer, a boa notícia é que o mercado está aquecido e vai continuar assim, inclusive com cada vez mais participação de fundos de investimentos.

Disponível em: <https://www.istoedinheiro.com.br/educacao-lidera-startups-brasileiras/>

TEXTO IV



Disponível em: <http://especial.g1.globo.com/jornal-da-globo/startups/>

Proposta de Redação

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema **“O papel das startups na mobilidade urbana brasileira”**, apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

TEXTO I

A cidade de São Paulo registrou 125 acidentes com patinetes, skates, monociclos e patins entre janeiro e maio deste ano, aponta levantamento do Corpo de Bombeiros, que foi feito a pedido da Fundação Procon-SP, órgão do governo do estado de São Paulo. O número representa um aumento de 12,6% em relação ao mesmo período do ano passado.

Já no estado de São Paulo, foram registrados 347 acidentes com patinetes e similares nos primeiros cinco meses do ano. Além desse número, a Fundação Procon-

SP recebeu dados do Samu (Serviço de Atendimento Médico de Urgência), que atendeu 694 ocorrências envolvendo usuários de patinetes ou bicicletas. Como o Samu não informou ao Procon-SP esse número desagregado, não é possível saber quantos desses atendimentos foram de usuários de patinetes.

Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/06/04/sao-paulo-registra-125-acidentes-com-patinetes-este-ano-diz-levantamento.ghtml>

TEXTO II

Uma alternativa sustentável à mobilidade urbana

O congestionamento no trânsito é um dos principais problemas das grandes cidades brasileiras e o desafio é facilitar o deslocamento das pessoas nas ruas sem agredir o meio ambiente. A Grin, startup de mobilidade urbana, foi a pioneira em disponibilizar as patinetes elétricas para quem percorre curtas distâncias. A alternativa silenciosa e não-poluente já está nas ruas de São Paulo desde agosto de 2018 e pode ser encontrada graças a um aplicativo. A meta é expandir o serviço no próximo ano e atingir outras cidades brasileiras.

“Acreditamos na geração de valor compartilhado e queremos colaborar com a qualidade de vida da comunidade em que estamos inseridos, criando cidades mais inteligentes, agradáveis, prósperas e inclusivas”, comentou Marcelo Loureiro, CEO da Grin.

Disponível em: <https://itforum365.com.br/da-educacao-mobilidade-urbana-5-startups-que-se-destacaram-em-2018-no-brasil/>

TEXTO III

Regras para o uso de patinetes elétricos em SP

Multas em caso de descumprimento podem variar de R\$ 100 a R\$ 20 mil



Fonte: Prefeitura de São Paulo



Infográfico elaborado em: 14/05/2019

Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/05/13/prefeitura-de-sp-vai-multar-quem-andar-de-patinete-eletrico-na-calcada-ou-sem-capacete.ghtml>

Proposta de Redação

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema **“O uso de animais em pesquisas e testes científicos no Brasil”**, apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

TEXTO I

Após denúncia de maus-tratos, grupo invade laboratório e leva cães beagle

Os manifestantes acusam o instituto de maltratar cães da raça beagle usados em pesquisas e testes de produtos cosméticos e farmacêuticos, além de usar no trabalho também coelhos e ratos. Segundo os ativistas, uma denúncia anônima havia alertado que os cães estariam sendo sacrificados desde às 14h de quinta (17) com métodos cruéis e que os corpos estariam sendo ocultados em um porão.

Ao *Bom Dia São Paulo*, o Instituto Royal afirmou que realiza todos os testes com animais dentro das normas e exigências da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e que a retirada dos animais do prédio prejudica o trabalho que vinha sendo realizado. Segundo o laboratório, que classificou a invasão como ato de terrorismo, a ação dos ativistas vai contra o incentivo a pesquisas no país.

Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/sorocaba-jundiai/noticia/2013/10/ativistas-invadem-e-levam-caes-de-laboratorio-suspeito-de-maus-tratos.html>

TEXTO II



Disponível em: <https://descoleco.com/marcas-que-nao-testam-em-animais/>

TEXTO III

LEI Nº 11.794, DE 8 DE OUTUBRO DE 2008.

Art. 1º A criação e a utilização de animais em atividades de ensino e pesquisa científica, em todo o território nacional, obedece aos critérios estabelecidos nesta Lei.

§ 1º A utilização de animais em atividades educacionais fica restrita a:

I – estabelecimentos de ensino superior;

II – estabelecimentos de educação profissional técnica de nível médio da área biomédica.

§ 2º São consideradas como atividades de pesquisa científica todas aquelas relacionadas com ciência básica, ciência aplicada, desenvolvimento tecnológico, produção e controle da qualidade de drogas, medicamentos, alimentos, imunobiológicos, instrumentos, ou quaisquer outros testados em animais, conforme definido em regulamento próprio.

§ 3º Não são consideradas como atividades de pesquisa as práticas zootécnicas relacionadas à agropecuária.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/111794.htm

TEXTO IV

Desde a invasão ao Instituto Royal, em São Roque (SP), na semana retrasada, um velho debate voltou à tona no Brasil. Ativistas, personalidades da TV e parlamentares se juntaram a uma turba de vozes das redes sociais para pedir um fim às pesquisas científicas que se utilizam de cobaias animais. Os testes foram tachados de cruéis, desnecessários e antiquados. Pesquisadores brasileiros passaram a ser vistos como monstros sádicos que utilizam procedimentos abandonados no resto do mundo em troca do lucro fácil.

Faltava nessa discussão, no entanto, uma voz importante, os próprios cientistas. Ninguém melhor do que biólogos, geneticistas, veterinários e médicos para dizer se é possível eliminar as cobaias animais nos testes. Entre os pesquisadores, a opinião é unânime: os bichos são imprescindíveis para os experimentos. Por isso, são permitidos no mundo todo; e sem eles não há como desenvolver novos remédios e tratamentos — a ciência médica poderia decretar falência no país. “O uso de animais em experimentos não é opcional. Existem situações em que eles simplesmente não podem ser substituídos”, diz Silvana Gorniak, pesquisadora da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia da USP que realiza pesquisas com roedores para estudar o potencial terapêutico e tóxico de diversas substâncias naturais.

Seu estudo atual é sobre a planta *Solanum malacoxylon*, conhecida popularmente como espichadeira. “Quando consumida naturalmente, ela é tóxica. Estamos estudando se o seu princípio ativo, usado em quantidades menores e controladas, pode funcionar como um substituto da vitamina D”, explica. Para descobrir se o potencial terapêutico da planta pode se reverter em tratamentos reais, é necessário realizar testes em modelos animais. Caso a substância seja testada diretamente em cobaias humanas, o risco para os voluntários é imenso.

Segundo a cientista, a decisão de usar bichos em suas pesquisas não é simples — nenhum pesquisador faz isso porque gosta. Ademais, esse tipo de estudo é muito caro, pois o custo das cobaias animais eleva em muito o preço dos experimentos. Por isso, há décadas, laboratórios de todo o mundo procuram por métodos alternativos. Nos últimos anos surgiram novas técnicas de cultura celular e modelos de computador, capazes de substituir os animais em algumas pesquisas, mas não todas. Não há como simular o funcionamento conjunto de sistemas complexos do corpo, como o circulatório, nervoso e imunológico. “Como replicar a depressão em uma cultura de células? Não existem métodos alternativos para testar anticancerígenos, vacinas contra aids, medicamentos anti-hipertensivos. Para saber se eles funcionam, precisamos testar em animais”, diz Silvana.

Disponível em: <https://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/uso-de-animais-em-experimentos-nao-e-opcional-diz-pesquisadora/>

Proposta de Redação

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema **“Proteção da Floresta Amazônica: dever do Brasil ou do mundo inteiro?”**, apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

TEXTO I

A Região Amazônica é tema incontornável nos debates internacionais contemporâneos sobre recursos naturais, desenvolvimento sustentável, mudança do clima e biodiversidade.

Com população de aproximadamente 38 milhões de pessoas, a Amazônia ocupa 40% do território sul-americano e abriga a maior floresta megadiversa do mundo, habitat de 20% de todas as espécies de fauna e flora existentes. A Bacia Amazônica contém cerca de 20% da água doce da superfície do planeta. O Ciclo Hidrológico Amazônico alimenta um complexo sistema de aquíferos e águas subterrâneas, que pode abranger uma área de quase 4 milhões de km².

Por sua importância estratégica, a Amazônia apresenta aos países que fazem parte deste ecossistema grandes

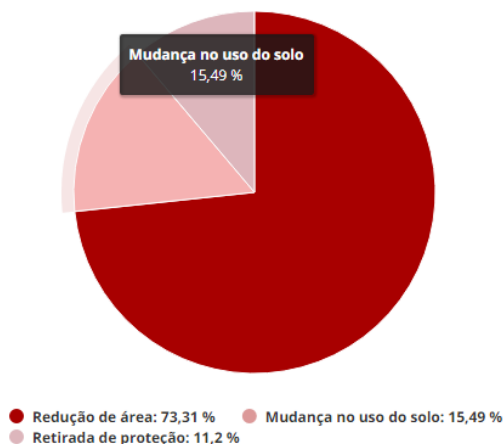
desafios e ainda maiores oportunidades. A conveniência de conjugar esforços para o desenvolvimento harmônico da Amazônia, com equilíbrio entre desenvolvimento econômico e preservação do meio ambiente, constitui princípio fundador da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), bloco socioambiental formado pelos Estados que partilham o território Amazônico: Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela.

Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/integracao-regional/691-organizacao-do-tratado-de-cooperacao-amazonica-otca>

TEXTO II

Área da Amazônia no Brasil com status de proteção alterado

Dados se referem a atos legislativos de 1961 a 2017



Fonte: 'The uncertain future of protected lands and waters'; revista Science

Disponível em: <https://g1.globo.com/natureza/noticia/2019/06/03/brasil-e-o-pais-que-mais-altera-leis-que-deveriam-protger-a-amazonia-indica-estudo.ghtml>

TEXTO III

O Brasil é o país que mais altera as leis que deveriam proteger a Amazônia entre os nove que são cobertos por este bioma. Os dados são do estudo "The uncertain future of protected lands and waters" ("O futuro incerto das terras e águas protegidas"), conduzido por pesquisadores liderados pela ONG Conservação Internacional. Ao todo, os nove países fizeram 115 alterações entre os anos de 1961 e 2017, sendo que 66 delas (61%) ocorreram no Brasil. Essas medidas afetaram 18 milhões de hectares da Amazônia – 11 milhões apenas em território brasileiro.

Disponível em: <https://g1.globo.com/natureza/noticia/2019/06/03/brasil-e-o-pais-que-mais-altera-leis-que-deveriam-protetger-a-amazonia-indica-estudo.ghml>

TEXTO IV

O que é o Fundo Amazônia?

O Fundo Amazônia consiste em um mecanismo proposto pelo governo brasileiro durante a COP-12, em Nairóbi (2006), visando a contribuição voluntária de países em desenvolvimento para a redução de emissões de gases de efeito estufa resultantes do desmatamento e da degradação das florestas (REDD). O Fundo Amazônia, criado em 1º de agosto de 2008 pelo Decreto nº 6.527, tem como seu principal objetivo a captação de recursos para projetos em ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento e de promoção da conservação e uso sustentável no bioma amazônico. Além disso, poderão ser utilizados até 20% dos recursos do Fundo no desenvolvimento de sistemas de monitoramento e controle do desmatamento em outros biomas brasileiros, bem como, em outros países tropicais.

Disponível em: <https://ipam.org.br/entenda/o-que-e-o-fundo-amazonia/>

Proposta de Redação

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema **“Esporte e cidadania na sociedade brasileira”**, apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

TEXTO I

Esporte e Cidadania no Brasil

(Odir Cunha)

Todos deveriam ser cidadãos, mas sabemos que isso não acontece. O que pode impedir que alguém goze plenamente seus direitos civis e políticos?

Quem falou preconceito, acertou. E a pobreza extrema. Quanto mais discriminado, ou mais pobre – que geralmente dá no mesmo –, menos direitos o sujeito tem. Não deveria ser assim, mas é.

O que o esporte tem a ver com cidadania? Tudo. Tudo? Sim, no nosso País, tudo. É só pegar a história recente do esporte e traçar uma comparação com a do povo brasileiro. Andam juntas. Os exemplos são vários, mas vamos aos mais relevantes. No início do século XIX, quando estava começando no Brasil, o futebol era esporte nobre, praticado pela fina flor da sociedade e por ingleses e seus descendentes. Os clubes eram proibidos de inscrever gente pobre em seus elencos, principalmente negros.

Para jogar, alguns jogadores esticavam o cabelo com ferro quente e passavam pó-de-arroz na pele para ficarem menos escuros. Daí os torcedores de times aristocráticos, como o Fluminense, serem chamados por esse apelido: “pó-de-arroz”. O Vasco da Gama, clube fundado por portugueses, foi proibido de jogar no campeonato carioca sob alegação de não ter estádio com capacidade suficiente, mas isso era uma desculpa para tirá-lo da competição, já que foi o primeiro time do Rio a incluir negros no seu time. Então, em grande campanha popular, os vascaínos conseguiram dinheiro suficiente para construir o maior estádio do País, São Januário, em 1927, inaugurado em dia de gala contra o poderoso Santos, que sapecou 5 a 3 nos cariocas diante do presidente da República Washington Luís.

O que importa é que após esse episódio os negros garantiram gradativamente um espaço maior no nosso futebol. Hoje sua presença é marcante. A maioria dos grandes craques nacionais – Friedenreich, Leônidas, Zizinho, Pelé, Romário, Ronaldinhos, Robinho... – são negros ou de origem negra.

Não fosse o futebol, e milhares – por extensão, milhões – de negros não se sentiriam cidadãos em nosso País. Junte os brancos pobres, junte também os outros esportes e verá quantos só passaram a ser considerados cidadãos pelos seus feitos nos campos, nas quadras, pistas, piscinas. ...

Agora vamos falar de portadores de deficiência física. Quem está assistindo o Parapan do Rio? Viram como correm, como jogam? Viram aquele nadador sem braços e pernas? Pois é. O esporte está fazendo com que essas pessoas sejam admiradas e deixem de merecer apenas a nossa piedade.

Cidadania tem a ver com respeito, certo? Um povo desrespeitado – e vemos isso nos regimes ditatoriais e/ou corruptos – não consegue exercê-la. Assim, quando o esporte torna pobres, pretos e portadores de deficiência física admirados, dá a eles possibilidades concretas de ascensão social, está contribuindo para a plena cidadania.

Quando fui diretor de comunicação da Secretaria Municipal de Esportes de São Paulo, em 1997, tive acesso a pesquisas que comprovavam a relação entre a falta de áreas de lazer, a ausência da oferta de prática esportiva aos jovens, com o aumento da criminalidade.

Em outras palavras: os bairros mais violentos de São Paulo eram e são os mais carentes em equipamentos esportivos (campos, quadras, piscinas, áreas verdes). É uma relação direta, não há como negar.

O jovem que coloca seu corpo e sua energia em movimento, que compete e tem objetivos, passa a ter uma atitude mais otimista e esperançosa com relação ao futuro, aumenta sua autoconfiança e, naturalmente, afasta-se da violência e da criminalidade.

Para esta garotada, o esporte é a mão amiga que vai levá-los ao caminho da cidadania. O primeiro passo para respeitar os outros é respeitar a si mesmo, e o esporte tem esse poder.

Bem, eu poderia escrever milhares de palavras sobre o tema. Cidadania e Esporte são almas-gêmeas. Uma está intimamente ligada ao outro. Os exemplos estão aí, nos rodeando de todo lado. Dê uma olhada e perceba você mesmo.

Disponível em: <http://resumos.netsaber.com.br/resumo-86264/esporte-e-cidadania-no-brasil> Acesso em 25 de julho de 2019

TEXTO II



Disponível em:

<http://www.rededoesporte.gov.br/pt-br> Acesso em 25 de julho de 2019

TEXTO III

Esporte para divertir, distrair, apontar caminhos alternativos e recuperar jovens. Ferramenta poderosa de transformação social, a prática de atividades físicas serve como pilar de um projeto piloto de sucesso no estado do Rio de Janeiro. O Esporte e Cidadania, do Ministério do Esporte, já atende a mais de 15 mil crianças e adolescentes entre 6 e 21 anos. Os 156 núcleos estão instalados em locais de vulnerabilidade social e em unidades do Departamento Geral de Ações Socioeducativas (Degase) do Rio.

Criado em 2016, o Esporte e Cidadania começou em 56 pontos do estado, mas a alta procura dos jovens e de suas famílias justificou a ampliação, permitindo a abertura de mais 100 núcleos. Em cada núcleo, são oferecidas duas atividades esportivas e uma de artes marciais. A escolha das modalidades leva em conta atividades que já vinham sendo desenvolvidas nos locais, de modo a aproveitar estruturas e dialogar com uma demanda já existente em cada comunidade. Os resultados são animadores.

“A procura dos jovens é bem grande. Temos diversos relatos de evolução de quem participa do projeto, como alunos que tinham dificuldades na escola e melhoraram. A grande proposta não é transformar ninguém em atleta, é dar cidadania”, ressalta Ananda Rodrigues, coordenadora do Esporte e Cidadania.

Dentro do Parque Olímpico da Barra da Tijuca, onde Ananda trabalha, funciona um dos núcleos com características mais peculiares. A ampla e moderna estrutura do local que sediou vários dos eventos dos Jogos Olímpicos garante as melhores condições aos participantes do projeto. E a localização, em uma região próxima a bairros de classes sociais bem distintas, resulta na convivência entre jovens com referências de mundo das mais diversas. “Aqui todo mundo é igual”, reforça Ananda.

Foi o que percebeu a dona de casa Angela Cassemiro ao conversar com os professores do projeto. Mãe de Alexia, 20 anos, que tem síndrome de Down, queria saber se havia atividades direcionadas a portadores de deficiência. Ouviu, como resposta, que a filha treinaria junto com todos.

Hoje Alexia faz jiu-jitsu e futsal no Parque Olímpico. Recentemente, participou de competições de jiu-jitsu, o que, segundo Angela, faz com que sua filha se empenhe mais e não desista de ir às aulas do projeto. “Houve melhora na vida dela, na saúde, na coordenação motora. Ter regras e lidar com elas é algo que ajuda bastante. Ela tem essa coisa de querer medalha, querer ganhar. A gente diz que isso não é o mais importante, mas ela tem isso dentro dela”, conta a mãe de Alexia.

Atenção a jovens internos

A partir de parcerias com a Universidade Federal Fluminense (UFF), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), os professores foram treinados para atender aos mais diversos perfis de participantes do projeto. A ampla gama de beneficiados, que inclui uma larga faixa etária, não deixa de fora quem cometeu algum ato infracional e foi internado em unidades da Degase.

Dos 156 núcleos, 25 funcionam em unidades de internação. Uma equipe de assistentes sociais do Esporte e Cidadania acompanha os jovens quando terminam de cumprir as medidas socioeducativas.

Outro diferencial do projeto é o de não limitar suas ações às regiões centrais do Rio. Houve a preocupação de atender locais muitas vezes preteridos como a Baixada Fluminense e a Serra. “Recentemente, fui visitar alguns núcleos que são em locais que precisam de atividades esportivas ou culturais. São regiões que não recebem tanta atenção quanto o centro do Rio de Janeiro. Sendo um morador de uma região que fica afastada, além de fazer parte do projeto, vejo o grande benefício para essas comunidades afastadas. Estamos mostrando para o beneficiado que ele é cidadão”, explica Moisés Tedeschi, coordenador de área do Esporte e Cidadania.

Disponível em:

<http://patrocinados.estadao.com.br/esporteparatodos/esporte-e-cidadania-oferece-atividades-fisicas-e-recupera-jovens-no-rj/> Acesso em 25 de julho de 2019

TEXTO IV

Dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep 2009) revelam que apenas 26,8% das escolas públicas de ensino fundamental possuem quadra de esporte. Ou seja, das cerca de 132 mil escolas públicas da 1º ao 9º ano, somente 35.440 dispõem de locais apropriados para a prática esportiva. Nas 20.297 privadas, esse percentual chega a 57,5%. No ensino médio, a situação melhora bastante: 73,3% das escolas públicas e 79,2% das escolas privadas têm quadras de esportes.

Além das ações das várias esferas de governo, dezenas de ONGs, associações comunitárias e instituições filantrópicas desenvolvem projetos nas periferias das grandes cidades, utilizando o esporte como ferramenta para a integração comunitária e combate à violência, com o intuito de evitar que os jovens abandonem a escola e se envolvam com o crime. Essas ações vêm se intensificando em áreas de risco e sem opções de lazer, com apoio de parcerias privadas e públicas. A entidade Instituto do Esporte & Educação, por exemplo, criou núcleos esportivos socioeducativos em comunidades de 15 estados, para atendimento de crianças e adolescentes e formação de educadores.



Fonte: Inep

Disponível em:

<http://criancaesperanca.globo.com/platb/infancia-e-juventude-no-brasil/category/cultura-arte-esporte-e-lazer> Acesso em 25 de julho de 2019

Proposta de Redação

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema “**Impactos da flexibilização das leis ambientais brasileiras**”, apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

TEXTO I

Flexibilizar normas e exigências ambientais é mesmo o melhor caminho?

Evandro Grili

segunda-feira, 3 de junho de 2019

O início do novo governo acontece em meio a enormes desafios na área econômica, na geração de emprego e nas inúmeras discussões e polarizações diárias com as quais nos deparamos nas mais diversas áreas.

Na área ambiental não é diferente. O caminho parece ter mudado de direção. Premissas com as quais os órgãos ambientais federais trabalharam ao longo das últimas décadas estão sendo redirecionadas, modificadas. Há uma forte queda de braço entre a cúpula do Ministério do Meio Ambiente e a base dos agentes ambientais federais.

Será que é esse mesmo o caminho?

Eis a pergunta que vale milhões. Duvido que tenhamos essa resposta instantânea.

Primeiro, é preciso frisar que essa modesta reflexão não tem qualquer pretensão de crítica aos novos rumos. Segundo, é preciso reconhecer que havia alguns exageros e visões pouco produtivas na busca do desenvolvimento sustentável. No entanto, aqui se pretende uma breve análise que não deixará de ter um olhar globalizado, por mais que isso também pareça não estar na pauta do novo governo.

É preciso compreender que a proteção do meio ambiente no Brasil vai muito além daquela que é promovida pelos órgãos ambientais federais ou de qualquer outra esfera de governo. Há todo um aparato além do Poder Executivo, o qual passa, obrigatoriamente pela atuação do Ministério Público, do Judiciário e, gostem ou não, das organizações não governamentais que se envolvem com o assunto, representando setores da sociedade civil organizada.

Nesse ponto, ao que parece, é que teremos enormes obstáculos para a implementação de uma política ambiental que abandone as premissas das últimas décadas, criadas desde a edição da Lei de Política Nacional do Meio Ambiente, em 1981.

A jurisprudência de nossos Tribunais, notadamente do STJ, mas também do STF, há muito consagrou a proteção ambiental como cláusula pétrea constitucional, sempre com interpretações voltadas à preservação do ambiente e fora de sintonia, na maioria das vezes, com os interesses da atividade econômica.

O Ministério Público, então, tem uma visão ainda mais fechada com os princípios de proteção ambiental. E isso se acirra fortemente quando mergulhamos no universo das ONGs.

Então, o que teremos pela frente serão muitos conflitos. Esse aparato vai se opor contra a flexibilização das políticas de proteção ambiental que parecem estar no horizonte. Alguns setores econômicos, inclusive, não estão seguros de que esse é um bom caminho. Até porque ele pode conduzir a instabilidades e a insegurança jurídica: o governo sinaliza um rumo, o Judiciário outro, o Ministério Público outro e as ONGs, muitas vezes, virão na contramão de tudo isso.

Para um País que precisa apaziguar seus ânimos e que necessita de segurança jurídica para destravar o crescimento e abandonar cenários de recessão econômica, essa não parece ser uma boa estrada a seguir.

Até porque, quando se pensa com a cabeça do comprador ou do investidor estrangeiro, certamente, haverá pressão sobre os nossos produtos, imposição de barreiras ambientais em mercados de interesse do Brasil, construção de uma imagem internacional de desrespeito ao meio ambiente, entre outros. Um exemplo claro disso é o novo dilema que vai se instaurar com relação às reservas legais. O novo Código Florestal chegou em 2012 fazendo concessões justas e importantes nesse tema. Ficamos até 2018 discutindo a constitucionalidade do código, o que foi resolvido ano passado pelo STF. E, agora, quando tudo parecia ter apaziguado a questão, eis que surge no Congresso um novo projeto de lei propondo o fim das reservas ou, ao menos, alterações profundas nesse instituto jurídico.

Para quem precisa de tranquilidade e segurança jurídica para crescer, a sensação que se tem é que estamos pegando um caminho bastante esburacado e longo. E mesmo que tiremos todos os radares de velocidade, as condições do asfalto não vão nos dar muita autonomia e rapidez.

Aqui, na torcida, para que a sensatez impere e as inseguranças minguem.

Disponível em: https://www.migalhas.com.br/dePeso/16_MI303527.21048-Flexibilizar+normas+e+exigencias+ambientais+e+mesmo+o+melhor+cam+inho Acesso em 30 de julho de 2019

TEXTO II



Disponível em: <http://ambienteacreato.blogspot.com/2016/12/flexibilizacao-do-licenciamento.html> Acesso em 30 de julho de 2019

TEXTO III

Aplicação da lei e fiscalização

Para Leila Pose, advogada especialista em gestão ambiental e membro da Comissão de Direito Ambiental do Instituto dos Advogados Brasileiros (IAB), a legislação ambiental brasileira é contemporânea e está alinhada aos parâmetros internacionais de preservação ambiental. “Com relação aos acidentes ambientais, o problema não é a legislação, e sim a sua aplicabilidade e efetividade. Estamos falando do controle e da fiscalização exercidos pelos órgãos ambientais, que como é sabido, quase sempre não possuem estruturas adequadas para atender à demanda do Estado brasileiro”, avalia.

Se há uma lição a ser tirada da tragédia de Brumadinho é a urgente necessidade de identificar e suprir os pontos deficitários ligados aos processos de gestão ambiental do País, e não à legislação em vigor, defende a especialista. Ela ressalta que não será flexibilizando a legislação e os controles que poderão ser resolvidos os problemas de gestão, tampouco de efetividade da norma.

“As propostas de flexibilização da legislação ambiental, em trâmite no Congresso Nacional, partem do princípio de que a norma vigente é rigorosa. Entretanto, sob a vigência desta legislação rigorosa, ocorreram nos últimos três anos dois

desastres ambientais de enorme extensão. Resta a pergunta: o que poderemos esperar após a aprovação de uma legislação menos “rigorosa?”, questiona a representante do IAB.

Faltou prevenção

Um dos pontos deficitários da gestão ambiental no país escancarados com a tragédia da Vale em Brumadinho é a falta de medidas de prevenção, que só se concretizam com ações de controle e fiscalização eficazes.

“Precaução e prevenção são coisas diferentes para o direito ambiental. A precaução é a opção de medidas restritivas aplicáveis quando a ciência não permite precisar que danos podem decorrer de uma determinada atividade, como no caso dos transgênicos. Quando se sabe que danos podem resultar de uma atividade, como é o caso da mineração, já é possível estabelecer medidas mais direcionadas para mitigação e compensação desses impactos. Estamos falando de uma atividade cujos riscos relacionados são amplamente conhecidos e, portanto, possíveis de prever e controlar”, afirma a consultora em direito ambiental Letícia Yumi Marques, do escritório Peixoto & Cury.

Disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/afrouxar-lei-ambiental-o-urgente-recado-da-tragedia-da-vale-para-o-brasil/> Acesso em 30 de julho de 2019

TEXTO IV



Disponível em: <http://www.solam.com.br/blog/?p=4821> Acesso em 30 de julho de 2019

Proposta de Redação

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema **“As diversas formas de exclusão e seus impactos sobre a saúde do brasileiro”**, apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

TEXTO I

Minorias étnicas têm risco maior de desenvolver problemas mentais

“Há uma enorme desigualdade na saúde que não tem recebido muita atenção”, diz James Kirkbride, um dos autores da pesquisa que apontou um risco aumentado de minorias étnicas apresentarem transtornos psicóticos. O estudo, realizado pela University College London, na Inglaterra, analisou 687 participantes entre 16 e 35 anos, sendo que todos haviam recebido diagnóstico de desordem mental.

Vários fatores além da descendência foram levados em consideração na avaliação – status socioeconômico, idade, sexo... Mas, mesmo depois desses ajustes, os cientistas concluíram que, em relação aos britânicos brancos, a população africana que vive no Reino Unido tem uma probabilidade 4,1 vezes maior de manifestar doenças psicóticas. Paquistaneses e indivíduos de outras origens também entraram na conta. Para eles, o perigo é, respectivamente, 2,3 e 1,7 vezes maior.

Como o preconceito abala o bem-estar

Ainda não existe uma resposta exata capaz de explicar essa ligação, mas os especialistas arriscam algumas ideias. Por exemplo: o estresse causado pelo processo de migração, preconceito, isolamento e por dificuldade de integração acabaram colocando o cérebro em parafuso.

E não ache que essas são questões com as quais todo indivíduo que muda de país deve lidar. Segundo o levantamento, nenhum risco adicional de desenvolver essas doenças mentais foi encontrada entre brancos não-britânicos que residiam no país.

Apesar de o risco ser mais significativo para aqueles que se mudaram para a Inglaterra entre as idades de 5 e 12 anos, a segunda geração também sofre as consequências: “Eles nasceram, foram criados e são cidadãos de um país onde ainda enfrentam barreiras”, explica Kirkbride, em um comunicado.

Disponível em: <https://saude.abril.com.br/mente-saudavel/minorias-etnicas-tem-risco-maior-de-desenvolver-problemas-mentais/>

Acesso em 06 de agosto de 2019

TEXTO II

Saúde de Minorias Sexuais do Nordeste Brasileiro: Representações, Comportamentos e Obstáculos

Minorias sexuais, incluindo os indivíduos que se identificam como lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros e aqueles que sentem atração por indivíduos do mesmo sexo ou comportamentos, são pouco estudados em amostras de base populacional no que diz respeito à saúde e a desigualdades de saúde. Entretanto, pesquisas disponíveis indicam que a acessibilidade desses sujeitos à saúde é perpassada por uma série de iniquidades, violações e obstáculos, em virtude da hegemonia heterossexual.

Dados brasileiros relatam nas unidades de saúde atendimentos discriminatórios, condutas inadequadas, constrangimentos, conotações preconceituosas e até mesmo ofensas verbais pelos provedores de saúde. Essas experiências negativas geram insegurança nesses indivíduos e os levam a evitar os atendimentos em saúde.

Em decorrência disso, complexos indicadores de saúde são encontrados no grupo, a exemplo de concentração de HIV/Aids entre transexuais e homens que mantêm relações sexuais com homens; índices globais alarmantes de distúrbios mentais e tentativas de suicídio entre jovens e adultos LGBT; maior propensão ao uso de álcool e substâncias psicoativas; e mulheres lésbicas e bissexuais com mais chances para obesidade e doenças cardiovasculares.

Foram entrevistados 30 indivíduos, com idades entre 18 e 51 anos, majoritariamente do sexo masculino (80%). Quanto à orientação sexual, 12 (40%) eram gays, nove (30%) travestis, seis (20%) lésbicas e três (10%) bissexuais.

Os sujeitos foram predominantemente pardos (40%), solteiros (73%) e provenientes de bairros periféricos da cidade (86,6%). Quanto às trajetórias escolar e profissional, a maioria possuía superior incompleto (36,6%), exercendo atividades remuneradas diversas (80%).

Os sujeitos foram investigados quanto aos itinerários de busca pelos serviços de saúde, o que possibilitou verificar que a maioria viu serviços de saúde como locais voltados para diagnóstico e tratamento de doenças, particularmente para DST:

Procuro pouco, porque também adoeço pouco, quando vou é mais saúde bucal, infecção, gripe, essas coisas. (Gay, 39 anos)

Procuro de 6 em 6 meses, para fazer exames de HIV, sífilis, essas coisas. (Travesti, 51 anos)

Semelhantemente, houve afirmação da procura dos serviços de saúde após a exposição a alguma situação considerada de risco para aquisição de doenças transmitidas pelo sexo, conforme relato a seguir, no qual a busca por atendimento foi realizada após a prática de sexo desprotegido:

Busco. Todo mês tem que ir, às vezes de 3 em 3 meses, quando eu faço com homem sem preservativo aí a enfermeira diz que eu tenho que ir de 3 em 3 meses. Para ver se tem alguma coisa. (Travesti, 31 anos)

Outros afirmaram procurar assistência regularmente, mas para tratar uma doença já instalada:

Sim porque tenho sorologia HIV positivo, aí faço tratamento. (Gay, 36 anos)

Verificaram-se, ainda, pessoas que afirmaram ir a unidades de saúde para adquirir preservativos, entretanto referiram insatisfação quanto ao número de códons entregues, tendo em vista a quantidade que eles necessitavam:

Procuro para pegar camisinha, mas quando vou eles me dão só cinco, quatro, como a pessoa faz programa, devia das uns 25 a 30. (Travesti, 26 anos)

"É superlotado e fica todo mundo olhando": obstáculos para o acesso à saúde

Quando interrogados acerca da existência de possíveis dificuldades enfrentadas pelo grupo diante os serviços de saúde, alguns depuseram sobre o excesso de pacientes nos serviços de saúde:

Acredito que a dificuldade é mais por superlotação mesmo. (Gay, 27 anos)

Outros discursos sugeriram a existência de um círculo vicioso: o indivíduo não procura os serviços de saúde, e o profissional de saúde está alheio às necessidades do grupo:

Como é que vou procurar o posto de saúde, se eu não for conscientizado, que existe e que funciona? (...) E como uma pessoa vai me atender se não tiver essa conscientização também? (Lésbica, 22 anos)

Além disso, alguns relatos sinalizaram dificuldades referentes à atuação profissional, ao despreparo destes e à existência de discriminação e preconceito institucional como pontos desafiadores para o acesso a saúde.

A dificuldade é exatamente ter profissionais preparados para atender o grupo, sabe? Então se você não suspende seus preconceitos para atender outra pessoa, pode ficar complicado, a maioria vai tratar diferenciados, com negligência (Bissexual, 28 anos)

Infelizmente o LGBT tem muita dificuldade de acesso à saúde, principalmente quando se dirigem ao posto de saúde, eles são discriminados, já vi fatos constrangedores. (Gay, 24 anos)

Já a participante a seguir não procurou assistência por vergonha dos olhares diferenciados que eram direcionados a ela dentro das unidades de saúde, o que revelou a extensão do preconceito social para o setor saúde:

Não... Eu tenho esse probleminha mesmo de ter vergonha de chegar lá, porque todo mundo fica olhando. (Travesti, 33 anos)

Logo, a deficiência no acolhimento dessa população nos serviços de saúde, somada à inadequação dos programas, às especificidades do grupo, e às abordagens profissionais incrementadas por percepções equivocadas e estereotipadas, resulta em dificuldade de acesso, desqualificação da assistência prestada e afastamento previsível desses grupos das ações de cuidados e promoção da saúde.

Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12822016000100014&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt

Acesso em 06 de agosto de 2019

TEXTO III



Disponível em: <https://www.humorpolitico.com.br/tag/saude-publica/page/4/> Acesso em 06 de agosto de 2019

TEXTO IV



Disponível em: <https://www.humorpolitico.com.br/tag/saude-publica/page/4/> Acesso em 06 de agosto de 2019

Proposta de Redação

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema "30 anos da constituição cidadã: avanços e retrocessos", apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

TEXTO I

No vocabulário político do Brasil, o rótulo "Constituição cidadã" incorporou-se à Constituição Federal de 1988, não apenas como uma divisa utilizada solenemente nas referências ao texto promulgado para marcar aquele que foi um dos grandes passos da redemocratização. O lema associou-se à Carta Magna como um sobrenome, dado logo no seu nascimento e confirmado por ocasião do batismo, na convicção de que se vinculava à própria essência e trajetória da Carta.

Compreensível, portanto, que o aposto tenha se popularizado. O Brasil contabiliza oito constituições em sua história de país independente, já que à autoritária emenda constitucional de 1969 é conferido o status de arcabouço constitucional próprio. Com tantas "irmãs mais velhas", a Constituição de 1988 necessitava mesmo de uma qualificação que a distinguisse.

[...] "A Constituição foi elaborada no momento de um desaguadouro de muitas demandas reprimidas. Todas as camadas da população tinham reivindicações que queriam ver inseridas na Constituição, que não podiam ficar para leis ordinárias", observou Mozarildo Cavalcanti. O Brasil trocou a ditadura pela democracia por meio de negociações que se arrastaram por anos, enquanto o Exército ainda dava as cartas no Palácio do Planalto.

Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/infograficos/2017/10/30-anos-da-constituicao-cidada>>. Acesso em: 07 out. 2018.

TEXTO II

O resultado de mais de 19 meses de assembleia foi a Constituição de 1988, apelidada de cidadã. É uma das mais extensas constituições já escritas, com 245 artigos e mais de 1,6 mil dispositivos. Mesmo assim, ela é considerada incompleta, pois vários dispositivos que dependem de regulamentação ainda não entraram em vigor.

Confira a seguir algumas das principais determinações dessa Carta:

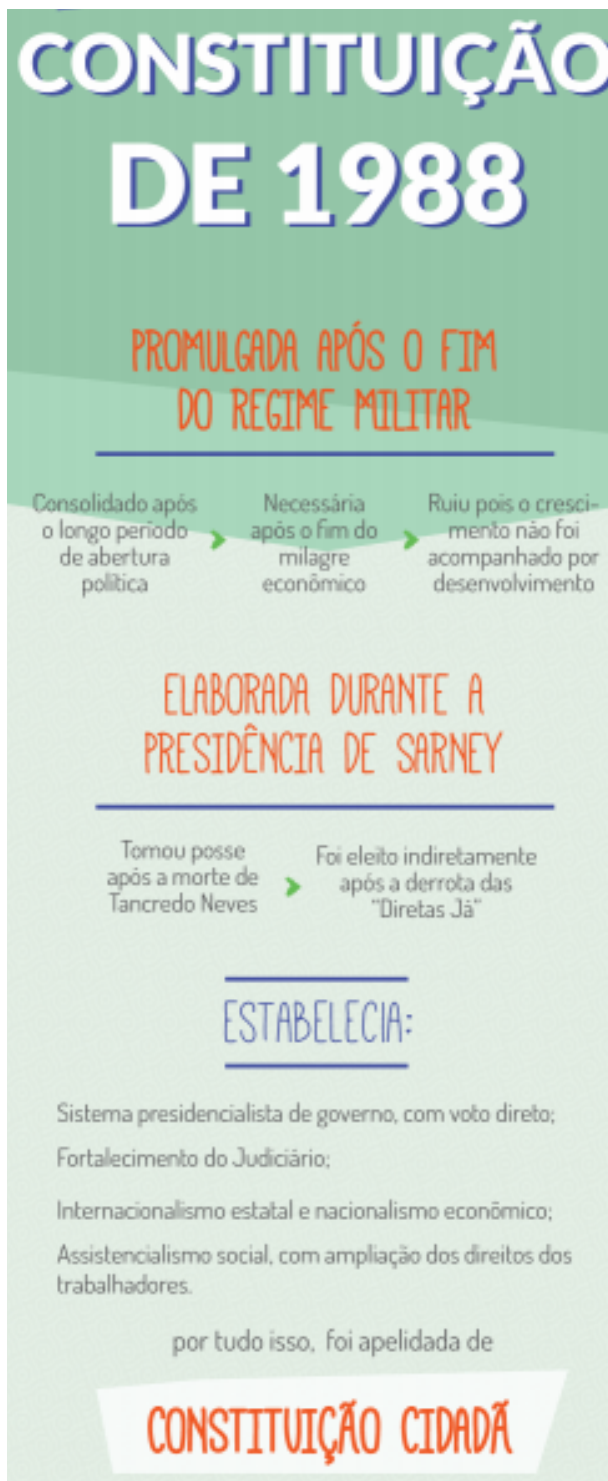
- Sistema presidencialista de governo, com eleição direta em dois turnos para presidente;
- Transformação do Poder Judiciário em um órgão verdadeiramente independente, apto inclusive para julgar e anular atos do Executivo e Legislativo;
- Intervencionismo estatal e nacionalismo econômico;
- Assistência social, ampliando os direitos dos trabalhadores;
- Criação de medidas provisórias, que permitem ao presidente da República, em situação de emergência, decretar leis que só posteriormente serão examinadas pelo Congresso Nacional;
- Direito ao voto para analfabetos e menores entre 16 e 18 anos de idade;
- Ampla garantia de direitos fundamentais, que são listados logo nos primeiros artigos, antes da parte sobre a organização do Estado.

No conjunto, a Constituição de 1988 se caracteriza por ser amplamente democrática e liberal – no sentido de garantir direitos aos cidadãos. Apesar disso, nossa Carta atual foi e continua a ser

muito criticada por diversos grupos, que afirmam que ela traz muitas atribuições econômicas e assistenciais ao Estado. O presidente na época da promulgação, José Sarney, chegou a afirmar que ela tornaria o país “ingovernável”, pelo excesso de responsabilidades sobre o Estado. De todo modo, a Constituição Cidadã é considerada por muitos especialistas como uma peça fundamental para a consolidação do Estado democrático de direito no país, bem como da noção de cidadania, ainda tão frágil para a população brasileira.

Disponível em: <<https://www.politize.com.br/constituicao-de-1988/>>. Acesso em: 07 out. 2018.

TEXTO III



CONSTITUIÇÃO DE 1988

PROMULGADA APÓS O FIM DO REGIME MILITAR

Consolidado após o longo período de abertura política → Necessária após o fim do milagre econômico → Ruiu pois o crescimento não foi acompanhado por desenvolvimento

ELABORADA DURANTE A PRESIDÊNCIA DE SARNEY

Tornou posse após a morte de Tancredo Neves → Foi eleito indiretamente após a derrota das “Diretas Já”

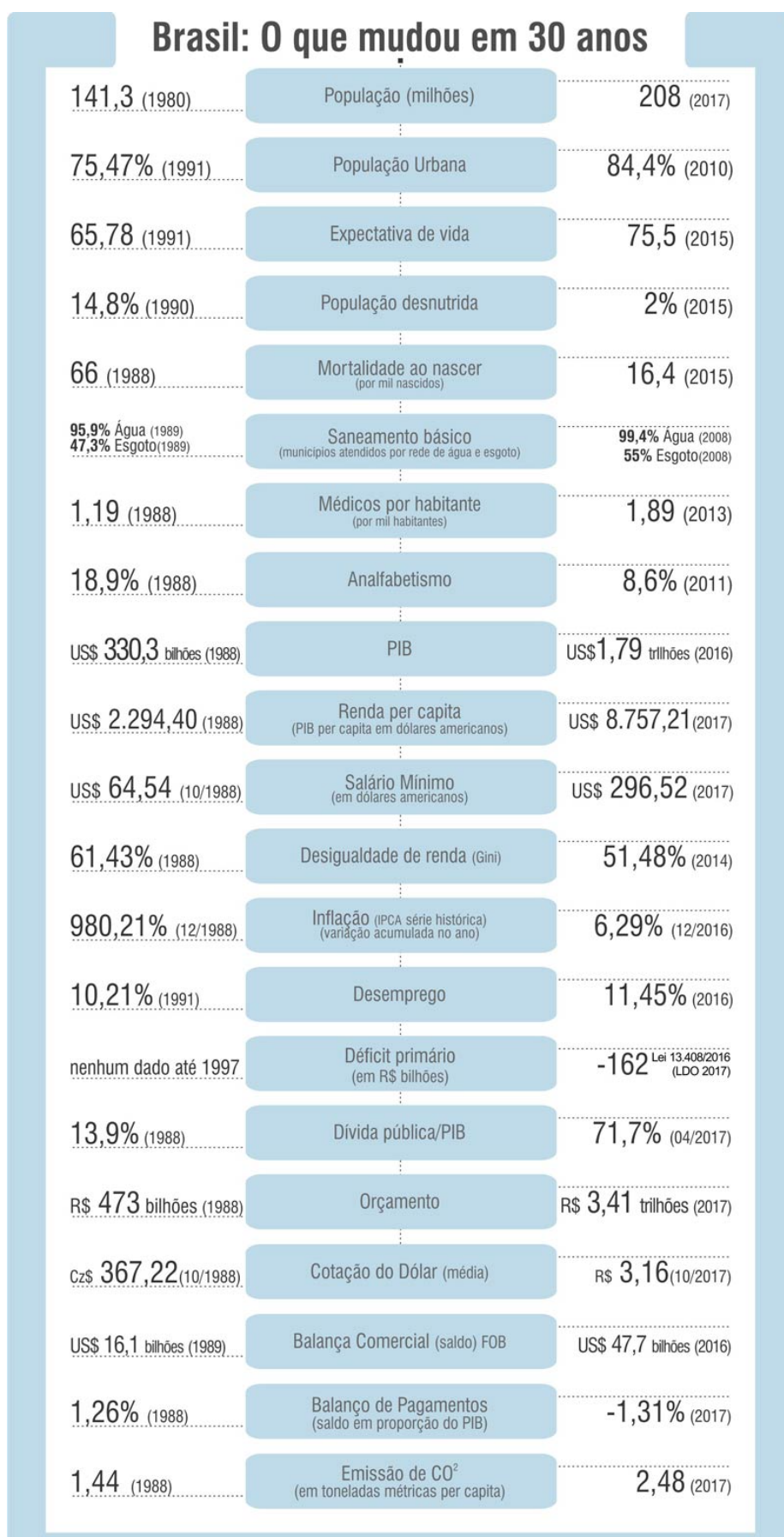
ESTABELECEIA:

- Sistema presidencialista de governo, com voto direto;
- Fortalecimento do Judiciário;
- Internacionalismo estatal e nacionalismo econômico;
- Assistencialismo social, com ampliação dos direitos dos trabalhadores.

por tudo isso, foi apelidada de

CONSTITUIÇÃO CIDADÃ

Disponível em: <<https://d335luupugsy2.cloudfront.net/cms%2Ffiles%2F16076%2F1481841004constituicoes-do-brasil-infografico-politize.pdf>>. Acesso em: 07 out. 2018.

TEXTO IV


Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/infograficos/2017/10/30-anos-da-constituicao-cidada>>. Acesso em: 07 out. 2018 - Adaptado